



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENG. E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Denise Ouriques Medeiros

Cidades ideais: conhecimento, imaginação, utopia
e motivação para projetos inovadores

Florianópolis

2022

Denise Ouriques Medeiros

Cidades ideais: conhecimento, imaginação, utopia
e motivação para projetos inovadores

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Orientador: Prof. Richard Perassi L. de Sousa, Dr.
Coorientador: Prof. Tarcísio Vanzin, Dr.

Florianópolis

2022

Medeiros, Denise Ouriques
Cidades ideais : Conhecimento, imaginação, utopia e
motivação para projetos inovadores / Denise Ouriques
Medeiros ; orientador, Richard Perassi Luiz de Sousa,
coorientador, Tarcísio Vanzin, 2022.
169 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em
Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Engenharia e Gestão do Conhecimento. 2. Cidades
ideais. 3. Imaginação. 4. Utopia. 5. Categorização. I.
Sousa, Richard Perassi Luiz de. II. Vanzin, Tarcísio. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. IV. Título.

Denise Ouriques Medeiros

**CIDADES IDEAIS: CONHECIMENTO, IMAGINAÇÃO, UTOPIA E
MOTIVAÇÃO PARA PROJETOS INOVADORES**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por
banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Francisco Fialho, Dr.

Instituição UFSC

Prof. João Bosco Da Mota Alves, Dr.

Instituição UFSC

Profa. Rita de Cássia Romeiro Paulino, Dra.

Instituição UFSC

Profa. Fátima Costa de Lima, Dra.

Instituição UDESC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão
que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Engenharia e
Gestão do Conhecimento.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Richard Perassi Luiz de Sousa Dr. - Orientador

Prof. Tarcísio Vanzin Dr. - Coorientador

Florianópolis, 2022

Aos que sonham e aos que inspiram o despertar.

E em admiração ao inspirador Richard Perassi.

AGRADECIMENTOS

Este tempo de pesquisa, aprendizado e crescimento só pôde realizar-se e frutificar graças a uma rede de apoio e carinho. Então, agradeço por este tempo a Deus e à minha família e amigos, especialmente por cercarmos meu pai, Francisco Lidio Medeiros (*in memoriam*), do amor e cuidado que exigiram seus últimos anos.

O processo de desenvolvimento da tese só foi possível através da generosidade do orientador, Richard Perassi Luiz de Sousa e da paciência do co-orientador, Tarcísio Vanzin - pessoas admiráveis. Nesta renovada parceria o Prof. Richard tem o mérito da compreensão de idéias, por vezes colocadas de forma ainda incipiente, e do dom de brilhante entendimento e organização.

Agradeço aos membros da banca, Prof. Francisco Antônio Pereira Fialho, Prof. João Bosco Da Mota Alves, Prof^a. Rita de Cássia Romeiro Paulino e Prof^a Fátima Costa de Lima, que se dispuseram a ler e apresentar suas percepções, melhorando o texto e instigando ideias de maneira tranquila e animadora. E também novamente à Prof^a Rita e ao Prof. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira (*in memoriam*), junto com o colega Fabiano Garcia, dos cursos de Jornalismo e de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, respectivamente, pela oportunidade de realizar estágio de docência em (apaixonantes) disciplinas ministradas por eles. Aos colegas de estudo, professores e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC pelo convívio, aprendizado e trocas - especialmente ao sempre solícito funcionário da secretaria Diogo Henrique Ropelato. Também à colega Fabíola Abreu, por me socorrer em uma emergência hospitalar durante a banca de uma colega.

A todos os amigos com que troquei ideias e que acompanham meu processo. Mesmo sem nominar a todos, os textos iniciais surgiram das conversas com Marcos Sardá Vieira, com quem troquei sonhos relacionados às cidades utópicas, e na reta final foi crucial o apoio do entusiasmo contagiante da querida artista (admirável) Nancy Picarone.

De forma indireta, o tema de estudo foi inspirado por pessoas que estudam assuntos correlatos de forma independente, como Loryel Rocha, filósofo e estudioso de cultura simbólica, que me apresentou ao livro de Norman Cohn usado na introdução, entre outras importantes contribuições de conhecimento e fontes bibliográficas. Assim também vem a inspiração de Maria Lúcia Fatorelli e Daniel

Simões, que pesquisam sobre o sistema bancário mundial e a dívida pública; e Prof^a Fátima Pinel (Universidade Federal Fluminense), que pesquisa sobre auditoria social e grandes corporações transnacionais.

Também indiretamente agradeço aos pesquisadores da área da saúde que se esforçam para que a medicina integrativa possa trazer mais qualidade de vida às pessoas - como o Dr. Cicero Galli Coimbra, criador e divulgador de um protocolo sobre vitamina D para doenças autoimunes. Graças ao seu empenho eu pude usufruir da energia necessária para o desenvolvimento desta tese.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O papel do homem de ciência - livre dos preconceitos revolucionários, absurdos todos porque são revolucionários; livre também dos preconceitos contra-revolucionários, porque, por idêntica razão, são igualmente absurdos, é pré-estabelecer a hipótese de equilíbrio final. (PESSOA, 1918)

Ultimatum e Páginas de Sociologia Política. Fernando Pessoa. (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução e organização de Joel Serrão.) Lisboa: Ática, 1980. <<http://arquivopessoa.net/textos/887>>

RESUMO

A imaginação é a instância dos sonhos, sejam os vivenciados em estados de sono ou vigília. O devanear ou imaginar em vigília é popularmente designado como “sonhar acordado”. Mas, nas suas diferentes manifestações, a imaginação é fonte de todos os tipos de conhecimento, inovação e realizações que, inclusive, resultam nos projetos mais práticos e eficientes ou nas obras de ficção e noutras materialmente concretas. O processo imaginativo é predominantemente mental ou ideal. Assim, antes e durante sua realização, tudo que é materialmente construído foi idealmente considerado. Mas, os sonhos em estados de sono ou vigília são motivados por desejos ou necessidades mais ou menos conscientes. Neste projeto, que é apresentado à banca de qualificação no contexto de um programa de pós-graduação cujo objeto de estudo é o conhecimento, busca-se categorizar as motivações e as razões relacionadas com a projeção imaginativa das cidades idealizadas. Inclusive, porque motivações e razões também incitam a concretização e o desenvolvimento das cidades que, primeiramente, decorrem dos processos idealizadores, inovadores ou mesmo utópicos, individuais e coletivos, de “territórios urbanos”. No início, são territórios imaginários, motivados por afetos e razões simbólico-culturais. Mas, posteriormente, podem ser materialmente instituídos no mundo, como bases materiais e geopolíticas das cidades. A tese aqui proposta considera relevante sistematizar o conhecimento construído com o estudo de motivações e razões para a ideação de cidades imaginárias e utópicas. Aliás, na atual configuração inovadora das *cibercidades*, uma estrutura idealizada é virtualmente sobreposta, compondo elementos e aspectos urbanos imateriais como superestrutura tecnológica e sociopolítica. A literatura que foi estudada é pródiga em apresentar motivações e razões para a proposição de cidades ideais, as quais são descritas, comparadas e categorizadas no processo de trabalho desta proposta de tese. A metodologia adotada é descritivo-qualitativa, cujas etapas básicas são: (1) exploratória e (2) bibliográfica. Ressalta-se que só na literatura ou nas representações é que há registros das cidades ideais. Portanto, descrições, representações, justificativas e comparações teóricas configuram o objeto deste estudo. Contudo, a posterior ordenação e aplicação de categorias conceituais é que permite a categorização das motivações e das razões para a idealização de cidades ideais, para atender ao objetivo geral deste estudo. Em síntese, o resultado é a categorização conceitual, descritiva e sistemática de motivações e razões para a idealização de cidades ideais, de acordo com o pesquisado e estudado na literatura. Isso configura uma visão sintética e sistêmica, como conhecimento básico e disponível para pessoas estudiosas, profissionais ou outras interessadas no pensamento imaginativo sobre cidades.

Palavras-chave: cidades ideais; imaginação; utopia; categorização.

ABSTRACT

Imagination is the instance of dreams, whether they are experienced in states of sleep or wakefulness. Daydreaming or waking imagining is popularly referred to as "dreaming awake". But, in its different manifestations, imagination is the source of all kinds of knowledge, innovation and achievements that even result in the most practical and efficient projects or in fictional works and other materially concrete ones. The imaginative process is predominantly mental or ideal. Thus, before and during its realization, everything that is materially constructed was ideally considered. But dreams in sleep or waking states are motivated by more or less conscious wants or needs. In this project, which is presented to the qualifying panel in the context of a graduate program whose object of study is knowledge, we seek to categorize the motivations and reasons related to the imaginative projection of idealized cities. Also, because motivations and reasons also incite the implementation and development of cities that, primarily, result from idealizing, innovative or even utopian, individual and collective processes, of "urban territories". In the beginning, they are imaginary territories, motivated by affections and symbolic-cultural reasons. But, later, they can be materially instituted in the world, as material and geopolitical bases for cities. The thesis proposed here considers it relevant to systematize the knowledge built with the study of motivations and reasons for the ideation of imaginary and utopian cities. In fact, in the current innovative configuration of cybercities, an idealized structure is virtually superimposed, composing immaterial urban elements and aspects as a technological and sociopolitical superstructure. The literature that was studied is prodigal in presenting motivations and reasons for proposing ideal cities, which are described, compared and categorized in the work process of this thesis proposal. The adopted methodology is descriptive-qualitative, whose basic steps are: (1) exploratory and (2) bibliographic. It is noteworthy that only in literature or representations are there records of ideal cities. Therefore, descriptions, representations, justifications and theoretical comparisons configure the object of this study. However, the subsequent ordering and application of conceptual categories is what allows the categorization of motivations and reasons for the idealization of ideal cities, to meet the general objective of this study. In summary, the result is the conceptual, descriptive and systematic categorization of motivations and reasons for the idealization of ideal cities, according to what was researched and studied in the literature. This sets up a synthetic and systemic view, as basic knowledge available to studious people, professionals or others interested in imaginative thinking about cities.

Keywords: ideal cities; imagination; utopia; categorization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Frase atribuída à Henry Ford.....	21
Figura 2 – Áreas do conhecimento relacionadas ao estudo.....	27
Figura 3 – Áreas do conhecimento EGC: Gestão, Mídia e Engenharia.....	28
Figura 4 – Caracterização da pesquisa realizada neste estudo.....	34
Figura 5 – Paradigmas das pesquisas em Ciências Sociais e Organizacionais.....	34
Figura 6 – Apreciação do <i>corpus</i> de pesquisa e interpretação com o <i>corpus</i> teórico.....	44
Figura 7 – Elementos comuns nas definições de <i>smart city</i>	80
Figura 8 – Quadro histórico-religioso influente na cultura ocidental.....	91
Figura 9 – A luta entre o Carnaval e a Quaresma, por Pieter Bruegel, o Velho, em 1559.....	129
Figura 10 – Mito do Monte Athos (25 a.C.) de Dinócrates de Rodes.....	138
Figura 11 – Imagem do paraíso na obra de Santo Agostinho (426).....	138
Figura 12 – Cidade ideal de Urbino (1480) de autor desconhecido (talvez Piero della Francesca, Luciano Laurana, Francesco di Giorgio Martini ou Melozzo da Forlì).....	139
Figura 13 – Cidade ideal (1480) de Fra Carnevale.....	139
Figura 14 – Vista arquitetônica (1495) de Francesco di Giorgio Martini.....	139
Figura 15 – Cidade ideal (1495) de Francesco di Giorgio Martini.....	140
Figura 16 – A edição de 1518 do livro Utopia, de Thomas Morus, foi ilustrada com xilogravura de Ambrosius Holbein.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Processos na nova política global **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 2 – Diferentes contextualizações e conceitos de utopia **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 3 – Cronologia dos lugares utópicos **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 4 – Características distintivas cruciais dos dois modelos opostos de organização de assuntos humanos **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIS – Bank for International Settlements

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

GRI – Global Redesign Initiative

IBM – International Business Machines Corporation

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONG – organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PME – Pequenas e micro empresas

PPGEGC – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento

TIC – Tecnologias de informação e comunicação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.2	OBJETIVOS.....	25
1.2.1	Objetivo geral.....	25
1.2.2	Objetivos específicos.....	25
1.3	INTERRELAÇÕES E ADERÊNCIA AO PROGRAMA PPGE GC/UFSC.....	25
1.4	A JUSTIFICATIVA ACADÊMICA DO ESTUDO.....	30
1.5	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ESTUDO.....	32
1.5.1	Temática, escopo e recorte do estudo.....	32
1.5.2	Caracterização do estudo.....	33
2	ABORDAGEM METODOLÓGICA, MATERIAIS E MÉTODOS.....	36
2.1	DETALHES DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	36
2.2	A EVIDENCIAÇÃO DO INEDITISMO DO ESTUDO.....	38
2.2.1	A pesquisa sistemática na base <i>Scopus</i>.....	38
2.2.2	Pesquisas mais ou menos sistemáticas em outras plataformas digitais	40
2.2.3	Comentários sobre dez publicações identificadas na pesquisa.....	41
2.3	MAPA DA TESE.....	44
2.3.1	Corpus teórico principal.....	45
2.3.2	Corpus teórico complementar.....	45
2.3.3	Corpus de pesquisa principal.....	46
2.3.4	Corpus de pesquisa complementar.....	47
3	ASPECTOS TEÓRICO-CONTEXTUAIS DO ESTUDO.....	51
3.1	ASPECTOS CONCEITUAIS.....	51
3.1.1	Das origens míticas de um lugar ideal.....	52
3.1.2	Pressupostos históricos da busca pelo mundo ideal.....	54
3.2	OUTROS CONCEITOS.....	62
3.2.1	Sobre a utopia.....	62
3.2.2	Sobre o imaginário coletivo e a noção de lugar ideal.....	66
3.3	AS NOÇÕES DE CIDADE.....	69
3.3.1	A cidade real.....	71
3.3.2	A “cidade criativa” como exemplo do ideal intermediário e profético.....	75

3.3.3	A cidade inteligente, como exemplo utópico	78
4	A IDEALIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO	83
4.1	MOTIVAÇÕES MÍTICAS OU MÍSTICAS	83
4.2	MOTIVAÇÕES CÉTICAS OU RELIGIOSAS.....	84
4.3	DO MITO DE ORIGEM AO CAPITALISMO POLÍTICO-RELIGIOSO.....	87
4.4	RAÍZES RELIGIOSAS DA FILOSOFIA E DA IDEOLOGIA.....	90
4.4.1	Sociedade política e domínio cultural.....	93
4.4.2	Globalização, organizações e blocos econômicos transnacionais.....	96
5	CONCEITOS DE UTOPIA E TIPOLOGIAS UTÓPICAS	101
5.1	CONCEITOS DE AUTORES DE INTERESSE	101
5.2	TIPOLOGIAS UTÓPICAS	126
5.3	ALGUMAS UTOPIAS.....	134
6	A CIDADE DO FUTURO	141
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
8	REFERÊNCIAS	155

A longo prazo, a vida sem utopia se torna irrespirável, para a multidão pelo menos: sob pena de petrificar-se, o mundo necessita de um delírio novo. (Emil Cioran)

1 INTRODUÇÃO

Neste texto, apresenta-se um estudo sobre motivações e razões propositivas para as cidades ideais ou utópicas e o conhecimento, considerando-se conceitos e arranjos teóricos relacionados com termos como: ideação, imaginação, sonho, projeto, criação, utopia, conhecimento e cidade. São aqui discutidos os arranjos teóricos, com descrições de conceitos e modelos de cidades e a categorização de suas motivações e razões, de acordo com diferentes intenções, subjetivas e objetivas, religiosas, morais ou legais, priorizando-se o que historicamente foi idealizado e ainda não realizado. Inicialmente, considera-se que há diferenciações entre motivações e razões. Isso porque as motivações são diretamente associadas aos desejos e as razões às necessidades. Assim, na idealização de cidades pode-se desejar paz e harmonia entre as pessoas. Mas, para isso considera-se necessária a segurança. Portanto, é razoável que se considere elementos e aspectos relacionadas à ideia de segurança.

De modo geral, este estudo é configurado a partir da premissa de que as ideias constituem conhecimentos e antecedem aos atos e aos fatos nas produções humanas. Trata-se de uma dinâmica recorrente que, às vezes, ocorre de modo instantâneo e inconsciente e em estados de sono, como nos sonhos, ou vigília, como na imaginação ou devaneio. Mas, também pode ocorrer a partir de crenças pessoais, filosóficas, religiosas ou políticas. Isso inclui dogmas ou paradigmas estabelecidos individualmente ou coletivamente. Entre outras possibilidades, as realizações humanas podem ser consideradas (1) ficcionais e expressas em palavras ou (2) factuais e informadas em substâncias físicas ou materiais - ou seja, podem ser imateriais ou materiais.

Para ser socialmente compartilhada, toda ideia requer uma mídia, como suporte físico para sua expressão e modelagem como informação (PERASSI, 2019). Porém, considera-se que os suportes das ideias literário-ficcionais são registros com palavras, representando conceitos, ações e coisas. Por sua vez, os suportes das realizações factuais costumam suportar e informar elementos e aspectos das próprias coisas. Por exemplo, uma maquete de edificação ou cidade é a representação corpórea e analógica que, pelo menos parcialmente e aproximadamente, corporifica elementos e aspectos da coisa representada.

Há, portanto, segundo Perassi (2019), níveis entre os processos de (1) ideação, (2) representação e (3) realização, sendo que as descrições literário-ficcionais de cidades são representações mais próximas da ideação. Já os desenhos e as maquetes são tipicamente meios ou mídia de representação, como coisas materiais que se aproximam fisicamente da corporeidade da cidade a ser realizada. Além disso, as motivações e as razões do processo imaginativo costumam ser apresentadas na literatura, mas só eventualmente são explícitas juntamente com os desenhos ou maquetes das cidades. Fora do âmbito ficcional, o processo é semelhante, e a apresentação pode se dar através de textos, desenhos, palestras e outros, podendo ainda ser incorporada ao registro de uma pauta filosófica mais abrangente – como uma proposta política de modificação da realidade daquele indivíduo, de um grupo ou mesmo de uma coletividade maior.

Em quaisquer formas de explicitação, as cidades ideais ou ficcionais, além de motivações e razões, eventualmente podem ainda ser apresentadas imagens, desenhos ou gravuras que representam as descrições verbais dos lugares imaginados. Contudo, o interesse na categorização de motivações e razões determinou que fossem privilegiadas neste estudo as descrições verbais, por serem consideradas descrições mais próximas do trabalho de ideação. Aliás, na verbalização, as imagens mentais são descritas antes de serem transpostas para a imaginária gráfica ou tridimensional. Com este escopo, privilegia-se a premissa de que a ideação antecipa o conhecimento e a ação.

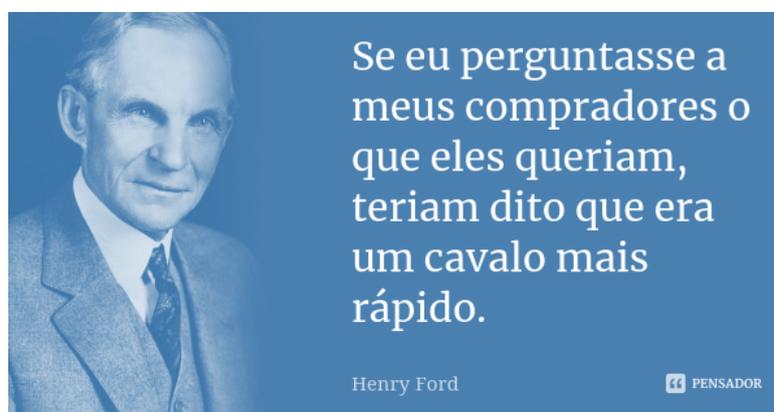
Descrições e reflexões sobre motivações e razões para a proposição e o desenvolvimento de cidades materiais, virtuais e ficcionais são realizadas no contexto da produção do conhecimento e das realizações humanas. Em seguida, o conhecimento produzido é sistematicamente apresentado em categorias, como um mapa conceitual e descritivo-analítico de motivações e razões que propiciam e promovem a imaginação de cidades ideais.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Primeiramente deve ser ampliada a ideia de “conhecimento” que, tradicionalmente, é relacionada ao conceito de verdade e às possibilidades eficientes de aplicação, seja para: (1) aproveitamento de oportunidades, (2) atendimento de necessidades ou (3) solução de problemas. Mas, é necessário

ressaltar que inovações ou revoluções artístico-culturais e científicas, muitas vezes, não são diretamente relacionadas com oportunidades, necessidades ou problemas previamente conhecidos. Por exemplo, a partir de algumas evidências, no ano 2000, a frase: “Se eu perguntasse a meus compradores o que eles queriam, teriam dito que era um cavalo mais rápido” (Figura 1) foi atribuída ao empreendedor estadunidense Henry Ford (1863-1947), depois de ser historicamente recuperada (BASTOS, 2020).

Figura 1 – Frase atribuída à Henry Ford



Fonte: <https://www.pensador.com/frase/MTEzNTA1OA/>

Considera-se aqui que a autoria é menos relevante que o conteúdo da frase. Portanto, mesmo que ainda haja dúvidas sobre a autoria, o valor e a popularidade da frase decorrem da afirmação de que há situações revolucionárias, nas quais oportunidades ou necessidades devem ser antecipadamente sonhadas, imaginadas e descobertas, para que se justifique a efetivação de novos processos, produtos ou outras realizações. Além disso, apesar de não ser realizada neste estudo, acredita-se que seria interessante pesquisar sobre motivações e razões que direcionaram Henry Ford a sonhar, imaginar e atuar para o desenvolvimento inovador da indústria automobilística e dos automóveis, considerando-se que essas seriam mais amplas e complexas que as óbvias questões econômico-financeiras.

Fora da temática motivacional sobre as cidades ideais, outra ilustração possível, decorre da narrativa do romance “Vinte mil léguas submarinas” de Júlio Verne (1870/2012) que, partindo de conhecimentos e experimentos submarinos anteriores e ainda incipientes, idealizou ficcionalmente um produto tecnologicamente

sofisticado (o submarino *Nautilus*) e uma aventura impossível de ser realizada no século XIX.

A obra de Júlio Verne, contudo, informa sobre o conhecimento ficcional que foi detalhadamente idealizado (conhecimento como processo), sendo ainda informado e comunicado, verbal e materialmente, em livros (conhecimento como produto). Inclusive, no artigo “O potencial educativo dos romances de ficção científica: leituras de Verne, Wells, Asimov e Clarke”, Túlio Fereda e Alice Pierson (2020) defendem e justificam o potencial pedagógico de quatro obras de ficção literária: “O fim da eternidade” (ASIMOV, 1955/2007); “2001: uma Odisseia no espaço” (CLARKE, 1968/2013); “Vinte mil léguas submarinas” (VERNE, 1870/2012); “A máquina do tempo” (WELLS, 1895/1895).

De acordo com Perassi (2005), o conhecimento de qualquer coisa ou processo, ideal ou material, requer: (1) que sua existência seja percebida, como coisa material ou processo mental; (2) que a coisa ou processo percebido seja retido na memória imediata ou permanente; (3) que o registro do percebido seja mentalmente associado a outras coisas ou processos afetivos e simbólico recebendo significações. Por sua vez, Carl Jung (1987) propôs um modelo em que a mente composta em duas camadas:

- A mais externa é a das sensações, como princípios perceptivos de informações dos objetos exteriores. Mas, por meio de lembranças e associações, os estímulos sensoriais podem ser recuperados e revividos, de modo coerente ou imaginativo-criativo.
- A camada mais interna é cognitiva e pensante de ideias e conceitos associados ao sensorialmente percebido, para nomear e classificar as coisas.

Na interseção entre o sensorial e o cognitivo afloram os sentimentos, como fontes de critérios intuitivo-avaliativos sobre a qualificação e a designação do que é percebido ou imaginado.

Em síntese, tudo que é percebido, retido e associado torna-se conhecido, porque foi mentalmente processado e relacionado. Estruturalmente, o conhecimento não se restringe ao que é verdadeiro ou útil. Isso porque os atributos de valor não definem a natureza do conhecimento, apesar de circunstancialmente designarem

sua importância. Aliás, aquilo que agora é considerado verdadeiro ou útil, posteriormente, pode deixar de ser assim percebido.

Para diversos autores, como Sigmund Freud (1856-1939) na interpretação dos sonhos; Carl Gustav Jung (1875-1961) no estudo dos símbolos humanos e Joseph Campbell (1904-1987), que descreveu o poder do mito, o conhecimento expresso em sonhos, ficções e mitos também pode e deve ser valorizado, principalmente por seu poder propiciatório. De modo consciente ou não, a ideação ou a imaginação propiciam, orientam e antecipam as realizações humanas, além de dispor de seus próprios valores e cumprirem as funções que lhes são intrínsecas.

Seguindo parcialmente o pensamento de Immanuel Kant (1724-1804), Charles Peirce (1839-1914) considerou que os fenômenos do conhecimento ocorrem na mente. Isso porque se algo aconteceu no mundo e não foi mentalmente percebido por alguém também não foi conhecido. Por sua vez, toda ideia percebida como sensação, lembrança, imaginação, motivação ou razão é um fenômeno para ser conhecido e interpretado. Isso confirma a ampla variedade do conjunto dos objetos de estudo para a filosofia e as ciências. Tudo que é mentalmente percebido, pensado ou imaginado pode ser conhecido e deve ser interpretado ou estudado. Para Peirce, os objetos de conhecimento e estudo são diversos como os produtos dos sonhos, as dores ou os raciocínios hipotéticos (motivações), entre outros (FROEHLICH, 1998).

Há cidades que foram materialmente realizadas e historicamente construídas, desenvolvidas, transformadas e parcial ou totalmente destruídas. Todavia, também há registros históricos ou ficcionais de cidades que foram apenas idealizadas ou imaginadas, inclusive, algumas dessas são consideradas utópicas. “Utopia” é a palavra criada para ser o título da obra literária de Thomas More (1478-1535), que foi primeiramente publicada em 1516. O significado literal “lugar nenhum”, porque em grego a letra “u” inicial representa negação e o termo “topos” significa lugar (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 192). Há também sonhos, imaginações ou ideações sobre cidades que, no momento de sua descrição, não são factíveis ou realizáveis. Mas, posteriormente e pelo menos parcialmente, tornam-se factíveis ou realizáveis, como sonhos, imaginações ou ideações proféticas.

Neste estudo, considera-se especialmente as expressões “cidade criativa” e *smart city* ou “cidade inteligente”, como representações das versões mais atuais de

(1) cidades intermediárias ou proféticas e (2) cidades utópicas. Isso porque a expressão “cidade criativa” é aqui indicada como designação para cidades em processo de planejamento e desenvolvimento, para atingirem a condição de “cidade inteligente”, *smart city*. Por sua vez, o conceito “cidade inteligente” ou *smart city*, primeiramente, foi relacionado ao incremento de recursos da tecnologia digital. Mas, em seguida, passou a ser questionado e alterado para incorporar critérios de boa governança político-econômica e outros, relacionados à sustentabilidade socioambiental, ao respeito à diversidade étnico-racial e de gênero, entre outras demandas. Por isso, percebe-se que as proposições de cidades inteligentes, com relação à completude ou perfeição da proposta, tornaram-se cada vez mais ideais e utópicas.

Na cultura literária brasileira é popularmente conhecida a idealização poética de “Pasárgada”, como a cidade idílica do poema “Vou-me Embora pra *Pasárgada*” de Manoel Bandeira (1886-1968). Historicamente, trata-se da nomeação de uma antiga cidade persa, cujas ruínas ainda existem e resistem como sítio arqueológico. Mas, não há referências históricas no poema de Bandeira, no qual o poeta descreve seus desejos por uma existência diferente da realidade vivida de modo limitado pela fragilidade de sua saúde (JUNQUEIRA, 2003).

Por sua vez, na alegoria literária de More, o nome Utopia é atribuído a uma ilha imaginária e ocupada por uma sociedade perfeita, igualitária, harmoniosa e pautada no humanismo político-filosófico da época renascentista. As cidades e outras formulações idealmente utópicas são irrealizáveis, ou seja, por definição ou princípio são integralmente inalcançáveis, mas oferecem conhecimentos inspiradores para as realizações humanas. Além disso, há outras cidades mentais que foram motivadas, imaginadas e idealizadas fora da radicalização utópica. Portanto, essas idealizações propõem conhecimentos que, eventualmente, poderiam ser adaptados e materialmente realizados, de acordo com os recursos tecnológicos, econômicos e humano-sociais que vão sendo continuamente desenvolvidos.

Neste estudo não são especificamente consideradas as *cibersociedades*, as quais ocupam cidades que, pelo menos parcialmente, mantém sua dinâmica e estrutura físico-material sob governança, controle e interferência de aparatos, recursos e sistemas digitais *online*. Porém, como mais exemplos relacionando idealização e realização, **que são os temas básicos da problemática deste estudo**, podem ser também assinalados os efeitos da revolução digital. Isso porque

a consolidação e os constantes avanços da tecnologia digital em rede *online* revolucionaram e continuam transformando a dinâmica sociopolítico das cidades. Inclusive, de modo positivo ou não, torna possível coisas e processos que, anteriormente, só poderiam ser sonhados ou imaginados.

Diante do exposto, indica-se que a pergunta central, que orienta o trabalho de pesquisa e este processo de estudo é: **“Como categorizar motivações e razões que provocam ou suscitam sonhos ou idealizações de cidades imaginárias ou ficcionais, utópicas ou proféticas?”**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Categorizar motivações e razões para a idealização de cidades imaginárias, ficcionais, utópicas ou proféticas, as quais foram identificadas na literatura selecionada para este estudo.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar os textos selecionados para o estudo de cidades ideais, ficcionais ou imaginárias;
- Propor conceitos e arranjos teórico relacionados com a temática do estudo;
- Identificar motivações e razões para a ideação de cidades proféticas ou utópicas;
- Descrever as motivações e as razões;
- Analisar as motivações e as razões de acordo com a teoria aplicada.

1.3 INTERRELAÇÕES E ADERÊNCIA AO PROGRAMA PPGEGC/UFSC

Mais uma vez, destaca-se que o conhecimento é o objeto central e final dos estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – PPGEGC/UFSC. Além disso, tradicionalmente os livros

e atualmente os repositórios digitais, com acesso *online* a textos ou artigos e documentos, são mídia-suporte ou meios que registram e conservam o conhecimento já produzido. Este estudo, cuja pesquisa foi principalmente desenvolvida com etapas exploratória e bibliográfica, mostra-se pertinente e aderente à área de concentração “Mídia do Conhecimento” e à linha de pesquisa “Teoria e Prática em Mídia do Conhecimento”. Isso porque o objeto deste estudo é composto pelas motivações e razões que levam à ideação de cidades imaginárias ou ficcionais e, apesar de serem recursos auxiliares para a maioria das pesquisas, neste caso específico as motivações e as razões estudadas só podem ser descritas em livros ou textos teóricos e documentais.

As motivações e as razões para qualquer ideação partem dos conhecimentos tácitos ou explícitos que, consciente ou inconscientemente, preexistem nas mentes idealizadoras. A idealização de uma cidade imaginária ou ficcional, seja utópica ou profética, também caracteriza um processo criativo e mais ou menos inovador de produção do conhecimento. O primeiro procedimento necessário para qualquer inovação é o exercício imaginativo. Aliás, inicialmente, as ideias inovadoras revolucionárias são consideradas absurdas e aparentemente ilógicas, porque diferentemente das inovações evolucionárias, as revolucionárias costumam contradizerem frontalmente as tradições.

Diante disso, este estudo trata das motivações fundamentais da construção imaginária e das conseqüentes expressões e organização do conhecimento sobre cidades, como territórios psíquico-afetivos, sociopolíticos, físico-geográficos, urbanos e arquitetônicos. Assim, é caracterizado como interrelacional e interdisciplinar, principalmente, porque a ideia de cidade é um tema transversal para: (1) diversas atividades poéticas, literárias e artísticas; (2) diferentes disciplinas acadêmicas filosóficas, históricas, geográficas, arquitetônicas, antropológicas, sociopolíticas e científicas. Em síntese a idealização de cidades é interrelacional ou transversal para diferentes áreas do conhecimento, “que compõem o discurso difuso da erudição moderna não são meras posições intelectuais vantajosas, mas modos de estar no mundo” (GEERTZ, 1983, p. 182).

Figura 2 – Áreas do conhecimento relacionadas ao estudo



Fonte própria

Os princípios de convivência social, circulação, interação e governança são estruturalmente implícitos e basilares na ideação imaginária, ficcional ou projetiva e factual das cidades. Inclusive, a cidade é o *lócus* ou local específico de emergência, estruturação, convivência e competição das organizações sociopolíticas, como as organizações governamentais ou sociais, sejam instituições, corporações ou empresas. A ideia de cidade participa das representações intuitivas, decorrentes do conhecimento tácito, e das ciências explicativas, que descrevem o conhecimento explícito, como tipos de conhecimento descritos por Takeuchi e Nonaka (2008). “Existe a estrutura dinâmica do conhecimento explicativo, e existe a atuação ou o preenchimento dessa estrutura por meio do desenvolvimento das várias disciplinas científicas” (LONERGAN, 2010, p. 947).

Baseado no verbete do dicionário online *Oxford Languages*¹, considera-se que, entre outras significações, a palavra “arquitetura” significa o conjunto de princípios, normas, materiais e técnicas que, mais especificamente, é aplicado à criação e à construção de espaços ou conjuntos arquitetônicos, incluindo a materialidade geral das cidades. Mas, de modo mais abrangente, também significa o planejamento e a proposição geral de princípios e regras. Assim, é possível considerar a idealização da arquitetura das cidades utópicas, proféticas ou factíveis,

¹ <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>

como um processo mais amplo do que o planejamento da estrutura material urbana. Inclusive, a materialidade de ruas ou vias públicas e dos diversos prédios, em seu conjunto, participa do sistema mediador que, além de expressar formatos, também representa desejos, afetos, conceitos, propostas, êxitos e frustrações.

A partir do conceito expandido e diversificado de arquitetura, neste estudo são interrelacionadas questões propostas em três eixos básicos: (1) mediação, (2) gestão e (3) engenharia (Figura 3):

Figura 3 – Áreas do conhecimento EGC: Gestão, Mídia e Engenharia



Fonte própria

- Como já foi assinalado, a **mediação** é principalmente realizada com linguagem verbal, como informações suportadas por textos, livros e documentos impressos ou digitais;
- Partindo-se das motivações e das razões para a idealização de cidades, a **gestão** começa com a proposição de elementos e aspectos intangíveis, como desejos, finalidades e valores éticos ou morais, que passam a orientar a configuração de formatos, processos sociopolíticos e propostas imaginárias, ficcionais ou projetivas, distinguindo as proposições utópicas das proféticas ou circunstancialmente factíveis;
- Estrutura físico-material, organização-funcional e funcionamento são elementos e aspectos típicos e gerais de **engenharia** que, geralmente, são considerados na idealização das cidades imaginárias, ficcionais, projetivas e materiais.

As características interrelacionais e interdisciplinares deste estudo indica sua associação com diferentes elementos e aspectos de diversos trabalhos de tese e

dissertação do Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento – PPGEGC/UFSC. Especialmente, considerou-se temas e abordagens relacionadas com elementos e aspectos semântico-culturais, artístico-literários, saberes tradicionais, ideias ou modelos de cidade, criatividade e subjetividade, como os que foram propostos nos textos indicados a seguir:

- AGUIAR, Ranieri Roberth S. Modelo teórico de cultura para inovação social nas organizações, Tese de Doutorado, 2019.
- SABINO, Mileide Ferreira Leal. Diretrizes estratégicas para o compartilhamento do conhecimento tradicional visando à sustentabilidade cultural: um estudo de caso do Projeto Ilha Rendada, Tese de Doutorado, 2019.
- PALANDI, Fernanda Elisa Demore. The cultural process of dematerialization for achieving sustainable outcomes in knowledge societies, Dissertação de Mestrado, 2018.
- RIBEIRO, Alessandro Costa. Modelo de reconhecimento de padrões em ideias usando técnicas de descoberta de conhecimento em textos. Dissertação de Mestrado, 2018.
- FOSSARI, Carmen Lúcia. Criação do conhecimento em processos dramaturgicos à luz do texto literário. Tese de Doutorado, 2018.
- ARRIVABENE, Rafael Caetano. Características da disseminação de conhecimento sociocultural em jogos digitais, Dissertação de Mestrado, 2017.
- NUNES, Cristina Colombo. Conhecimento da cidade: modelo de qualificação da imagem da marca do lugar urbano. Tese de Doutorado, 2017.
- ANDERLE, Daniel Fernando. Modelo de conhecimento para representação semântica de *smart cities* com foco nas pessoas, Tese de Doutorado, 2017.
- SILVA, Charles Odair Cesconetto. A disseminação de conhecimento científico através do filme documentário, Dissertação de Mestrado, 2013.
- RAMOS, Magda Camargo Lange. Diretrizes para produção do conhecimento em bibliotecas universitárias, Tese de Doutorado, 2012.

- SILVEIRA, Ermelinda Ganem. Contribuições da psicologia profunda de Carl Gustav Jung para um modelo de gestão do conhecimento nas organizações, Tese de Doutorado, 2012.
- MULLER, Silvana Graudenz. Patrimônio cultural gastronômico: identificação, sistematização e disseminação dos saberes e fazeres tradicionais, Tese de Doutorado, 2012.
- FRANTZ, Michelle Franzoni. Criação e compartilhamento de conhecimento artístico e cultural em ambiente virtual interativo, Tese de Doutorado, 2011.
- FRANKLIN, Benjamin Luiz. Máquina em transe: entendendo o desejo pela revolução digital. Tese de Doutorado, 2011.
- MELGAR Sasieta, Héctor Andrés. Um Modelo para a visualização de conhecimento baseado em imagens semânticas, Dissertação de Mestrado, 2011.
- PEREIRA, Kariston. O Raciocínio abduutivo no jogo de xadrez: a contribuição do conhecimento, intuição e consciência da situação para o processo criativo, Tese de Doutorado, 2010.

1.4 A JUSTIFICATIVA ACADÊMICA DO ESTUDO

O interesse acadêmico por temáticas que relacionam território, urbanismo, cultura e principalmente subjetividade foi mais uma vez contemplado com este estudo sobre motivações e razões objetivas e subjetivas para a ideação de cidades imaginárias.

Anteriormente, no processo de construção da dissertação “Atlas subjetivo e colaborativo da região central do bairro Lagoa da Conceição em Florianópolis, SC” (MEDEIROS, 2016), no contexto do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Design – Pós-Design/UFSC foram também estudadas as motivações, as razões e a produção de “mapas subjetivos”. No estudo, considerou-se como componentes dos “atlas subjetivos”, os elementos e os aspectos de “Psicogeografia” e “Cartografia Emocional” expressões que designam

representações territoriais subjetivas, particulares e incomuns, devido às impressões afetivo-pessoais no processo continuado de percepção espacial e vivencial.

Desta vez, neste estudo de doutorado, buscou-se conhecer as motivações e as razões para a idealização de territórios simbólico-afetivos imaginários, os quais foram propostos e descritos como modelos cidades. Basicamente, as cidades imaginadas são aqui categorizadas como utópicas ou proféticas. Todavia, as impressões, os afetos e as ideias individuais, que participam do repertório psicológico das pessoas, são formulações particulares de vivências que foram continuamente influenciadas por aspectos culturais, religiosos, sociais e geopolíticos. Portanto, assim como outras configurações ideais, as cidades imaginárias são também modelos socioculturais e político-ideológicos de uma época e um lugar.

Atualmente, são comuns as discussões e as realizações referentes às coletividades de pessoas e coisas “inteligentes” e interagentes, porque dispõem de recursos digitais interligados em rede *online*. Isso propõe ideias e designações como “*cibersociedades*” e *smart cities*, como coletividades e cidades pensantes ou inteligentes. Vive-se no tempo das cidades pensantes, sendo que isso aumenta a responsabilidade humana nos processos de pensar as cidades ou de refletir sobre sua realidade. Inclusive, isso implica ainda em motivações e razões do passado, do presente e as projeções do futuro. Por isso, de maneira restrita, buscou-se neste estudo identificar, selecionar e interpretar parte dos textos escritos que, potencialmente, ofereciam informações para a construção do conhecimento sobre as motivações e as razões para a idealização de cidades.

No decorrer dos estudos relacionados à disciplina “*Cibersociedades*” do curso de doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento, percebeu-se o necessário exercício de compreender a realidade urbana *cibersocial* e imaginar ou projetar o devir das cidades na cibercultura (LÉVY, 1999), que é sustentada pela tecnologia digital em rede *online*. Aliás, a necessidade e as possibilidades envolvidas na questão tornam razoável e motivam o desejo de realização positiva e eficiente das *smart cities*.

No estudo das *cibersociedades* foi observada a influência dos modelos socioculturais e econômicos idealizados para as cidades utópicas imaginadas no período do florescimento tecnológico da cultura ocidental. Tratou-se de uma época em que, teoricamente, começaram a ser concebidos os modelos de *smart cities* na

emergente sociedade do conhecimento. Entretanto, foi pessoalmente considerada naquela disciplina a proposição de que as motivações e razões que impulsionavam a idealização das cidades inteligentes para o futuro próximo, basicamente, eram as mesmas ou muito semelhantes aos estímulos motivadores de todo o imaginário idealizador das cidades em geral, incluindo as ficcionais ou utópicas.

1.5 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ESTUDO

As ideias ou idealizações, inclusive de cidades imaginárias, são produtos mentais, subjetivos, implícitos e originalmente incomunicáveis, pelo menos enquanto não forem representadas em algum tipo de linguagem social, que pode ser corporal, verbal, digital, gráfica ou ser materializada como algum artefato no espaço tridimensional.

1.5.1 Temática, escopo e recorte do estudo

Neste estudo que trata de cidades idealizadas, imaginárias, ficcionais, utópicas ou proféticas, as principais fontes de pesquisa são os textos escritos, sejam artístico-literários, acadêmicos, científicos (fontes secundárias) ou documentais (fontes primárias). Os arranjos de palavras podem descrever eficientemente ideias lógicas ou convencionais e conscientes, que caracterizam o conhecimento explícito. A verbalização também explicita afetos e outras questões subjetivas conscientes. Mas, também pode registrar e expressar tacitamente, no corpo sonoro ou escrito das palavras, a parte subjetiva de desejos e afetos inconscientes.

Em síntese, identificar e interpretar os textos escritos sobre idealização de cidades imaginárias, sejam utópicas ou proféticas, são as tarefas realizadas neste estudo, principalmente, para descrever as motivações e as razões que mobilizam os idealizadores. De maneira mais ou menos detalhada, as cidades idealizadas são descritas na literatura estudada, mas, as motivações e as razões geralmente carecem de ser identificadas e explicitadas. Portanto, o **escopo deste estudo propõe a explicitação e a categorização em linguagem escrita** das motivações e razões para a imaginação de modelos de cidades utópicas ou proféticas.

Por sua vez, o **recorte do estudo** é parcialmente definido pela expressão “cidades imaginárias”, excluindo a realidade factual ou material das cidades já

existentes, apesar de incluir a sua possível idealização. Por exemplo, na obra literária “Cem anos de solidão” escrita por Gabriel García Márquez e publicada originalmente em 1967, Vieira (2012) considera que a cidade imaginária “Macondo”, é uma reminiscência nostálgica do autor da sua cidade natal colombiana “Aracataca”. Além disso, não há rígida delimitação por cidades não ficcionais, havendo também idealizações de cidades em registros ficcionais. Sobre isso, já foi feita uma categorização prévia que separa as cidades imaginárias, ficcionais ou não, em (1) utópicas ou (2) proféticas. Por definição, as cidades utópicas não são consideradas factíveis. Por sua vez, as proféticas, em algum tempo e espaço, podem ter sido ou se tornar realizáveis, pelo menos parcialmente. Enfim, outro delimitador do recorte da pesquisa é definido pela expressão “cultura ocidental”, a começar com os arranjos socioculturais das antigas cidades-estados gregas, como bases para o conjunto de ideias sobre a metade geopolítica, que é a parte oeste do território global. Historicamente, a seleção de ideias componentes do objeto deste estudo pode variar desde a antiguidade até a atualidade das cidades com suas superestruturas digitais.

1.5.2 Caracterização do estudo

A pesquisa desenvolvida na realização deste estudo é caracterizada como **qualitativa, exploratório-descritiva e explicativa**, sendo principalmente baseada no estudo de fontes bibliográficas ou secundárias, apesar de haver o estudo de eventuais fontes documentais ou primárias (Figura 4).

Figura 4 – Caracterização da pesquisa realizada neste estudo



Fonte própria

Na classificação proposta por Burrell e Morgan (1979), para indicar a visão de mundo dos estudos sociais e organizacionais (Figura 5), o **paradigma interpretacionista ou interpretativista** é descrito como abrangente de um amplo e diversificado conjunto de proposições filosóficas e sociológicas. As proposições buscam compreender e descrever concepções de mundo baseadas na percepção e na perspectiva das pessoas inseridas no contexto social. Portanto, para Vergara e Caldas (2005), diferentemente do objetivismo positivo-funcionalista, não se trata de configurar uma visão externa e objetiva sobre o fenômeno.

Figura 5 – Paradigmas das pesquisas em Ciências Sociais e Organizacionais



Fonte: Adaptado de Burrell e Morgan (1979)

No paradigma interpretacionista ou interpretativista, o interesse é compreender a experiência subjetiva dos sujeitos. Por isso, busca-se neste estudo identificar e descrever motivações e razões dos próprios idealizadores de cidades imaginárias. Mas, apesar de ser instância de individuação, a subjetividade também é compreendida como objetividade introjetada, sendo diretamente influenciada pelo contexto sociocultural e político-econômico no qual o sujeito foi ou está inserido. Assim, decorre da interação entre os aspectos físico-objetivos, os simbólico-culturais e os tipicamente subjetivos.

Há o componente solipsista na idealização subjetiva das cidades. “Para o solipsista (só existe o eu e suas sensações), o mundo é a criação de sua mente” (VERGARA; CALDAS, 2005, p. 2). Todavia, acrescenta-se que grande parte do acervo mental é determinada por estímulos do mundo e convenções culturais. Por isso, doutrinas como Fenomenologia e Hermenêutica também aceitam interpretações filosóficas ou socioculturais de outros sujeitos sobre as descrições do fenômeno que, subjetivamente, idealizado por alguém específico.

O estudo aqui apresentado é, portanto, situado na **visão de mundo interpretacionista ou interpretativista**. Em síntese, porque é principalmente baseado na interpretação de textos verbais centrais e auxiliares, para identificar, descrever e categorizar as motivações e as razões das idealizações de cidades imaginárias. Como consequência positiva do estudo, considera-se que a apresentação sintética e sistemática do produto interpretativo resulta no conhecimento sobre as expectativas ideais, básicas e gerais que são projetadas na idealização das cidades. Aliás, isso coincide com a proposição do “conhecimento”, como finalidade do Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento – PPGEGC/UFSC.

O ineditismo deste estudo foi evidenciado nos resultados da etapa exploratória da pesquisa, que é descrita a seguir no capítulo sobre materiais e métodos. Foram realizadas buscas sistemáticas e assistemáticas em repositórios digitais e noutras fontes de pesquisa. Mas, não foram encontradas quaisquer publicações específicas sobre motivações e razões para a idealização de cidades imaginárias. Por isso, considerou-se necessária a interpretação dos textos relacionados com cidades imaginárias realizáveis (proféticas) ou utópicas.

2 ABORDAGEM METODOLÓGICA, MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida no contexto deste estudo é qualitativa e descritiva. Observou-se que a identificação, a seleção e a descrição de motivações e razões, para a idealização de cidades imaginárias, foram previamente necessárias para a realização do objetivo geral. Aliás, depois de descritas as motivações e as razões para a idealização de cidades imaginárias, foi possível definir e organizar em categorias o conhecimento produzido sobre isso.

2.1 DETALHES DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para Marconi e Lakatos (2007), na abordagem qualitativa, a finalidade é descrever e interpretar de maneira específica e aprofundada os fenômenos estudados, sem o uso de recursos e processos quantitativos ou estatísticos. Sobre a pesquisa descritiva, Japiassu e Marcondes (2001) consideram que se trata de um tipo de pesquisa cujas bases são: (1) a observação e (2) a descrição do que foi observado como objeto de estudo, sem interferências diretas das pessoas que pesquisam e estudam o fenômeno. Por sua vez, Valentim (2005) indica as seguintes etapas no desenvolvimento de pesquisas descritivas:

1. Etapa exploratória, para identificação e seleção de fontes de pesquisa;
2. Etapa teórico-bibliográfica e documental, para a seleção de conceitos, arranjos teóricos, informações gerais ou específicas e dados para o estudo;
3. Etapa de análise e interpretação do material de pesquisa de acordo com a teoria estudada, resultando em descrições e explicações sobre a temática estudada;
4. Etapa de estruturação e produção do relatório da pesquisa que, neste estudo, é o texto academicamente formatado para a apresentação e a defesa da tese de doutorado.

Mattar (2005) assinala ainda a função basilar da etapa exploratória no processo de pesquisa, por causa das buscas para identificar e selecionar fontes, visando ampliar e detalhar o conhecimento sobre a temática estudada. Além de incluir possibilidades de proposição de hipóteses ao estudo. Mas, além de confirmar

a necessidade da etapa exploratória na pesquisa descritiva, Valentim (2005) indica sua continuidade com estudos bibliográficos e documentais, para subsidiar a descrição e a interpretação adequada do objeto de estudo. Mas, também adverte sobre a não interferência no fenômeno observado, admitindo apenas a realização de comparações e interpretações do objeto de estudo, de acordo com a teoria adotada.

De maneira geral, Gil (2002) considera a divisão da pesquisa descritiva em duas partes, as quais abrigam as etapas já indicadas. (1) A primeira parte é de observação e descrição do fenômeno ou objeto de estudo e (2) a segunda parte é de interpretação do que foi observado, com recursos de comparação e o apoio de conceitos e arranjos teóricos da literatura acadêmica.

É necessário destacar que, neste estudo, o fenômeno ou o objeto estudado também é literário. Como foi anteriormente indicado, as descrições e os argumentos sobre a idealização de cidades imaginárias foram observados e estudados em livros, com versões materiais ou digitais (*e-books*). Portanto, (1) há um conjunto de conceitos e arranjos teóricos pesquisados em textos escritos, incluindo livros, que foram selecionados e usados como recursos teórico-acadêmicos de análise e interpretação. (2) Há também o conteúdo verbal de outros livros que, também, foram selecionados e estudados por tratarem das idealizações de cidades imaginárias. O objeto deste estudo é o conteúdo do segundo conjunto de livros sobre as cidades ideais.

Dos processos descritivo-interpretativos é que decorrem primeiramente as proposições (formulações ou hipóteses) sobre as motivações e as razões para a idealização de cidades. A partir disso, podem ser produzidas as explicações e a categorização dessas motivações e razões.

Destaca-se ainda que o percurso de realização da pesquisa ocorreu em espiral e não de maneira exatamente linear. Isso porque houve eventuais retornos e sobreposições das etapas. Por exemplo, a etapa exploratória foi pontualmente retomada em diversos momentos, para a busca de mais fontes de pesquisa de acordo com a evolução das demandas do estudo. Por isso, também houve recorrentes retornos aos estudos bibliográficos, para o incremento ou o esclarecimento de conceitos e arranjos teóricos.

2.2 A EVIDENCIAÇÃO DO INEDITISMO DO ESTUDO

A “análise exploratória” é um procedimento inicial da etapa exploratória da pesquisa, em sua realização, busca-se obter subsídios para o planejamento da revisão sistemática de literatura. A exploração inicial foi realizada *online* em repositórios ou livros digitais, mas também foram consultados livros materiais, as buscas foram realizadas com descritores em português, inglês e espanhol. Um resultado relevante da análise preliminar foi a identificação de que as cidades imaginárias, proféticas ou utópicas, são denominadas com diferentes palavras. Por exemplo, chamadas por diversos outros nomes. Por exemplo, Peter Hall (1996) as intitula como cidades da imaginação ou cidades do amanhã. Em outras fontes, a designação de cidade é eventualmente substituída por outros termos como: território, urbanismo, mundo, arquitetura ou protocidade. Além da alteração do substantivo, a adjetivação associada à idealização ou à imaginação pode ser apresentada com as seguintes qualificações: virtual, invisível, experimental, inventada, ficcional, fantástica, simulada, futurista, surrealista, ideal, quimérica, irreal, visionária, de fantasia, conceitual, perfeita, piloto, performática, cinemática ou alternativa. Podem ser consideradas utopias dentro do planejamento urbano.

2.2.1 A pesquisa sistemática na base *Scopus*

A base de dados pesquisada *online* foi a que é suportada pela plataforma digital *Scopus*². Os descritores utilizados foram as seguintes expressões: “utopian cities”; “utopic cities”; “planned cities”; “ideal cities”; “urban utopias”.

As buscas em títulos, resumos e palavras-chave, para todos os tempos, na área de Ciências Sociais & Humanidades e Ciências Físicas. Como mostram os resultados a seguir (Tabela 1), foram encontrados 27 resultados na busca com a expressão “utopian cities”. Por sua vez, as buscas com as expressões “utopic cities” (plural) e “utopian city” (singular) não produziram resultados. Já a busca com a expressão “planned cities” obteve 118 resultados, mas sem associações com os

2 <https://www-scopus-com.ez46.periodicos.capes.gov.br>

temas cidades imaginárias ou utópicas. As indicações mais expressivas e pertinentes decorreram das buscas com as expressões “ideal cities” e “urban utopias”, foram encontrados 127 e 44 resultados respectivamente.

Tabela 1 – Resultados iniciais da pesquisa com três diferentes expressões na base Scopus

Expressão pesquisada	Resultados iniciais
<i>Utopian cities</i>	27
<i>Ideal cities</i>	127
<i>Urban utopias</i>	44
TOTAL	238

Fonte própria.

No processo de refinamento da pesquisa, entre os 238 resultados com indicações de artigos, livros, conferências e outros, foram excluídas as repetições e os que em línguas diferentes dos idiomas inglês, português ou espanhol. Entre as publicações de 2016, três foram excluídas: duas escritas em alemão e uma repetida, entre as de 2014, 2013, 2007, 2003 e 1998 foram encontradas cinco repetições, sendo uma em cada ano. Por isso, a soma dos resultados válidos diminuiu para 230 resultados, com publicações de 1962 a 2016.

Em seguida, foram identificados e desconsiderados alguns artigos de áreas diversas aos interesses deste estudo como, por exemplo, a área de Informática. Foi observado nos resultados da pesquisa ampla variedade de textos sobre cidades idealizadas ou idealizações a partir do estudo de lugares específicos como: Canberra, New Haven, Jerusalém, Expo 97, *Early Stoa* e outros. Por isso, foram identificados e selecionados os textos mais associados com as motivações e as razões para a idealização de cidades, sendo evitados também alguns textos com estudos tipicamente literários ou ficcionais. Assim, restaram 50 publicações, as quais foram novamente revisadas. Entre essas, algumas foram excluídas porque não foi possível obter uma cópia integral da publicação, mesmo depois de acionar diversos

recursos, incluindo buscas *online*, consultas em livrarias e editoras ou mesmo tentativas de contato com autoras ou autores.

Ao final do processo foram identificadas vinte publicações da base *Scopus* como fontes de pesquisa. Assim, posteriormente, adotou-se conceitos, arranjos teóricos, informações e dados pesquisados nessas fontes, sendo umas mais utilizadas que outras.

2.2.2 Pesquisas mais ou menos sistemáticas em outras plataformas digitais

Além das fontes teórico-bibliográficas da base *Scopus*, outras fontes também foram selecionadas e usadas a partir de outras pesquisas mais ou menos sistemáticas que, principalmente foram realizadas através de buscas na plataforma digital *Google* e especialmente no acervo *Google-Acadêmico*. Também foram realizadas buscas online no “Catálogo de Teses e Dissertações” na plataforma digital da instituição governamental *Capes*. Foram recorrentes as buscas tendo como descritores as expressões: “cidade imaginária”; “cidades imaginárias”, “cidade ideal”; “cidades ideais”. **Entre todas as publicações e as produções observadas, não foi encontrada nenhuma que fosse muito semelhante a este estudo, confirmando assim sua originalidade.**

No catálogo *Capes* de teses e dissertações foram encontradas as seguintes produções sobre temas afins:

- ILVA, Adriana Mattos de Caula e. **Cidades imaginárias: utopia, urbanismo e quadrinhos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Mestrado em Urbanismo).
- BENTO, Alexandre Rosa. **Das propostas fantásticas do urbanismo até as cidades imaginárias desenhadas para revista de história em quadrinhos *Heavy Metal***. Porto Alegre: UFRGS, 2008 (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

A dissertação de Adriana Ilva (2002) aproxima-se da temática deste estudo, principalmente porque trata de “cidades imaginárias” e “utopia”. Todavia, o foco da dissertação não recai sobre as motivações e as razões da idealização de cidades imaginárias e utópicas, porque o interesse manifesto é de identificar essas expressões e respectivos conceitos na produção de histórias em quadrinhos. O

mesmo interesse em identificar a idealização de cidades imaginárias em histórias em quadrinhos foi observado na dissertação de Alexandre Bento (2008). Porém, de maneira ainda mais específica, trata-se do tipo de narrativa gráfica identificada como *Heavy Metal*.

Nas buscas realizadas a partir da plataforma *Google*, foram destacadas as seguintes publicações, cujas temáticas também se aproximam deste estudo. Mas, não interferem igualmente na sua originalidade:

- NAZÁRIO, Luiz (org.). **A cidade imaginária**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- PEREIRA DA SILVA, J. M.; TOLEDO L. C. O exercício de pensar a cidade imaginária. **Cadernos PROARQ 36**. Rio de Janeiro: UERJ, junho 2021.
- PESAVENTO, S. J. Cidades Imaginárias: Literatura, História e Sensibilidade. *Fênix (UFU Online)*, V6, p, 1-9, 2009.
- PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidade sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p.7-23, 2007.

Primeiramente, ressalta-se que, entre as publicações encontradas e aqui destacadas, nenhuma trata especificamente de motivações ou razões para a idealização de cidades imaginárias. Em síntese, em todas as publicações indicadas acima, o interesse manifesto é a descrição de situações ou imaginações específicas e relacionadas com cidades irreais ou a partir de idealizações fantasiosas de situações ou cidades históricas ou ainda existentes.

2.2.3 Comentários sobre dez publicações identificadas na pesquisa

As publicações indicadas e comentadas a seguir foram identificadas, selecionadas e consideradas especialmente pertinentes para este estudo, mesmo que algumas não tratem especificamente de cidades imaginárias:

- VANOLO, A. Is there anybody out there? The place and role of citizens in tomorrow's smart cities. Università degli Studi di Torino, Itália, 2016. Este artigo é relevante porque aborda a cidade inteligente e os discursos sobre desenvolvimento urbano sob a ótica do cidadão. Apresentando ainda uma visão diferenciada dos discursos que louvam a cidade inteligente e discutindo possibilidades em que os cidadãos serão subjugados por

tecnologias que limitam sua liberdade.

- ORTEGON-SANCHEZ, A.; TYLER, Nick. **Constructing a Vision for © 'Ideal' Future City**: a conceptual model for Transformative Urban Planning, University College London, Inglaterra, 2016. Esta publicação registra uma conferência que não trata diretamente de cidades imaginárias ou utópicas. Mas, propõe modelos de concepção e gestão para as cidades do futuro, para que essas contribuam para o bem-estar de seus habitantes, com justiça social e sustentabilidade econômica e ambiental.
- MORRISON, T. **Unbuilt Utopian Cities 1460 to 1900**: reconstructing their Architecture and Political Philosophy, 2015. Neste livro estruturado em duas partes, uma trata de cidades utópicas renascentistas e a outra de cidades utópicas da Revolução Industrial. São reunidas no livro dez obras utópicas que marcam pontos importantes na evolução histórica de filosofias político-sociais. Há discussões de textos mais ou menos conhecidos como: *Civitas Solis* de Tommaso Campanella ou de projetos relevantes como *Cottages* Entre outras, são consideradas as cidades de *Sforzina*; *Utopia Fortificada*; *A Cidade do Sol* e *Cristianópolis*.
- PÉREZ-HERRERAS, J. **The micro-utopian city**. Zaragoza University, Espanha, 2015. Neste artigo, o tema de estudo é a cidade de Londres do século XVII, que serve de base para o autor expandir o pensamento urbanístico e fazer comparações com esquemas artísticos e criativos. Assim, enriquece a ideia de utopia urbana com outras abordagens utópicas, relacionando os conceitos de velocidade, itinerância, distância e transição.
- GANJAVIE, A. **The Role of Utopian Projects in Urban Design**. The Pennsylvania State University, EUA, 2014. Depois de ler todo o artigo, percebe-se que se trata de um estudo da província canadense de Quebec. Há contribuições interessantes, como a percepção da raridade do tema de projetos utópicos em design urbano, associando utopia e modernismo. É assinalada a revolução tecnológica e a onipresença da mídia na cultura, deixando pouco espaço para a imaginação e descredenciando a ideia de utopia.

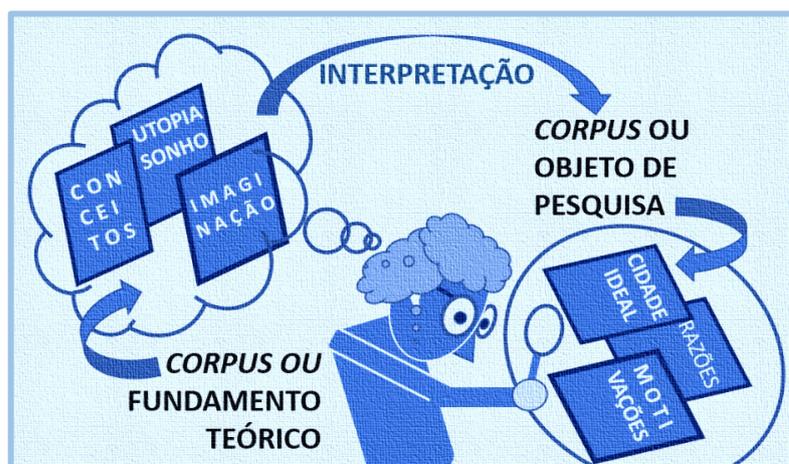
- **SHORT, J. R. Globalization, modernity, and the city.** University of Maryland, EUA, 2013. Foi possível acessar uma parte do livro, cujo conteúdo não pode ser integralmente conhecido. Mas, é relevante a conexão descrita entre urbanização, globalização e modernização no contínuo crescimento de grandes cidades, tendo como tendência os fluxos globais e a criação de modernidades metropolitanas. Além de apresentar estudos de casos, o último capítulo é dedicado às utopias urbanas.
- **FIRTH, R. Transgressing urban utopianism: Autonomy and active desire.** Geografiska Annaler: Series B, Human Geography, 2012. Neste artigo são apresentados exemplos práticos do Reino Unido. Mas, também são propostas duas abordagens de utopismo, sendo uma hegemônica e outra crítica. O autor argumenta que a cidade, como local de formação de novas subjetividades, tem sido amplamente discutida por teóricos de diversas vertentes. Há ainda a crítica à separação contraditória entre as práticas urbanas e as rurais e agrícolas.
- **SOLINÍS, G. Utopia, the origins and invention of western urban design.** Unesco, França, 2006. Trata-se de um artigo desenvolvido a partir da pergunta: o que estamos fazendo com a utopia? Para ncontrá-la, é apresentado relacionamento histórico entre o pensamento utópico e a intenção dos urbanistas em organizar e controlar a disposição do espaço, para administrar a sociedade e seu desenvolvimento. Aqui a utopia também é considerada a partir da ideia de Platão e suas repercussões renascentistas.
- **FÉLONNEAU, M. L. Love and loathing of the city: Urbanophilia and urbanophobia, topological identity and perceived incivilities.** Univ. Victor Segalen-Bordeaux 2, França, 2004. Neste artigo é considerado como a adesão total a uma ideologia favorável ou desfavorável à cidade afeta de maneira prática sua identificação. O interesse recai sobre a percepção dos estímulos ambientais, marcados pelos conceitos de “urbanofilia” ou “urbanofobia”. Assim, considera-se também como as pessoas projetam a cidade ideal em função da identidade topológica e da percepção de relevância das “incivilidades”.

- KUMAR, K. **Aspects of the western utopian tradition**. University of Virginia, EUA, 2003. Neste artigo são descritas duas raízes clássicas e judaico-cristãs da utopia ocidental. A partir disso, configura o perfil histórico de conformação da cidade ideal, a partir da racionalidade dos gregos ou da religiosidade messiânica judaico-cristã, sendo que respectivamente uma busca um espaço ideal e a outra um momento ideal. Enfim, é considerado ainda que a utopia moderna de Thomas More (1516) foi inspirada nas duas tradições e resultou em uma concepção própria, distinta e amplamente repercutida na literatura. Em síntese, a utopia é proposta como uma proposta teórica, cujo foco não recai sobre o planejamento urbano.

2.3 MAPA DA TESE

Aqui são apresentados os materiais identificados como importantes fontes de pesquisa para este estudo, incluindo principais autores e publicações. Após ampla pesquisa e a coleta de dados, houve a seleção de fontes bibliográficas para compor o *corpus* teórico, como o conjunto de fontes para a fundamentação teórico-conceitual. Mas, o objeto de estudo ou o *corpus* de pesquisa também é composto a partir de fontes bibliográficas. Isso porque o objeto deste estudo é teórico-descritivo e também foi identificado e recortado em fontes bibliográficas (Figura 6).

Figura 6 – Apreciação do *corpus* de pesquisa e interpretação com o *corpus* teórico



Fonte própria

A discussão do conteúdo e a interpretação do objeto de estudo são realizadas com a aplicação de conceitos e arranjos teóricos da fundamentação ou do *corpus* teórico na leitura das descrições que compõem o objeto deste estudo ou seu *corpus* de pesquisa.

2.3.1 Corpus teórico principal

A bibliografia a seguir apresenta os textos centrais e mais relevantes na fundamentação teórica deste estudo:

- CLAEYS, Gregory. **Dystopia**: a natural history. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- _____. **Utopia**: a história de uma ideia. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.
- COHN, Norman. **Cosmos, caos e o mundo que virá**: as origens das crenças no apocalipse. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Na senda do milênio**: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média. Lisboa: Presença, 1981.

2.3.2 Corpus teórico complementar

A bibliografia a seguir apresenta os textos complementares, que foram estudados ou consultados para também compor a fundamentação teórica deste estudo:

- CACCIARI, M.; PRODI, P.. **Ocidente sem utopias**. Belo Horizonte e Vênza: Ed. Âyiné, 2017.
- COELHO, Teixeira. **O que é utopia**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DELUMEAU, Jean. **Uma história do paraíso (1)**: o jardim das delícias. Lisboa: Terramar, 1992.
- _____. **Mil anos de felicidade (2)**: uma história do paraíso. Lisboa: Terramar, 1995.

- _____ . **O que sobrou do paraíso?** (3). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GILCHREST, Eric J. Revelation 21–22 in light of jewish and greco-roman utopianism. Leiden and Boston: Brill, 2013.
- GRAY, J. **Misa negra:** la religión apocalíptica y la muerte da la ncont. Barcelona: Paidós, 2008.
- KRAUSS, H.. **O paraíso:** de Adão e Eva às utopias contemporâneas. São Paulo: Globo, 2006..
- MOLNAR, Thomas. **El utopismo:** la herejía ncont. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires/Eudeba, 1970.
- NOVAES, Adauto (org.). **O novo espírito utópico.** São Paulo: Edições Senac São Paulo, 2016.
- ROTHSTEIN, Edward; MUSCHAMP, Herbert; MARTY, Martin E. **Visions of utopia.** Oxford: Oxford University Press, 2003.
- SEGAL, Howard P. **Utopias:** a brief history from ancient writings to virtual communities. West Sussex: John Wiley & Sons, 2012.
- MANDEVILLE, John; CORREIA, Clara Pinto (ed.). **Viagens de Mandeville.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.
- WALSH, Chad. **From utopia to nightmare.** 1ª edição. London: Geoffrey Bles, 1962.

2.3.3 Corpus de pesquisa principal

O conteúdo da bibliografia a seguir foi parcialmente usado, para compor o objeto de estudo ou o corpus de pesquisa deste estudo. Inclusive, algumas fontes bibliográficas constam no contexto da fundamentação e do corpus de pesquisa, porque em partes do conteúdo apresentam conceitos e arranjos teóricos. Mas, em outras partes da mesma bibliografia foram identificadas descrições de cidades ideais e outros aspectos ou elementos, os quais foram selecionados para compor o *corpus* teórico:

- CLAEYS, Gregory (ed.). **The Cambridge companion to utopian literature.**

Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

- _____ . **Utopia**: a história de uma ideia. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.
- _____; SARGENT, Lyman Tower (eds.). **The utopia reader**. New York and London: New York University Press, 1999.
- COMPARATO, Vittor I. **Utopía**: léxico de política. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2006.
- EATON, R.. **Ideal cities**: utopianism and the (un)built environment. London: Thames & Hudson, 2001.
- ECO, U.. Historia de las tierras y los lugares legendários. Buenos Aires: Lumen Editorial, 2013.
- ESPELOSÍN, F.; LARGACHA, A.; GIRVÉS, M.. **Tierras fabulosas de la Antigüedad**. Alcalá: Universidad de Alcalá, 1994.
- LOPES, M.; MOSCATELI, R,. **Histórias de países imaginários**: variedades dos lugares utópicos. Londrina: Eduel, 2011.
- MANUEL; F.; MANUEL, F.. **Utopian thought in the western world**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1997. 907p.
- MORRISON, Tessa. **Unbuilt utopiam cities 1460-1900**: reconstructing their architecture and political philosophy. Surrey and Burlington: University of Newcastle/Australia/Ashgate, 2015.
- ROSENAU, H.. **A cidade ideal**: evolução arquitectónica na Europa. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- SERVIER, Jean. **Historia de la utopia**. Caracas: Monte Avila Editores, 1969.

2.3.4 Corpus de pesquisa complementar

Como consta nas referências, entre outras fontes de pesquisa, há ainda mais 70 títulos que são também considerados na bibliografia complementar. Todavia, são indicados a seguir os textos complementares considerados mais

relevantes, entre todos que foram estudados ou consultados para o desenvolvimento deste estudo:

- ABRANSOM, Pierre-Luc. **Las utopias sociales em América Latina em el siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- BACON, Francis; CAMPANELLA, Tomasso. **New Atlantis & The city of the sun: two classic utopias**. New York: Dover Publications, 2018.
- BADIOU, Alain. **A república de Platão: recontada por Alain Badiou**. São Paulo: Zahar, 2014.
- BEECHER, Jonathan; BIENVENU, Richard. **The utopian vision of Charles Fourier: selected texts on work, love and passionate attraction**. Boston: Beacon Press, 1971.
- BEEVERS, Robert. **The garden city utopia: a critical biography of Ebenezer Howard**. London: The Macmillan Press, 1988.
- BERNERI, María Luisa. **Viaje através de utopia**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1962.
- BOBONISH, Christopher. **Plato's utopia recast: his later ethics and politics**. Oxford: Clarendon Press/Oxford University Press, 2007.
- CAÚLA, Adriana. **Trilogia das utopias urbanas**. Salvador: EduUFBA, 2019.
- CHERSO, Francesco Patrizi. **A cidade feliz**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- CIORAN, E. M. **History and utopia**. New York: Archade Publishing, 2015.
- DAWSON, Doyne. **Cities of the gods: communist utopias in greek thought**. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- FANTICELLI, Lutecido. **A utopia de Platão: uma análise da cidade imaginária na República**. Caxias do Sul: Edusc, 2014.
- GRANDIN, Greg. **Fordlandia: the rise and fall of Henry Ford's forgotten jungle city**. New York: Metropolitan Books, 2009.
- GUILLÉN, Herrera. **Breve Historia de la Utopía**. Murcia: Nowtilus, 2013.

- HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.
- HAYDEN, Dolores. **Seven american utopias**: the architecture of communitarian ncontrac, 1790-1975. Cambridge and London: The MIT Press, 1977.
- HOOD, David James Sarty. **A place called 'nowhere'**: towards © understanding of St. Thomas More's 'Utopia'. Ottawa: ProQuest Dissertations & Theses, 2009.
- HOUSTON, Chloë. **The renaissance utopia**: dialogue, travel and the ideal ncontr. Reading: Ashgate/University of Reading, 2014.
- KOSTOF, Spiro. **The city shaped**: urban patterns and meanings through history. London: Thames & Hudson, 2014.
- MORRIS, James M.; KROSS, Andrea L. **The A to Z of utopianism**. Lanham, Toronto, Plymouth: The Scarecrow Press, 2009.
- MORUS, Tomás. **A utopia**: ou o tratado da melhor forma de governo. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- OLKUSZ, Ksenia; KLOSINSKI, Michal; MAJ, Krzysztof M. (eds.). **More after more**: ncon commemorating the five-hundredth anniversary of Thomas More's Utopia. Kraków: Facta Ficta Research Centre, 2016.
- PESSOA, Denise Falcão. **Utopia e cidades**: proposições. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006.
- PITZER, D. (ed.). **America's ncontr utopias**. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1997.
- RENOUVIER, Charles. **Ucronia**: l'utopia nella storia. Firenze: Faenza Editrice, 1984. 250p.
- SCHULZ, Sonia Hilf. **Estéticas urbanas**: da pólis grega à metrópole contemporânea. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
- STARNES, Colin. **The new republic**: a commentary of Book I of More's Utopia showing its relation to Plato's Republic. Ontario: Wilfrid Laurier

University Press, 1990.

- WEISSMANN, David. **Cities, real and ideal**: categories for © urban ontology. Heusenstamm: Ontos Verlag, 2010.

Em síntese, é a partir da aplicação dos conceitos da fundamentação teórica no estudo sobre cidades ideais que são identificadas as motivações, as razões e também a categorização proposta. Portanto, a categorização de motivações e razões, para a idealização de cidades imaginárias, ficcionais, utópicas ou proféticas, é o principal resultado deste estudo. Mas, para isso, previamente, é necessário o estudo das fontes de pesquisa para que, em seguida, sejam realizadas identificações, descrições e produzidas explicações sobre o fenômeno estudado.

3 ASPECTOS TEÓRICO-CONTEXTUAIS DO ESTUDO

A imaginação, a racionalidade e a linguagem são os recursos humanos de organização de suas sensações e percepções, incluindo afetos e ideias. A visão desarmada de quaisquer ambientes é caótica. Por exemplo, fora da linguagem, a percepção de uma floresta é confusa, desornada. Mas, a identificação verbal de diferentes formatos, elementos e aspectos organizam e hierarquizam a experiência visual. Assim, entre outras possibilidades, a visão da floresta é logicamente ordenada com a distinção entre animais e plantas, árvores e arbustos, folhas, frutos e flores etc. Mas, além disso, há possibilidades de representação das coisas visíveis, com técnicas e linguagens mais ou menos elaboradas e executadas, como as de modelagem, escultura, desenho, pintura e construção de maquetes, entre outras.

O domínio das linguagens verbal e matemática de outras maneiras de representação, incluindo a representação visual, permitiu que as pessoas organizem suas sensações e percepções. Além disso, estimuladas por necessidades, desejos, sonhos e fantasias, as diversas linguagens permitem a representação mental e visual de seres, coisas e ambientes inventados ou artificiais, incluindo as cidades proféticas ou utópicas.

3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS

O tema deste estudo, portanto, é relacionado com os recursos de linguagem e tecnologia de representação de coisas e ideias, sendo aplicados no ordenamento de sensações, percepções, ideias e, também, da imaginação e da produção humanas. Isso permite a interpretação e o acréscimo de coisas ao mundo físico, de acordo com crenças e ideologias. A projeção e a construção de cidades também ocorrem neste contexto de aplicação de linguagens, para o ordenamento, a interpretação, a imaginação criativa e a construção da cultura material. Inclusive, a projeção de cidades ideais é uma parte relevante da busca pela sociedade ideal.

O desenvolvimento de projetos que buscam a perfeição utópica, um modelo a ser desenvolvido e replicado, é motivado pela consciência da imperfeição do que já existe. Em síntese, a percepção do caráter imperfeito da realidade já conhecida é questionada pelo sentido de perfeição que alimenta a imaginação humana,

instaurando também as noções de transcendente e sagrado. Portanto, a partir dos questionamentos sobre a imperfeição do mundo conhecido, inicia-se a idealização em busca de completude. Para tanto, em certas épocas, há sociedades que investem na religiosidade, buscando sua interação com o divino, como fonte de completude e perfeição. Mas, em outros períodos históricos, há sociedades cuja filosofia e as práticas se afastam da transcendência e passam a investir no aprimoramento dos próprios recursos humanos. Na cultura ocidental, o humanismo racional predominou na antiguidade greco-romana e, mais tarde, no momento iluminista pós-renascentista, caracterizado pela quebra do poder hegemônico da Igreja medieval. Atualmente, a interação humana com recursos científico-tecnológicos, principalmente nesta era digital, propõe até o “transumanismo”, porque os agentes tecnológicos estão simulando ou assumindo funções e características humanas. Também ocorrem as previsões “pós-humanistas”, em função da emergência sociocultural de comportamentos e seres hibridizados, com propriedades humanas e tecnológicas.

3.1.1 Das origens míticas de um lugar ideal

É culturalmente recorrente que as ideias de imperfeição e incompletude são consequentes de uma perda atávica do conhecimento inicial, a qual foi provocada por um rompimento da humanidade com uma ordem superior. O rompimento está registrado em praticamente todos os mitos das diferentes culturas do planeta, quando houve uma queda: o fim da Idade de Ouro, a expulsão do Jardim do Éden, do Paraíso Terrestre, onde havia harmonia, fartura e vida longa. Tragado por um inconsciente (inteligência) coletivo ou atestado nas relíquias de povos antigos (valores que representam o conhecimento), o mito é tratado como uma antiga lembrança de continentes perdidos, como Atlântida, Mu ou Lemúria (por vezes mais fruto do lúdico do que do real, característica do ser humano em sua estruturação do pensamento, mas que faz parte do conhecimento). Desde então, sempre em busca de seu sustento por meio do trabalho, o ser humano aguarda a volta ao Paraíso Perdido (no lúdico do inconsciente coletivo, que no fundo é a memória, o conhecimento armazenado que influencia o indivíduo no seu novo pensar) – não sem antes passar por duras penas ou mesmo um apocalipse, que pode funcionar ou não, dependendo da crença, como um *restart*, um reinício sob novas condições.

No mito da Idade de Ouro, Deus é o dispensador: o homem não tem sede ou fome, está sob o abrigo divino, não passa necessidade, não existe trabalho, nem propriedade privada, nem sistema hierárquico (ROCHA, 2019). Mas há o espírito de coletividade, a ideia de coletivismo, pois o casal primordial vive no paraíso com outros animais (coletivismo, conhecimento comum, instrumento de comportamento reconhecível como tal), noção que será resgatada pelos movimentos revolucionários.

As reminiscências mais surpreendentes e inequívocas no Paraíso descrito no Gênesis, no início da Bíblia, se encontram no livro das Revelações ou Apocalipse de João, o último livro do Novo Testamento...

Isso é descrito nos dois capítulos finais, numa visão grandiosa, cujos detalhes lembram a existência do primeiro casal humano no Jardim do Éden, antes do pecado original, sem morte nem fadiga e com íntima familiaridade com Deus. ‘Vi novo céu e nova terra... vi também a cidade santa, a nova Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus, ataviada como noiva, adornada para o seu esposo. Então vi grande voz vinda do trono (de Deus), dizendo: eis o tabernáculo de Deus com os homens. (KRAUSS, 2006, p. 159)

O paraíso é o espaço localizado na transcendência, o espaço divino por excelência. Lá também não há ideia de autoridade, há uma estrutura diferente. O mundo material, concreto, não é o paraíso: ele tem propriedade privada e classe social. Com a idealização de um mundo, a ordem dentro do paraíso tem que ser trazida à terra (conhecimento aqui): é uma ordem cosmogônica, um poder supremo na terra – é como o de Deus e, na sua concepção, vai levar o mundo para dias melhores.

Este mito do retorno ao paraíso é o do retorno à divindade, a uma morada no céu, a países imaginários, Pasárgada, Ilha Brazilis, Eldorado, Akakor, Jerusalém Celeste, Jardim das Delícias, das Hespérides etc. Também é o mito do Quinto Império – do sonho de Nabucodonosor – que arrasta consigo profecias de sibilas e dá fundamentação a movimentos revolucionários de todos os matizes, mas inicialmente (aqui estudados) dentro dos diferentes cristianismos de uma Europa em formação. Não se pode descartar influências anteriores, como a de Platão, em sua idealização pagã, em *A República* e em *As Leis*, e também Aristóteles, em *A Política*.

Em termos gerais, muitas linhas ideológicas aguardam ou agem para materializar um Fim dos Tempos, a partir do qual o mundo poderá ser recriado dentro dos seus próprios moldes de perfeição – a aplicação de um corretor moral. A partir de um reordenamento social (baseada no conhecimento, materializando), reordenam-se as relações e, com elas, a estrutura física dos lugares. Até então, a

humanidade havia partido de sociedades tribais, com prioridades coletivas, para sociedades com agrupamentos que deram origem às cidades, onde há prioridades individuais – como a propriedade privada. Muitas das cidades utópicas colocam em xeque este direito. A sociedade comunal passou ao modelo feudal para só então chegar ao capitalismo.

Considera-se que é possível classificar os modelos de cidades ideais históricas pesquisadas com relação a suas aproximações da cultura grega, da ordem romana e da moral cristã. Isto quer dizer que (dependendo do substrato do conhecimento) há modelos mais coletivistas ou individualistas; mais cristãos, pagãos ou ateus; modelos que tendem a restringir ou apagar algum aspecto preponderante em seu tempo e avivar outro; modelos que permitem uma ação imediata na sua realidade física e outros em que não há possibilidade de realização além do plano teórico em seu tempo (conhecimento compartilhado do inconsciente coletivo). Dentro de um quadro assim relacional é possível fazer comparações entre as diferentes propostas, facilitando uma atribuição de valor que poderá contribuir com um entendimento sobre este conhecimento retido e disseminado.

3.1.2 Pressupostos históricos da busca pelo mundo ideal

Para identificar as motivações e razões para a ideação de cidades proféticas ou utópicas, o livro de Norman Cohn, *Na Senda do Milênio* (COHN, 1981), foi um dos pontos de partida, pois fornece as bases da cultura visionária. É ela que vai dar arcabouço para o entendimento das ideias, ao longo da história, de que o mundo, tal como é organizado pelo homem, não está satisfatório e precisa ser transformado. E é por isso que se quer voltar aos mitos do passado.

Para uma introdução a este pensamento, vale citar Silva (2010, p. 165), apoiado no pensamento de Hegel, sobre a primordialidade do fenômeno religioso na definição e configuração do personagem histórico-cultural. Segundo ele, é inegável a “origem religiosa das culturas, da causalidade das potências ou hierofanias divinas na plasmação dos fenômenos culturais e inclusive na configuração do nosso próprio ser”.

Segundo Crippa (1975, p. 13), os mitos oferecem o caminho único para a compreensão do sentido primeiro e derradeiro da cultura. “Os mitos reproduzem ou repropõem gestos criadores e significativos, que permanecem, sustentando a

realidade constituída.” (CRIPPA, 1975, p. 18). Eles não são apenas ficção fabulosa e fantástica, mas têm seu valor específico, que é incomparável, e do qual a sociedade não pode se desfazer, porque dele procede, dele dependendo sua própria vida. (CRIPPA, 1975, p. 23). Segundo o pensamento de M. Eliade, a função do mito é de revelar modelos e fornecer uma significação ao mundo e à existência humana. (CRIPPA, 1975, p. 25). Ele também propõe e garante a significação desse mundo solidário, fundado numa participação de todos na mesma fonte da realidade. (CRIPPA, 1975, p. 35) – preâmbulo para as ideias de utopia que se seguirão.

Toda cultura tem um mitologema fundante, que geralmente é transmitido através de símbolos, já que a estrutura da psiquê é simbólica. Crippa (1975, p. 38) ressalta que a experiência mítica não é reservada aos povos antigos, mas que essa aproximação com as origens é uma experiência própria da consciência humana e volta a citar M. Eliade: “a função dominadora dos mitos é a de fixar os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as ações humanas significativas” (CRIPPA, 1975, p. 83). “O mundo das origens é o mundo da livre presença e não menos livre ação dos poderes transcendentais.” (CRIPPA, 1975, p. 85).

“Roma nasceu de um momento sagrado, determinado num espaço sagrado.” (CRIPPA, 1975, p. 134). Portugal tem seu mito fundador na Batalha de Ourique, com a visão crística de Dom Afonso Henriques antes da batalha. Segundo Rocha (2019), antes disso, na cultura ocidental, havia os mitos de criação grego, com sua origem no Caos, mas permeado pela ideia paradisíaca do Jardim das Hespérides, e judaico, com o Jardim do Éden. Sem esta visão transcendente, baseada na crença no divino, ainda que abstrata, não existem tais mitos que estruturam as culturas e, conseqüentemente, sua história. O Brasil os herda. O que vai se observar, com os movimentos heréticos iniciais e sua evolução para os movimentos revolucionários, é a desestruturação desta carga simbólica para a recriação de outras.

Os heresiarcas messiânicos e os milenaristas, fundadores de seitas heréticas que esperavam um salvador, a partir do século XIV, foram os precursores dos movimentos revolucionários que transformaram, e ainda transformam, o mundo. Eles se baseavam em literatura apocalíptica ou profética, sendo os ‘pais’ das utopias. Esta literatura, inicialmente, era considerada heresia pela Igreja, sendo mais tarde incorporada. Uma heresia é uma oposição interna, e não a criação de uma nova religião, numa distorção, ou reinterpretação, da mensagem original.

Os materiais brutos a partir dos quais uma escatologia revolucionária foi gradualmente construída durante a alta Idade Média consistiam numa miscelânea de profecias herdadas do mundo antigo. Na sua origem, todas estas profecias eram invenções a que os grupos religiosos, antes de mais os Judeus e os Cristãos primitivos, recorriam para se fortificarem e se afirmarem a si mesmos, quando confrontados pela ameaça ou pela realidade da opressão. (COHN, 1981, p. 15)

As ideias iniciais da ‘revolução’ messiânica abrangiam (1) a noção de que a humanidade não pode ser salva por Jesus Cristo, mas, devido aos seus pecados, terá que se salvar a si mesma; (2) para alcançar esta redenção é necessário dar cabo ao mal, ou subjugar os maus, que podem ser os ricos – então não há problema em matar, pois será para um bem maior; (3) os bons, que podem ser então os pobres, são puros, mas inocentes e desprovidos de percepção sobre sua própria salvação, portanto devem ser guiados; e, por fim (4) esta transformação trará o fim das injustiças, com melhor distribuição das riquezas, além de eliminar a impureza, que é o pecado, trazendo um mundo novo com uma nova humanidade.

O espírito revolucionário é muito anterior a 1789. Vem do filosofismo do século XVIII, do classicismo pagão do século XVI, do humanismo da Renascença e do protestantismo luterano-calvinista. Muitas destas correntes de ideias, que acabaram na ordem política gerando a Revolução, se desenvolveram conjugadas com ideias cristãs e tradicionais, mas trazendo o fermento da dissolução no racionalismo, que comprometia a fé, e no entusiasmo exagerado pela cultura antiga, que fazia abandonar aos poucos os ideais da catolicidade. (GALVÃO DE SOUSA, 2007, p. 47)

Para Galvão de Sousa (2007), apesar de causar a impressão de que os povos são seus agentes, as revoluções são organizadas por uma minoria ilustrada, por grupos preparados, de cima para baixo, tecidas em ambientes palacianos. As chamadas por justiça social é que podem gerar um encantamento das massas para as seguir, mas, antes disso, as classes dirigentes precisam estar aparelhadas. As revoluções iniciam-se com a dominação cultural.

Os movimentos revolucionários trabalham sempre com uma visão de futuro, uma perspectiva de amanhã. Esta ideia escatológica vem da religião: a ideia do apocalipse.

Este paralelismo intrínseco entra a política e a religião é atestado por outros autores: para John Gray a política moderna é um capítulo da história da religião. Para Simon Critchley o Deus cristão onipotente foi convertido no monarca onipotente e depois transformado na vontade do povo; e a ideia de purificação do mundo começou no jacobinismo. Eric Voegelin, assim como Gray, acredita que os movimentos políticos contemporâneos são também movimentos religiosos, desencadeados a partir da substituição do Santo Império da Idade Média pelo Estado e o espírito mundano. Para Michael Oakeshott vivemos a política da fé, a

busca pela perfeição da humanidade neste mundo, onde os governos atribuem-se o poder e o dever de salvar.

John Gray argumenta que as ideologias seculares mais influentes do período contemporâneo foram moldadas nos moldes da religião reprimida, da qual emergiram como versões do mito do Apocalipse: a crença em um evento de mudança de mundo que terminaria a história e a todos os seus conflitos. A religião, então, retornou sob um disfarce pervertido: o de uma 'missa negra' de mitos políticos. Assim, a morte da utopia configura a nova religião apocalíptica - confusamente entrelaçada com as lutas geopolíticas pelo controle dos recursos naturais -, e volta a se colocar como força transcendental nos conflitos mundiais. (GRAY, 2008, p. 02)

Galvão de Sousa (2007) atribui os pensamentos revolucionários que dariam origem à Revolução Francesa à ênfase ao estudo da literatura clássica grega e romana, cuja influência resgatou elementos do paganismo, reforçando-o na Renascença. Ao mesmo tempo, a literatura apocalíptica e profética questionava a autoridade e a postura da Igreja, acusada de afastar-se da pobreza evangélica. Destacam-se aí as ideias reformistas, como a da criação do Império Teocrático Universal pela Ordem de Cluny, continuada pelo Ordem de Cister e, mais tarde, pela Ordem do Templo, pois não eram só indivíduos, os heresiarcas, que faziam críticas à Igreja, mas setores dentro dela. Estas conexões são importantes quando se liga o apoio das monarquias da Península Ibérica aos descobrimentos e à noção de um mundo novo.

Cohn (1985) destaca que há inúmeros revolucionários que não buscam a destruição do cristianismo, embora haja muitos casos em que esta é uma noção proeminente. A Revolução Francesa, enquanto marco histórico, também é o início da propaganda política no sentido moderno, formando mentalidades numa linha ideológica revolucionária e inaugurando o controle das massas pelas minorias revolucionárias, já que antes disto os monarcas não faziam propaganda ideológica nem desenvolviam técnicas de controle. Outro elemento de oposição são as elites revolucionárias que, ao contrário das nobrezas anteriores, não têm mais nenhum compromisso moral ou dever de ser referência de boa conduta. Para Ortega y Gasset (2002, p. 126), a nobreza é "sinônimo de vida esforçada, posta sempre a se superar a si mesma, a transcender do que já é para o que se propõe como dever e exigência." Como substituta da religião, no entanto, a política revolucionária sempre tem um messias. Inicialmente, ele vai destruir o que existe para implantar o novo. Este novo é o futuro, que, nesta visão, sempre é melhor que o passado, e portanto este passado deve ser destruído, minando a tradição e a cultura vigente. Para Marx,

por exemplo, o messias é o proletariado, mas para Lênin é o Estado. Ao longo da história, vários indivíduos personificaram o messias no imaginário popular. No Brasil, inclusive: Dom Pedro I era chamado de *Defensor Perpétuo*. Depois dele, vários políticos tentam aderir sua imagem a de um salvador. Muito da política eleitoral no Brasil é de cunho messiânico, e mais especialmente a populista, o que reforça a noção da influência do pensamento religioso na cultura. (ROCHA, 2019)

O messianismo tem uma forte característica que também está presente no mito: a “crença de que neste mundo é perfeitamente possível organizar uma sociedade perfeita, onde não prevaleceriam as manifestações das injustiças, sofrimentos, doenças ou ainda da morte” (ROSSI, 2007). Segundo Miguel (2004, p. 382), ao tratar do mito político, o eficaz uso político dos mitos é apresentado por Maquiavel como um dos fatores explicativos da grandeza e da estabilidade de Roma.

Para Sorel o mito social sustenta a crença na glória, pois do contrário esta se desvanece. Ele não pode ser refutado, pois traduz o sentimento das massas, ao contrário da utopia, que é fruto de trabalho intelectual. Os mitos variam com o tempo: “o cidadão das repúblicas gregas, o legionário romano, o soldado das guerras da liberdade e o artista do Renascimento não retratavam sua concepção de glória com a ajuda do mesmo conjunto de imagens” (SOREL, 2012, p. 42). Para Miguel, o mito não precisa necessariamente ser uma pessoa, mas pode ser uma instituição salvadora, como as Forças Armadas ou um partido, que podem aparentar serem dotados de capacidades quase mágicas. “Na maior parte dos casos, há uma confluência significativa entre os mitos do salvador e da idade de ouro. O salvador conduz o grupo (quase sempre, a nação) ao futuro glorioso que, de antemão, já lhe estava reservado (MIGUEL, 2004, p. 392).

Galvão de Sousa (2007) chama a atenção sobre o equívoco de enquadrar os movimentos revolucionários como sendo de esquerda e atribuir à direita um caráter reacionário ou contrarrevolucionário. Dada a neutralidade deste estudo, neste momento da pesquisa vale enfatizar este ponto, já que se quer relacionar as ideias revolucionárias aos ideais utópicos de um mundo novo, e não trazer razão a lados políticos. Neste sentido, ressalta-se que a chamada direita também tem caráter revolucionário, e praticamente pode-se chamar de mentalidade revolucionária a base das ideias políticas contemporâneas. (A banca sugeriu um posicionamento sobre estas questões políticas. Particularmente, minha tentativa é de visualizar a

situação do mundo e este estudo acadêmico de forma ampla, e para isso tenho me esforçado para abarcar diferentes visões, colocando-me da forma mais neutra possível. No entanto, considero que as diferenças esquerda/direita ou diferentes vieses ideológicos venham a se tornar relevantes apenas na superfície, ou na realidade aparente, pois o mundo atingiu um estado de metacapitalismo que caminha para a tecnocracia, ou seja, chegamos a um ponto em que megacorporações, ou conglomerados delas – como o BIS/Bank for International Settlements, o Fórum Econômico Mundial ou o Clube de Bilderberg – interferem fortemente nas políticas dos países, direcionando o rumo das decisões.)

Os acontecimentos de dois mil anos atrás ainda estão calcando o mundo atual. Segundo Rocha (2019), a tradição da literatura apocalíptica e da literatura profética é de fundo judaico, porém acoplada pelo cristianismo. Para Rocha (2019), a partir de Alexandre, o Grande, o judaísmo helenizante é a base formativa do cristianismo primitivo, e alguns componentes judaicos desse cristianismo serão, posteriormente, chamados de heterodoxias – entre eles estão estas literaturas apocalíptica e profética. Ainda conforme Rocha (2019), os heresiarcas messiânicos elaboram uma estrutura de pensamento que consigna um corpo doutrinário escatológico, ou seja, que diz respeito ao fim dos tempos. Eles constroem uma escatologia revolucionária, com uma miscelânea de profecias e obras de literatura apocalíptica e profética que pertenciam ao mundo judaico: isto vai legitimar o surgimento e existência das suas comunidades. Há também a incorporação de uma visão de universalidade que visa o controle dos destinos dos povos a uma pessoa ou grupo. Dentro desta perspectiva o profeta, no sentido judaico, não é um indivíduo delirante, mas um interlocutor de Deus, que repassa Suas ordens aos reis. O substrato arquetípico, de origem transcendente, é o encontro a uma situação redentora, paradisíaca.

Segundo os livros proféticos, o povo eleito se afasta de Deus e, em razão disso, sofre uma queda – que pode ser por meio da guerra, do cativeiro, por diáspora ou fome –, mas é sempre um juízo severo, uma punição ou castigo, como uma purgação ou purificação para que Deus o coloque novamente no lugar correto. Esta ideia está contida na criação de Israel e persevera nas decisões políticas dos líderes de Estado mundial que a apoiam. Jerusalém é uma cidade vinculada ao reencontro do Paraíso, havendo, inclusive, uma Jerusalém Celeste que descerá para a terra.

As seitas e movimentos milenaristas apresentam sempre a salvação com as seguintes características: (a) colectiva, na medida em que deverá ser gozada pelos fiéis enquanto colectividade; (b) terrena, na medida em que deverá ser realizada neste mundo e não em algum céu de outro mundo; (c) iminente, na medida em que será súbita e para breve; (d) total, na medida em que deverá transformar completamente a vida na terra, de forma que o novo estado de coisas não será apenas um aperfeiçoamento do que existe, mas a própria perfeição; (e) miraculosa, na medida em que deverá ser realizada por, ou com a ajuda de, agentes sobrenaturais. (COHN, 1985, p. 11)

Em linhas gerais, a literatura profética era mais restrita, direccionada às classes mais abastadas e a literatura apocalíptica mais direccionada às classes não letradas, e especialmente ao povo judeu. Nos extratos mais baixos da população, as profecias adquiriram contornos de narrativa mais nacionalista.

Os movimentos proféticos, messiânicos e milenaristas (...) não podem ser entendidos em seu valor, significado e função sem compará-los metodicamente a formações proféticas, milenaristas, salvíficas das culturas antigas ou modernas, isto é, das civilizações (convencionalmente) 'históricas'. Tampouco poderemos entender plenamente valor, significado e função, por exemplo, do profetismo judaico, cristão, joaquimita, da Reforma, ou dos movimentos messiânicos e milenaristas contemporâneos, a não ser inserindo estas formações dentro de um processo e desenvolvimento contínuo e a seu modo unitário, a partir das correspondentes formações religiosas de nível etnológico. A comparação e distinção metódica entre as várias ordens de movimentos proféticos, e entre um e outro tomados isoladamente, lançará luz sobre o conjunto e sobre cada um em particular. (LANTERNARI, 1974, p. 12)

Desde o sonho de Nabucodonosor interpretado por Daniel, o conceito de eras também permeia a noção de um fim. Neste sonho o rei vê uma estátua de homem com a cabeça de ouro, o peito e os braços de prata, o ventre e os quadris de bronze, as pernas de ferro e os pés de ferro com barro. Na interpretação dada por Daniel, as partes constituintes pelos diferentes materiais representam impérios. A estátua é, logo em seguida, destruída por uma pedra esmagadora.

Na tradição indiana dos manvantaras o mundo se move por ciclos. O mesmo se dá em *O Trabalho e os Dias*, de Hesíodo, e se firma com a teoria do Quinto Império, de Joaquim de Fiore, abraçada pela coroa portuguesa. Os franciscanos, os jesuítas e, em especial, o Padre Antônio Vieira são cultores da literatura apocalíptica e da profética. Também Camões, em *Os Lusíadas*, e Fernando Pessoa lidam com a ideia de uma história que acontece em ciclos em sucessão. A palavra império é, então, usada com uma conotação espiritual e não meramente como uma visão geográfica, de expansão de domínio territorial, ela carrega na sua raiz uma conotação apocalíptica. "Todo o Império que não é baseado no Império Espiritual é uma Morte de pé, um cadáver andando." (PESSOA, s/d, p. 76).

Aí há também a ideia de *Translatio imperii*, do latim transferência de poder. No cristianismo, esta transferência está relacionada à cidade sede da cristandade, que, segundo a profética, é Roma. Em 312, com a conversão de Constantino, a Nova Roma é Constantinopla. Mais tarde, a partir do século XV, seria Moscou. Deste então, outras cidades têm sido candidatas a esta Nova Roma, inclusive Brasília, à época de sua criação. “Roma já não estava em Roma. A *translatio*, a transferência, inaugurava a grande confusão medieval. Mas esta confusão era a condição necessária para uma nova ordem.” (LE GOFF, 2005, p. 109).

Na história profana, o tema é a transferência de poder. Em cada época o mundo tem um só coração, ao uníssono do qual e sob impulso do qual vive o resto do universo. Fundada na exegese orosiana (relativa aos estudos do sacerdote Paulo Orósio) do sonho de Daniel, a sucessão dos impérios – dos Babilônios aos Medas e aos Persas, depois aos Macedônios e depois aos Gregos e aos Romanos – é o fio condutor da filosofia medieval da história. Tal se dá em dois níveis: o do poder e o da civilização. A transferência do poder, *translatio imperii*, é, antes de tudo, uma transferência de saber e de cultura, uma *translatio studii*. (LE GOFF, 2005, p. 164).

Na literatura apocalíptica, tanto judaica, cristã ou pagã, há direcionamentos à translação de impérios, onde o império novo só surge a partir a destruição do império antigo, e sempre aponta para um novo mundo e uma nova era.

Em cada renascimento medieval os clérigos afirmam, mais que a nostalgia do retorno à Antiguidade, o sentimento de serem outros. Ninguém jamais desejou seriamente voltar ao que Roma tinha sido. Quando sonham com o regresso, é aquele que os conduz ao seio de Abraão, ao paraíso terrestre, à casa do Pai. Para eles, recolocar Roma sobre a terra equivaleria simplesmente restaurá-la, transferi-la: *translatio imperii*, *translatio studii*. O poder e a ciência que, no início da Idade Média, estavam em Roma, têm de ser transportados para outras sedes, como tinham sido antes transportados da Babilônia para Atenas e depois para Roma. Renascer não é voltar a nascer, mas nascer de novo. (LE GOFF, 2005, p. 41 e 42).

Curiosamente, esta ideia da *translatio*, ou uma marcha da civilização para o Oeste, contribui para uma ideia de superioridade da cultura europeia ocidental, mas esta noção não é dos primeiros séculos do cristianismo, e sim da cristandade conquistadora do século XI, com a ação da Ordem de Cluny. Le Goff assinala que o termo cristandade pode levar a confusões: “mesmo depois que o Iluminismo e a laicidade se impuseram na Europa, esse fundo cristão, manifesto ou subjacente, permaneceu essencial.” (LE GOFF, 2007, p. 16)

Do mesmo modo, paralelamente, na visão escatológica, quem tiver o domínio de Jerusalém terá o domínio do mundo, pois ela é o epicentro desta conquista. “A imagem ideal da cidade da nossa época, tal como a encontramos nas obras do imaginário, obedece ainda a estereótipos tradicionais, elaborados na Alta Idade Média e intensamente marcados pelos cunhos religioso e aristocrático.” (LE GOFF,

1992, p. 139). Para Le Goff, esta cidade ideal oscila entre as seduções de uma Jerusalém Celeste e as abominações da Babilônia.

Enquanto no Jardim do Éden, ao lado do ouro, apenas duas pedras preciosas são citadas, a saber, o bdélio e a pedra de ônix, uma dúzia delas é enumerada na Jerusalém celestial: jaspe, safira, calcidônia, esmeralda, sardônico, sárdio, crisólito, berilo, topázio, crisópaso, jacinto, ametista: 'o seu fulgor era semelhante a uma pedra preciosíssima, como pedra de jaspe cristalina, tinha grande e alta muralha, doze portas, e junto às portas doze anjos... A cidade é quadrangular, de comprimento e largura iguais... A estrutura da muralha é de jaspe; também a cidade é de ouro puro semelhante a vidro límpido. Os fundamentos da muralha da cidade estão adornados de toda espécie de pedras preciosas...'. (KRAUSS, 2006, p. 160)

No final da Idade Média, no entanto, surge um novo imaginário urbano com a silhueta da cidade gótica, forjada por quatro tendências: "a ideologia escolástica da *cit *, a historiografia legendária, o patriotismo urbano e o folclore urbanizado." (LE GOFF, 1992, p. 139).

3.2 OUTROS CONCEITOS

A constante busca por evolu o e aprimoramento   motivada pela ideia de que a incompletude ou a imperfei o, mesmo que não sejam superadas, podem ser minimizadas. Portanto, mesmo que não haja a plenitude do conforto físico, mental, espiritual e social, as causas de desconforto ou sofrimento podem ser enfrentadas e, assim, seus efeitos também podem ser constantemente reduzidos. Tudo isso   reunido na ideia de esperança, sendo que essa requer a imagina o (utopia) de um futuro melhor, com condi oes físicas, políticas e ambientais favoráveis.

3.2.1 Sobre a utopia

Anteriormente, foi informado que o conceito de utopia   associado ao livro de mesmo nome, *Utopia* (1516) de Thomas More, que cunhou o termo a partir da concep o de uma ilha imaginária, governada sob um sistema dito perfeito.

A partir da origem da palavra, posteriormente foram cunhados também conceitos semelhantes, como eutopia, e termos relacionados, como distopia (anti-utopia), retrotopia (Bauman), heterotopia (Foucault), protopia (Debord), entre outros.

Todas as utopias que nos são conhecidas se baseiam na crença de que   possível descobrir uns fins objetivamente verdadeiros e harmônicos para todos os homens de qualquer tempo e lugar.   assim para todas as cidades ideais, desde a República de Platão e suas leis até as utopias de Thomas More, Campanella, Bacon, Harrington e Fénelon, passando pelo mundo anarquista de Zen n e a Ciudad del Sol de Yambulo. As sociedades comunistas de Mably e Morelly, o capitalismo de Estado de Saint-

Simon, os falanstérios de Fourier, as diversas combinações entre anarquismo e coletivismo de Owen, Godwin, Cabet, William Morris, Chernyshevsky, Bellamy e Hertzka, entre outros (dos quais houve abundantes mostras no século XIX), descansam sobre três pilares fundamentais do otimismo social no Ocidente [...] como são: que os problemas centrais do homem tem sido, em última instância, os mesmos ao largo de toda a História; que, em princípio, podem ser dissolvidos, e que as soluções formam um conjunto harmonioso. [...] Este tem sido o terreno comum das múltiplas variedades de otimismo reformista e revolucionário, desde Bacon até Condorcet, e desde o Manifesto Comunista até os modernos tecnocratas, comunistas, anarquistas e buscadores de sociedades alternativas (GRAY *apud* I. BERLÍN, 2007, p. 24 e 25).

A utopia trata da aspiração humana por estruturar de forma imaginária lugares que não estão representados na realidade. Ela tem um sentido teleológico, de um fim que está à frente, no futuro, no porvir. Este futuro marca um rompimento, uma desconexão com o *status quo*. A utopia também pode buscar no passado um lugar bom, especialmente pela influência da religião na organização política do mundo.

O conceito de utopia está ligado às noções de esperança, sonho, imaginação, projeto, luta por materialização. Ela pode desenvolver-se de modo individual ou coletivamente. Segundo Coelho (1981), a imaginação utópica é de base irreal, enquanto a profecia é de base real, fundamentada no concreto, e parte do que já existe ou da interpretação do que existe. A imaginação necessária a ser empreendida para a realização do que deve se materializar não é uma imaginação comum, individual, mas deve ser mais exigente, capaz de antecipar o futuro “enquanto projeção de um presente a partir daquilo que neste existe e é passível de ser transformado. Mais: de ser melhorado.” A esta imaginação dá-se o nome de imaginação utópica – ela não é delirante, nem fantástica. “Ela é o ponto de contato entre a vida e o sonho, sem o qual o sonho é uma droga narcotizante como outra qualquer e a vida, uma sequência de banalidades insípidas (COELHO, 1981, p. 8 e 9). A imaginação utópica parte de fatores subjetivos que acontecem, primeiramente, apenas no indivíduo. Em seguida ela alimenta-se de “fatores objetivos produzidos pela tendência social da época,”

E constitui um erro relativamente comum desprezar o pensamento religioso como fonte da imaginação utópica, ao acusá-lo de misticismo e de provocador de ilusões, de alienação. Muitas das propostas vinculadas ao pensamento religioso – melhor seria dizer: ao pensamento do sagrado – dirigem-se para objetivos tão concretos e realizáveis quanto os defendidos pelas grandes utopias nascidas posteriormente entre as sociedades ditas civilizadas, como a Grécia da época áurea e a Europa da Renascença ou da Revolução Industrial. (COELHO, 1981, p. 15)

Para o historiador Gregory Claeys, a utopia não é um lugar onde não se pode chegar, não é o desejo de alcançar algo impossível. Para ele, nem na literatura

a utopia é sobre uma sociedade perfeita, pois ela nunca o é – como na própria Utopia de Thomas More. “O conceito de utopia, ao longo dos tempos, é uma variação de um presente ideal, de um passado ideal e de um futuro ideal, e da relação entre os três. Todos eles podem ser míticos ou imaginários, ou ter algum fundamento real na história.” (CLAYES, 2013, p. 7).

A utopia, portanto, não é o domínio do impossível. No terreno dos mitos, quase tudo é possível. E na religião comunicada por meio da língua do apocalipse, da salvação e da emancipação, do final, do perfeito, do completo, do total, do absoluto, quase tudo é possível. Mas a utopia explora o espaço entre o possível e o impossível. Embora admitidamente tingida com o desejo por finalidade, por absoluto e por perfeição, a utopia não é ‘impossível’, nem mesmo está ‘em lugar nenhum’. Esteve ‘em algum lugar’ em boa parte da história, mesmo antes de o próprio conceito existir. É um lugar onde estivemos e de onde às vezes saímos, assim como um local desconhecido que almejamos visitar. Sem ele, a humanidade nunca teria se esforçado para melhorar. É uma estrela polar, um guia, um ponto de referência do mapa comum de uma eterna busca pela melhora da condição humana. (CLAYES, 2013, p. 15)

Apesar de Claeys não dar o mesmo mergulho na história religiosa dado por Cohn, ele faz uma análise da utopia tanto quanto tradição literária, como quanto ideologias relacionadas ao progresso da sociedade humana. Para tanto, ele considera cinco componentes históricos: (1) o mito que ele considera o mais poderoso, o da Era de Ouro dos gregos; (2) o conceito de paraíso terrestre da cristandade; (3) a tradição do Carnaval e dos festivais dionísicos e saturnálias, onde há uma inversão de papéis nas relações; (4) a descoberta de novas terras pelas navegações, com notícias acompanhadas pelos europeus, como Thomas More; (5) o texto de More, que é caracterizado pela harmonia social interna em Utopia em troca de guerras no seu exterior, e ao mesmo tempo controverso, por ser apontado como retrato do movimento comunista por Engels e Marx.

Vale destacar que Claeys assinala uma mudança nessa noção do que se chamaria utopia antes e a partir das grandes navegações. Até o século XVI a maior parte dos cristãos acreditava que o paraíso terrestre existia neste mundo, só precisava ser encontrado. E havia especulações sobre onde estaria, como o mito da Hy-Brazil, no Mundo Novo, as Américas. No entanto, com a mudança no paradigma de pensamento, e as notícias das novas terras, a utopia enquanto busca por este paraíso foi alterada para a noção de que ele seria um estado original da humanidade, e não um lugar a ser encontrado. A partir daí, com a concretização da própria palavra utopia, ela surge já como uma ideia de criação, agora pela vontade humana, e não por Deus, de um lugar com as características de paraíso segundo cada ideologia que o proporá.

A este respeito, Cohn, em outro livro, trata das raízes profundas e o surgimento de uma expectativa ainda hoje florescente:

- a de que em breve haverá uma consumação maravilhosa, quando o bem será enfim vitorioso contra o mal, reduzindo-o para sempre à nulidade;
- a de que os agentes humanos do mal serão ou fisicamente aniquilados ou afastados de alguma outra forma;
- a de que a partir de então os eleitos irão viver como uma coletividade, unânime e sem conflito, em uma terra transformada e purificada.

Essa expectativa tem uma longa história em nossa civilização. Em sua versão explicitamente cristã, exerceu poderoso fascínio ao longo dos séculos, e continua a exercê-lo; e, na versão secularizada, é facilmente reconhecível em certas ideologias político-sociais. (COHN, 1996, p. 11)

Clayes afirma que, para o termo ‘utopia’ ter significado, não deve abarcar todos os desejos de melhora social. “Nem pode a utopia ser reduzida a um impulso psicológico, sonho, fantasia, projeção, desejo ou vontade, embora essas possam servir de apoio para sua criação ou descoberta.” Apesar de haver a confusão do utópico com o perfeito, “a perfeição é, em essência, um conceito teológico, que, historicamente ligado ao utopismo, define um estado que é impossível para os mortais atingirem nesta vida.” (CLAYES, 2013, p. 11 e 12).

Ele considera um desafio fornecer uma definição útil de utopia. Ela engloba ideais positivos de sociedades melhoradas, seus opostos negativos, vários mitos de paraíso, eras de ouro e ilhas abençoadas, viagens imaginárias para lugares impossíveis e mesmo constituições planejadas, cidades-modelo e outras visões.

Utopias antigas e modernas quase sempre aceitam a escassez inevitável de bens e a absoluta insuficiência de recursos. As necessidades são, assim, comedidas pela simplicidade, e leis suntuárias costumam proibir ou restringir o luxo. Na era moderna, esse tipo passa a perder espaço para conceitos de regimes de abundância – dos quais são exemplos o liberalismo e o marxismo. Por fim, podemos contrastar utopias hierárquicas com as igualitárias. Muitas utopias primordiais, e algumas posteriores (além das distopias), foram hierárquicas, baseadas na crença da desigualdade inevitável da humanidade, com um grupo seletivo de líderes levando uma vida de privilégios e relativo luxo. Essa visão, muitas vezes associada à República de Platão, afasta-se da Utopia de More, em que todos os homens e mulheres participam da agricultura e são treinados em alguma habilidade. A maioria das utopias modernas, seja do tipo mais primitivo ou não, inclui uma medida substancial de igualdade. O ethos utópico moderno dominante, resumido no igualitarismo das revoluções norte-americana e francesa, e a ênfase ainda maior na igualdade preconizada pelo socialismo são efetivamente definidos por essa qualidade. O declínio da crença religiosa que acompanha a modernidade, assim, substitui a busca por igualdade na vida após a morte por um desejo intensificado de alcançá-la nesta vida. Os mitos de criação foram, de certa forma, suplantados por mitos de destinação. A perfeição está cada vez mais relegada ao além, e, quando não está, sua busca costuma definir a distopia. (CLAYES, 2013, p. 13)

Novaes comenta que atualmente é dito que se chegou ao fim das utopias e que “a política se libertou, enfim, dos sonhos de uma sociedade que jamais poderia existir.” Mas, segundo ele, esta linha de pensamento reduz a noção de utopia. “Ao

abolir a utopia, o pensamento dominante expõe, involuntariamente, um dos grandes problemas do nosso tempo: ele é incapaz de lidar com as ideias abstratas que ajudam a ordenar a vida e a sociedade. Os fatos e a atualidade nos dominam.” (NOVAES, 2016, p. 14). E, a partir disso, reflete:

(...) Paul Valéry (...) interroga: ‘Quem seríamos nós sem a ajuda daquilo que não existe? Pouca coisa, e nossos espíritos, sem o que fazer, feneceriam se as fábulas, as desatenções, as abstrações, as crenças e os monstros, as hipóteses e os pretensos problemas da metafísica não povoassem de seres e imagens sem objetos nossas profundezas e nossas trevas naturais’. Esta é, certamente, uma ideia de utopia em tempos de materialismo vulgar. Assim, o espírito ‘ousa especular sem limites com sistemas infinitamente complexos’. Entendemos estas abstrações com seus seres e imagens sem objeto, sem lugar nem tempo, como indispensáveis para a criação de referências simbólicas que asseguram a estabilidade de qualquer sociedade. São elas que fundam também o aspecto mental da vida coletiva, capaz de construir um pensamento comum e um saber partilhado. Contrários, portanto, à era dos fatos. O simbólico, que ganha expressão nas palavras, cria novas relações entre sujeitos e estabelece, com eles, novas dimensões da vida. Projeta na linguagem as errâncias do espírito. (NOVAES, 2016, p. 15)

As imagens, a imaginação e a simbologia, portanto, permanecem parte integrante de quem somos, de como estruturamos nosso pensamento e de como interagimos com o mundo. Segundo Crippa (1975, p. 128) no estudo da cultura, as categorias de espaço e de tempo ocupam um lugar de grande importância. Primeiro porque a sacralidade das origens, o mundo único que foi estabelecido pela revelação primordial do divino, “assume formas mais concretas que penetram e modificam a condição humana”. Em segundo, porque a perspectiva estabelecida pelo espaço e pelo tempo é condição diretamente determinante da concepção geral do mundo, e tem como consequência o brotar de valores que estabelecem o sentido da vida e das atividades, que transcorrem sempre num certo espaço e num lapso distinto do tempo. “O mundo, como totalidade, a cidade, o templo, a casa e o campo de atividades, nos quais aquela totalidade progride em intensidade, são sempre definidos a partir de uma perspectiva determinada pelo espaço e pelo tempo.” (CRIPPA, 1975, p. 128).

3.2.2 Sobre o imaginário coletivo e a noção de lugar ideal

Hall (1995) nos fala sobre os visionários que viveram e escreveram sobre suas visões no trabalho diário de construir cidades. Ele considera que isto é uma desforra dos que foram ignorados por seus contemporâneos por não haver chegado a hora. E cita: “Howard, Unwin, Parker, Osborn; Geddes, Mumford, Stein, MacKaye,

Chase; Burnham, Lutyens; Le Corbusier; Wells, Webber; Wright, Turner, Alexander; Friedmann, Castells, Harvey” (HALL, 1995, p. 3). Ele considera suas versões de cidade utópicas e quiliásticas (milénaristas: relativas à doutrina que afirma que os predestinados ficariam ainda na Terra durante mil anos após o julgamento final, no gozo de todos os prazeres):

(...) assemelhavam-se nada menos que a versões seculares da Cidade Celestial dos Puritanos seiscentistas, engastada no Monte Sião, e agora descida à terra e pronta para uma época que também na terra clamava por recompensa. (HALL, 1995, p. 3 e 4)

Obviamente sua comparação não pode ser relacionada, do mesmo modo, ao pensamento latino-americano, herdeiro da cultura ibérica e de um catolicismo heterodoxo. Os puritanos, no entanto, advêm de uma linha de protestantes radicais da Inglaterra, mas boa parte dos autores estrangeiros consultados associa a cristandade à linha reformista, completamente diferente da catolicidade latina. Infelizmente, muitos autores nacionais incorporam o embasamento e as críticas, sem distinguir as diferenças na raiz dessas culturas. Neste aspecto, vale realçar que a noção de Ocidente está associada aos países europeus e americanos do hemisfério norte, cuja supremacia subjugou ou subordinou outras civilizações. Segundo Ferguson (2012), o ocidente tornou-se o modelo para o modo como o restante do mundo aspirava se organizar. Spengler definiu o nascimento da cultura ocidental como tendo se realizado por volta do ano 1000 no conjunto territorial da Europa Ocidental, no entanto, contraditoriamente, vai incluir a América. Os latino-americanos eram chamados por ele como os ‘de cor’, “portanto estranhos e potencialmente hostis ao Ocidente” (SILVA, 2011, p. 79).

Nemo (2005) estrutura a morfogênese cultural do ocidente em cinco fases:

- 1) A invenção da Cidade, da liberdade graças ao primado da lei, da ciência e da escola pelos Gregos;
- 2) a invenção do direito, da propriedade privada, da “pessoa” e do humanismo por Roma;
- 3) a revolução ética e escatológica da Bíblia: a caridade que ultrapassa a justiça e a instauração de um tempo linear, o tempo da História e da escatologia;
- 4) a “Revolução Papal” dos séculos XI a XIII, que escolheu utilizar a razão humana, nas duas formas da ciência grega e do direito romano, para integrar a ética e a escatologia bíblicas na história, realizando assim a primeira verdadeira síntese entre Atenas, Roma e Jerusalém;
- 5) a promoção da democracia liberal, realizada pelo que se convencionou chamar as grandes revoluções democráticas (na Holanda, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em França e, depois, sob uma forma ou outra, em todos os outros países da Europa Ocidental). Sendo o pluralismo mais eficiente, nos três domínios da ciência, da política e da economia, do que qualquer ordem natural ou artificial, este último acontecimento deu ao Ocidente uma capacidade de desenvolvimento sem precedentes, que lhe permitiu gerar a Modernidade. (NEMO, 2005, p. 4 e 5)

Para Fernando Pessoa (LOPES, 1990, p. 69), a civilização europeia é a civilização propriamente dita. Independentemente do julgamento de valores, ela é assentada essencialmente em quatro princípios: a cultura grega, a ordem romana, a moral cristã e a política inglesa. Em outro texto, quando trata do Quinto Império, substitui política inglesa por individualismo inglês, acrescentando que “resta acrescentar-lhe o espírito de universalidade, que deve necessariamente surgir do carácter policontinental da atual civilização. Até agora não tem havido senão civilização europeia; a universalização da civilização europeia é forçosamente o mister do Quinto Império” (PESSOA, 1979, p. 41).

Por outro lado, os até então excluídos destes conceitos, especialmente os não brancos, têm outras conceituações para o que seja civilização. Aqui não se vai aprofundar nisto, mas, para ilustrar, não é à toa que Levy (2013), ao tentar explicar o termo *wetiko*, de origem nativa americana, associa-o à natureza insustentável da civilização moderna. Segundo este conceito, a civilidade é desassociada da violência e do que chamam de epidemia autofágica.

Fanticelli (2014, p. 66) acredita que não se pode afirmar que uma cidade perfeita jamais venha a existir, pois, apesar de haver muitas possibilidades para essa realização, poucas são as probabilidades. Pela lógica, não se pode inferir que é impossível existir uma sociedade perfeita, mas, ao mesmo tempo, é óbvio que essa possibilidade é muito remota.

(...) essa cidade [ideal] é por enquanto apenas um belo paradigma, um modelo sublime para os homens. De acordo com Platão, enquanto ela não for concretizada, cabe a cada um edifica-la dentro de si mesmo.

Nesse caso, não importa por hora se ela existe em alguma parte do mundo, mas que ela é um arquétipo ao homem individual e, Jaeger nos diz que Platão pedira-nos para que o seguíssemos na descoberta da cidade perfeita, mas, em vez disso, descobrimos o homem. Popper também salienta que a analogia platônica da alma com a cidade serve mais para analisar o indivíduo do que o Estado. (FANTICELLI, 2014, p. 67 e 68)

Para Pessoa (2006, p. 22), autora que não trata da visão histórica de transcendência nem da beleza, deve fazer parte de uma utopia uma crítica ao sistema político-econômico-social vigente e uma proposta para que uma sociedade possa viver bem.

Numa utopia, há dois aspectos importantes a serem considerados que interessam particularmente à arquitetura. O primeiro é a ênfase dada às questões urbanas, conferindo uma indissociabilidade entre utopia e cidade. O traçado da cidade, suas ruas, seus edifícios são parte integrante de um trabalho utópico. A segunda é a maneira como o homem lida com a natureza e como essa natureza é inserida no traçado da cidade. (PESSOA, 2006, p. 21)

Para Delfante (1997, p. 405 e 406), na origem de um projeto de desenvolvimento urbano e de uma composição urbana, está sempre a vontade de poder: “a ‘pequena história’ mostra-nos que, a cada golpe de gênio de um autor corresponde a vontade de um ‘príncipe’ esclarecido, que considera ‘a cidade como um elemento didático’”. Mas ele acredita que este príncipe pode ter sido o povo.

A noção de composição urbana parece surgir sempre que uma ideologia, seja ela qual for, dirige os destinos do projeto. Evidentemente que não se trata de uma lei, mas temos que reconhecer que os poderes políticos, religiosos ou militares, dão origem a dois princípios fundamentais em matéria de urbanismo:

- a ordem, que se apresenta como necessária, porque permite atribuir funções numa hierarquia de relações de dependência, de complementaridade ou outras...;

- o simbolismo, que permite evidenciar a grandeza e a verdade do poder existente. Estes dois princípios originam um desejo de encenação indispensável à mediatização imediata e anunciadora de glória. Deste modo é normal que, quando atualmente se fala de composição urbana, se subentenda, na maior parte dos casos, uma ideia de monumentalidade. (DELFANTE, 1997, p. 11 e 12)

As cidades são lugares coletivos e a ideia de “cidade ideal”, como espaço físico e psicológico de perfeição e completude, deveria servir para todos os seus integrantes. Todavia, cada governante, instituição, grupo ou pessoa desenvolve seu ideal de cidade, de acordo com as próprias características, necessidades e interesses.

3.3 AS NOÇÕES DE CIDADE

Como espaços para reunir coletivos humanos, as cidades podem ser sonhadas, imaginadas, idealizadas, projetadas e construídas. Aliás, isso implica em diferentes concepções de cidade, as quais podem ser pensadas e construídas de maneira mais ou menos formal. Muitas cidades surgiram, foram construídas e consolidadas na informalidade. Mas, depois que houve a percepção do fenômeno e a sua designação verbal, as cidades puderam ser mentalmente antecipadas, verbalmente descritas ou visualmente desenhadas. Portanto, neste estudo considera-se que: (1) há cidades reais, que foram materialmente construídas; (2) há cidades intermediárias (proféticas), que foram ou são projetadas para serem construídas no futuro imediato ou distante; (3) há cidades ideais (utópicas), talvez literárias, míticas ou místicas, que são imaginadas e apenas representadas sem que haja pretensões para sua construção material e funcional. Mas, deve-se considerar a possibilidade recorrente de que, nos discursos religiosos ou políticos, as cidades

imaginárias, ideais ou utópicas, sejam indicadas como proféticas, por serem realizadas no futuro milagroso que é prometido nas religiões e na política.

(1) A cidade real, cuja expressão verbal é aqui relacionada com sua materialidade e funcionalidade, é o espaço geográfico e urbano que foi materialmente construído, habitado e socialmente funcional em algum período histórico. Geralmente, também é o lugar que passou ou passa por constantes alterações, sob influências socioculturais, geopolíticas e econômico-financeiras. Trata-se de uma questão antiga e, pelo menos, desde a antiguidade grega, diferentes pensadores e autores questionam os elementos e os aspectos funcionais, as questões econômico-financeiras e a governança das cidades, incluindo as reconhecidas como democráticas;

(2) A cidade intermediária ou profética é a que foi ou está sendo projetada para o futuro próximo ou mais distante, envolvendo investimentos mentais, tecnológicos e previsões financeiras para sua futura existência. Projetos assim são comumente desenvolvidos no contexto da tecnocracia político-tecnológica e não são especificamente baseados nos desejos ou nas necessidades imediatas das pessoas comuns. Por exemplo, os conceitos e os projetos em desenvolvimento para configura *smart cities* estão inseridos no mesmo contexto. Isso inclui a ideia ainda embrionária de “cidades criativas”, como um estágio inicial para as cidades inteligentes e sustentáveis;

(3) Por sua vez, a cidade ideal ou utópica é tipicamente literária, fantasiosa, política ou religiosa, sendo comumente construída na imaginação de uma pessoa (poeta, autora) ou de um grupo de pessoas, para ser realizada no imaginário coletivo de leitores das representações artísticas ou de obras literárias, políticas, míticas ou místico-religiosas. Considera-se que as descrições ou representações das cidades utópicas são mais reveladoras dos desejos e sonhos humanos do que das perspectivas de desenvolvimento dos recursos tecnológicos. Por isso, assim como despertou o interesse de historiadores e estudiosos de diversas áreas humanas e sociais, as cidades ideais ou utópicas são especialmente interessantes para este estudo, porque sua criação é relacionada com as motivações e as razões subjetivas, mais básicas e diretas, que despertam nas pessoas o desejo de imaginar ou projetar cidades.

3.3.1 A cidade real

Nos últimos milênios o ser humano passou de caçador-coletor nômade a sedentário e se fixou, desenvolvendo a pecuária e a agricultura. A partir daí, foi se juntando em pequenos núcleos que aumentaram em complexidade com o passar do tempo até se transformarem nas cidades, megalópoles e conglomerados urbanos da atualidade.

Sobre a cidade há uma infinidade de definições, algumas contraditórias. “Não tem nada a ver a pólis grega com a cidade medieval; são distintas uma vila cristã e uma medina muçulmana; uma cidade-templo, como Pequim, e uma metrópole comercial, como Nova Iorque” (GOITIA, 1977, p. 8). Eis alguns dos enfoques para o estudo da cidade, com seus autores principais:

Desde a história: “a história universal é história cidadã”, disse Spengler; desde a geografia: “a natureza prepara o local e o homem organiza-o de modo que satisfaça suas necessidades e desejos”, afirma Vidal de La Blache; desde a economia: “em nenhuma civilização a vida cidadã desenvolveu-se independente do comércio e da indústria” (Pirenne); desde a política: a cidade, segundo Aristóteles, é um certo número de cidadãos; desde a sociologia: “a cidade é a forma e o símbolo de uma relação social integrada» (Mumford); desde a arte y a arquitetura: “a grandeza da arquitetura está unida à da cidade e a solidez das instituições só pode ser medida pela solidez dos muros que as abrigam” (Alberti) (GOITIA, 1977, p. 7).

Para Ortega y Gasset (1963, p. 416), “a cidade é um ensaio de desagregação que o homem faz para viver fora e em frente ao cosmos, tirando dele apenas partes selecionadas, polidas e delimitadas”.

A origem da cidade-estado grega é a colina que, com seu desenvolvimento, estende-se à planície. As duas são partes de um só organismo e a base primordial de funcionamento da cidade é primeiramente “o lar comum, consagrado ao deus protetor da cidade” (BENEVOLO, 2007, p. 76). A ideia original de cidade no Ocidente é profundamente ligada à noção do sagrado.

Wittgenstein, em sua compilação de jogos imaginários e metáforas abruptas, que ele chamou de Investigações Filosóficas, compara a linguagem a uma cidade:

Não se preocupe com o fato de que [algumas das poucas línguas que ele inventou para fins didáticos] consistem apenas em imperativos. Se o que você quer dizer é que você está, portanto, incompleto, pergunte-se se nossa linguagem é completa – se era antes de os símbolos da química ou as formas do cálculo infinitesimal serem incorporados a ela, uma vez que estes, por assim dizer, são os subúrbios de nossa língua. (E quantas casas e ruas são necessárias antes que uma cidade comece a ser uma cidade?) Nossa linguagem pode ser concebida como uma cidade velha: um labirinto de pequenas praças e ruas, de casas novas e velhas, e casas com acréscimos de tempos diferentes; e tudo isso é cercado por uma infinidade de bairros modernos, de ruas retas e casas uniformes (GEERTZ, 1983, p. 93).

No Brasil, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (Portal Capacidades, 2019), 84% da população vive em cidades. “De acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UM Desa), em 2018, 55% da população mundial (ou 4,2 bilhões de pessoas) viviam em centro urbanos” (ONU, 2019). O Brasil, portanto, é um dos países mais urbanizados do mundo, e a tendência é que as cidades concentrem ainda mais a população mundial no futuro. “Segundo o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UM Desa), até 2050, cerca de 6,7 bilhões de pessoas estarão vivendo em cidades – tornando o mundo quase 70% urbano” (ONU, 2019).

Os estudos governamentais e acadêmicos que tratam do tema urbano geralmente são direcionados à organização das cidades enquanto assentamentos humanos diversificados, focando em levantamentos e soluções ligadas à sustentabilidade, ao sistema viário, à infraestrutura, ao uso e à ocupação do solo, à regularização fundiária, aos equipamentos urbanos, ao patrimônio, à habitação de interesse social etc., e frequentemente tentam apontar estratégias para readequar tecidos urbanos que saíram do controle de uma ordem pré-estabelecida – relacionada a fatores práticos. No Brasil, é a Lei nº 10.257, o Estatuto da Cidade, regulamentada em outubro de 2001, que vai tratar também da chamada participação popular nos processos decisórios de planejamento urbano, especialmente a nível municipal. A partir dela, não só os técnicos e especialistas são ouvidos, mas a sociedade civil organizada. Foi uma evolução, mas ainda não foram os indivíduos que receberam voz, e sim as instituições sociais. Na sociedade atual, um ser humano não é nada se não for cidadão de um Estado, pois existe a concepção de que “o Estado é um coletivo anterior a cada indivíduo” (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 422). Não havia aparecido até recentemente na história a noção de que o indivíduo e o Estado precisassem ser intermediados por instituições – isto acaba por ser uma espécie de perversão da democracia grega, onde o indivíduo, enquanto cidadão, poderia manifestar-se diretamente na ágora. “O resgate da dimensão pública do estado evolui na mesma proporção em que a política é apropriada pela cidadania” (DOWBOR, 2018, p. 282).

Held acredita que o modelo de democracia mais defensável seja onde “os cidadãos possam participar do processo de tomada de decisões em um amplo leque de esferas (política, econômica e social)”. No entanto, ele complementa que não crê que “qualquer dos modelos existentes, sozinho, proporcione uma elucidação

satisfatória das condições, aspectos ou fundamentos lógicos desta forma democrática” (HELD, 1987, p. 7).

Com o advento da sociedade do conhecimento, que ainda ocorre geograficamente e temporalmente de forma desconectada, pontual e não linear, como a maior parte das transformações sociais, à reflexão sobre a cidade foram acrescentadas noções de inovação (especialmente tecnológica), valorização do capital humano, entre outros. Segundo Santos (s/d), “a sociedade do conhecimento é caracterizada pelo alto padrão de desenvolvimento sustentável, em termos econômico, social, ambiental e tecnológico”.

Aproximadamente desde o advento iluminista a cidade é pensada desde o ‘lado de fora’ do ser humano. Ela tem sido proposta a partir de uma visão racionalista de mundo, que descarta muito do conteúdo das heranças culturais e mesmo do imaginário em prol de uma materialidade que tem endurecido cada vez mais o espaço e, conseqüentemente, o ser humano. Os desenvolvedores de planos e projetos urbanos não tratam das aspirações dos indivíduos em seu nível mais profundo e descartam o substrato imaterial da história e da tradição dos povos em benefício de praticidade e eficiência que, nem sempre, são efetivadas.

Morin diz que há complexidade onde quer que se produza “um emaranhamento de ações, de interações, de retroações” (MORIN, 1996, p. 274). Ora, assim é uma cidade.

As cidades podem ser consideradas como os maiores sistemas complexos construídos pelo ser humano no planeta. Nelas é possível encontrar uma síntese do que a tecnologia permite alcançar. Apesar de normalmente terem um núcleo inicial (nas cidades surgidas espontaneamente), que geralmente é associado a uma fonte de água, a algum sistema comunicativo como uma via importante de comércio, ou sistema de fortificação, elas expandiram-se, ao longo da história, não apenas além de suas bordas, mas também verticalmente e mesmo subterraneamente.

Esta possibilidade de expansão em diferentes níveis físicos, associado às possibilidades de expansão também em diferentes níveis dimensionais – especialmente os aplicáveis à era digital advindos da sociedade da informação, associada ao desenvolvimento temporal linear e ao seu funcionamento diferenciado em alternados períodos de tempo (dia, noite, fins de semana, estações etc.), traz uma multiplicidade de acontecimentos que tornam a cidade algo como um organismo em constante funcionamento adaptativo.

Segundo Benevolo, (1985, p. 15), a palavra cidade deve ser adotada em dois sentidos: “para indicar uma organização concentrada e integrada da sociedade” ou “para indicar o cenário físico dessa sociedade”. Segundo ele, essa distinção é importante por um aspecto prático: “o cenário físico de uma sociedade dura mais que a sociedade em si e pode ser constatado, reduzido a ruínas ou estar funcionando, quando a sociedade que o produziu já tenha desaparecido muito tempo antes.” (BENEVOLO, 1985, p. 15). Segundo ele, também há correspondência entre a forma física e a organização social. Elas se refletem nos momentos onde há uma certa ordem: “mas o postulado da correspondência incondicional entre cidade e sociedade só funciona bem nas épocas felizes, onde existe uma medida comum entre as duas realidades e um sistema de instituições que estabiliza a uma e a outra.” (BENEVOLO, 1985, p. 19).

Para Rossa (2002, p. 15), pode-se dizer de uma forma simples e numa dimensão operativamente dissociada da História que “urbano se refere a tudo quanto diga respeito à cidade, nomeadamente às relações que cada um dos seus utentes estabelece com os demais entes dessa comunidade e com o ambiente que o rodeia”. Ele destaca, no entanto, que urbanismo se refere “à realidade do espaço edificado que, em constante transformação, suporta e influencia aquelas relações”.

O conhecimento, enquanto componente da cultura, pode ser percebido na imagem e espacializado na cidade através de representações da ideologia dominante. A cidade, além de ser, precisa parecer, ela é uma mídia que explicita conhecimento. A dimensão simbólica pode ser expressa em narrativas que descrevem a cidade e contribuem para configurá-la como espaço imaginado.

A cidade pode ser identificável sob três aspectos (REMEDI, 1999) e compreendida em sua dimensão representacional como:

- - Realidade material, construída socialmente, habitável, com a qual se estabelece uma relação sensual e simbólica;
- - Conjunto de práticas, estruturas e instituições específicas que, tanto nos precede, quanto nos produz – e que às vezes reproduzimos;
- - Representação imaginária, uma construção simbólica discursiva, produto da imaginação e, especialmente, da linguagem.

Segundo Espinoza (2003), enquanto na cultura ocidental a cidade tenha sido central no pensamento social moderno – como espaço de exposição do político,

como forma e condição da ordem social, como encarnação material das instituições ou obra de arte coletiva que expressa e materializa uma cultura ao longo do tempo – na América Latina a cidade, enquanto obra material e enquanto ideia, é algo mais. As alterações no ambiente físico urbano transformam toda a sociedade, conforme explica Argan (1998, p.214):

Se a cidade não tivesse se tornado a megalópole industrial, se não tivesse tido o desenvolvimento que teve na época industrial, as filosofias da angústia existencial e da alienação teriam bem pouco sentido e não seriam – como, no entanto, são – a interpretação de uma condição objetiva da existência humana. Não se explicaria o existencialismo de Kierkegaard, de Heidegger, de Sartre, não se explicaria sequer o materialismo marxista, não se explicariam as análises duramente críticas de Horkheimer, Adorno, Marcuse, de um sistema que, em última análise, se traduz ou, ao menos, se fenomeniza no ambiente físico concreto, incontestavelmente opressivo e repressivo da cidade.

Para Gorelik (2002), pode-se aplicar a noção da cidade latino-americana como a noção da cidade situada na periferia do mundo, no hemisfério subdesenvolvido sul do planeta, palco de ‘experimentos’: “a cidade das Américas não só é o produto mais genuíno da modernidade ocidental, senão que, além disso, é um produto criado como uma máquina para inventar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la: é um artefato ideológico da modernidade”. Como já apresentado acima, a noção de Ocidente não se aplica, pois, ao hemisfério sul, muito embora a cultura brasileira seja parcialmente herdeira deste. No entanto, da cultura ocidental advém a maior parte dos registros e suas referências, escopo deste trabalho. O debate sobre a descolonização do pensamento é interessante e incentivado, mas não é ainda tema do estudo, portanto, ficam estas ponderações.

3.3.2 A “cidade criativa” como exemplo do ideal intermediário e profético

As cidades de ponta do mundo globalizado têm se direcionado para o ideal de cidades inteligentes e sustentáveis, ou as *smarts cities* conectadas. Aqui trabalhamos com algumas definições de cidades criativas, como um caminho para esta cidade ideal da cidade do conhecimento. Seria ela uma alternativa viável?

Extremamente influenciadas pela transformação da cultura, e transformadoras da cultura, numa via de mão dupla, as cidades têm se adaptado a seu tempo, desde as grandes mudanças trazidas pela revolução industrial às facilidades da revolução tecnológica. Por conta disso, o conceito de cidade criativa surgiu no século XX, aliado às grandes alterações sentidas nas cidades. “Vários

fatores sociais, econômicos e ambientais combinados contribuíram para a perda da identidade local, facto que aliado a uma mudança drástica da economia, indústria e mercado de trabalho criou um novo desafio para os decisores urbanos”. (LOPES, 2017, p. 58)

Situando nas dimensões representacionais de Remedi (1999), citadas acima, as cidades criativas têm um aspecto não palpável, mais ligado às práticas. Pode-se dizer que tenham características mais subjetivas, não fisicamente estruturadas.

Baseado nas ideias de Ana Cruz Lopes, Hannigan (2003) e Hosper & Pen (2008), consideram que, nos países mais adiantados, as cidades industriais que foram, no passado, a vanguarda das economias nacionais, estão em declínio. O novo motor econômico que surge é o entretenimento enquanto negócio. É nesta transição paradigmática que surge o desenvolvimento do conhecimento, da criatividade e da inovação. Especialmente na Europa, esta nova realidade incentivou a popularidade do conceito de cidades criativas. Os decisores políticos de muitas cidades procuram formas de implementar este conceito no contexto local.

Atualmente, como tem sido fortemente implementada em ações urbanas diversas, a nova cultura do compartilhamento e da cooperação está intrinsicamente presente na ideia de cidade criativa. “A inovação associada à criatividade passa pela mobilização das redes, pela articulação dos recursos e pela participação ativa dos utentes – clientes – cidadãos assim como dos grupos associativos e coletivos existentes numa cidade”. (ALBUQUERQUE, 2017, p. 430). Neste sentido, o espaço urbano é utilizado como uma plataforma de inovação aberta à sociedade civil. Ali, “o patrimônio, associado à criatividade, à inovação e à investigação, constitui um fator de desenvolvimento socioeconómico”. (ALBUQUERQUE, 2017, p. 430).

As cidades criativas estão profundamente ligadas à ideia de conexões (REIS, 2010, p. 23). Essas conexões integram, não apenas áreas da cidade; mas diferentes setores – como público, privado e sociedade civil; diferentes esferas de atuação e tempos. Reis também trabalha com a ideia de conexão entre diferentes classes, o que desagrega a noção de população, reforçando um pensamento dialético de separação – o que vaporiza a ideia de cidade como organismo complexo.

As ações comunitárias em prol de um bem comum têm sido facilitadas pelas plataformas tecnológicas, que permitem a comunicação facilitada e o encontro

virtual. Com a formação de grupos interessados em determinadas práticas ou em uma melhoria específica no ambiente urbano, há uma efetividade na participação cidadã, permitindo uma atuação democrática – muitas das vezes sem a intervenção de quaisquer ‘atravessadores’, como instituições ligadas ao poder público ou outros interventores.

Medeiros (2016, p. 53-65) destaca alguns exemplos de ações criativas espontâneas desenvolvidas por pessoas da população associadas no campo do mapeamento estratégico para atuação de interferência no tecido urbano. Algumas vezes elas são intermediadas por aplicativos de dispositivos eletrônicos, por outras são apresentadas em *workshops* de artistas ou mesmo na academia – para onde convergem os interessados. Há os que marcam encontros e os que deixam pistas por determinados percursos da cidade para que, ainda que as pessoas não se encontrem, possam comunicar-se. “A democracia começa com a adoção de uma divisão político-territorial, e se enfraquece ou termina pela excessiva fragmentação territorial. Assim, ser cidadão é estar vinculado politicamente a uma porção territorial”. (MEDEIROS, 2016, p. 72)

Sob este aspecto, vale ressaltar que o conceito de cidadania, segundo Molina (2017, p. 550) perpassa três dimensões: “a primeira associada aos direitos civis e que garante os direitos à liberdade, à propriedade e à igualdade na lei. A segunda é a que envolve os direitos sociais reconhecidos como acesso à educação, trabalho, salário justo, saúde e aposentadoria, entre outros. A terceira, conhecida como cidadania política seria a participação do povo no exercício do poder político configurado no direito de escolher seus governantes.”

No Brasil, essas ações independentes demonstram iniciativas que devem ser incentivadas. Para Molina *apud* Carvalho (1996, p. 338), “no caso brasileiro, a construção Estado-Cidadão gerou a centralidade do Estado em ações atinentes à cidadania, ou seja, os indivíduos buscam o Estado para a satisfação de seus interesses privados”. Como essa cidadania foi edificada de cima para baixo, a inatividade dos cidadãos vinha sendo maior que em países mais livres. Ainda assim, talvez justamente (e novamente) pela facilidade nas trocas de informação, seja possível espelhar-se em exemplos de outros países e trabalhar espontaneamente a transformação da cultura com as iniciativas de parcerias entre pessoas interessadas na transformação do espaço urbano dentro da noção das cidades criativas. Ainda para Molina (2017, p. 551), essa cultura política “transita entre o paroquialismo, onde

se vive uma alienação em relação ao sistema político, o que reduz as pessoas ao mundo privado das famílias ou da tribo, e a cultura política súdita, que vivencia um sistema político diferenciado de um grupo para o outro.”

As cidades criativas abarcam, em seu cerne, os setores da indústria criativa que impactam economicamente ao agregarem maior carga de criatividade em setores tradicionais. No entanto, não é simplesmente essa economia criativa que delinea o conceito da cidade criativa. A cidade não é só essa economia. Como as cidades se encontram em constante transformação, um dos primeiros traços da cidade criativa é também a inovação – que vai além das descobertas científicas e dos parques tecnológicos: “incorpora da criação de novos modelos de governança a materiais de construção alternativos, de sistemas de criação colaborativa a esquemas de engajamento social. Uma cidade criativa vive em permanente estado de reinvenção” (REIS, 2010, p. 23). O que é saudado como bem-vindo para Reis (2010), é criticado por Jacques (2010):

Tanto a cultura quanto a cidade passaram a ser consideradas como mercadorias estratégicas, manipuladas como imagens de marca, principalmente dentro do atual processo de globalização da economia. Como a pretensa especificidade – a busca da tal ‘identidade’ de cada cidade – encontra-se fortemente ligada a uma cultura local, é principalmente através dessa cultura própria que as cidades poderiam construir suas imagens de marca. As singularidades geram slogans que podem ajudar a construir uma ‘nova imagem’ da cidade. Nas políticas e nos projetos urbanos contemporâneos existe uma clara intenção de se produzir, de se inventar, de se forjar uma imagem de cidade. Essa imagem, de marca, seu logotipo, seria fruto de uma cultura própria, de sua pseudoidentidade (obviamente forjada). (JACQUES, 2010, p.164)

Em síntese, Jacques (2020) considera que as parcerias de grandes corporações para a renovação de cidades com grandes eventos é pasteurização arquitetônica criada para atrair um turismo sem identidade. Renovações de bairros e revitalização de espaços são vistas como uma maquiagem que joga os excluídos do processo para baixo do tapete (gentrificação), tornando Olimpíadas, Copas e inauguração de linhas *fast food* de museus um grande negócio para os que já fazem parte do que esquema.

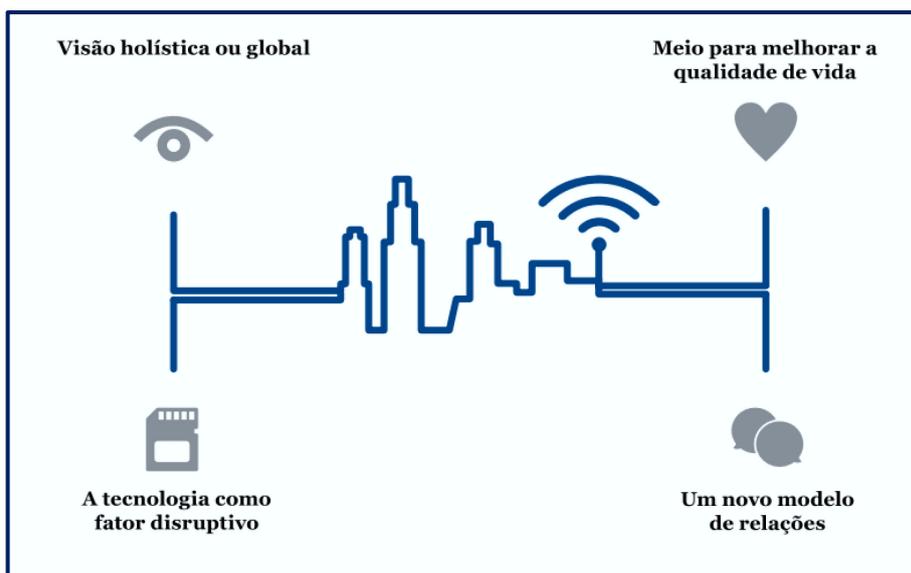
3.3.3 A cidade inteligente, como exemplo utópico

A cidade inteligente, também chamada de *smart city*, é a cidade que, primeiramente, foi assim considerada porque incorpora a tecnologia como parte de sua evolução (Figura 7). Todavia, depois que foram difundidas as expressões “cidade inteligente” e *smart city*, houve a ampliação e a diversificação de reflexões,

debates, críticas, requisições e considerações. Assim, diversas críticas, considerações e proposições indicaram que a “inteligência” político-social urbana não poderia ou deveria ser resumida às possibilidades tecno-cognitivas de agentes e sistemas digitais entre outros. Por isso, na percepção das *smart cities* foram integrados pelo menos quatro elementos em comum (CUNHA, 2016, p. 29):

1. Visão holística ou global: que não é definida apenas pela aplicação setorial de sua inteligência, mas que traz unidade e coordenação transversal e intersetorialmente a temas e atores urbanos;
2. Um meio para conseguir objetivos: que deve ser a melhora na qualidade de vida das pessoas, fazendo com que o setor produtivo local seja mais competitivo e inovador, e tornando a cidade mais sustentável ambientalmente e atrativa para investidores, habitantes e visitantes (FLORIDA, 2002);
3. A tecnologia como fator disruptivo: baseada “numa tecnologia que permite recolher grande quantidade de dados, processá-los e compartilhá-los em tempo real, na forma de informação relevante para gerar valor agregado”. A informação sobre os cidadãos e as organizações deve facilitar “sinergias e interoperabilidade” em diferentes serviços e sistemas;
4. Um novo modelo de relações: com a ideia de gerar comunicação mais fluida entre os atores, “o modelo econômico cede lugar à economia colaborativa; o social, a novas formas de participação cidadã; e o municipal, a políticas urbanas mais ágeis e transparentes”.

Figura 7 – Elementos comuns nas definições de *smart city*



Fonte: CUNHA, 2016, p. 29

Com a noção de consumir menos recursos e produzir maior valor econômico e social, “nos países emergentes e em desenvolvimento, além desses quatro elementos, uma característica distintiva de uma cidade inteligente é ser sustentável” (CUNHA, 2016, p. 29).

Cunha (2016, p. 30) também ressalta que não há uma definição precisa para *smart city* e que “a cidade inteligente é um modelo ideal a ser definido, ainda que já em construção”. A União Europeia, por exemplo, decompõe a ideia que se possa ter de *smart city* em seis diferentes âmbitos: *smart governance*, *smart economy*, *smart mobility*, *smart environment*, *smart people* e *smart living*; ou seja:

- **Ambiente:** visa atingir a sustentabilidade ambiental pelos cuidados com consumo de água, energia e matérias primas, pela geração de resíduos e contaminação:

Incluem-se em *smart environment* possibilidades das energias renováveis, os sistemas de medição inteligente de consumos de energia e água (*smart metering*), as redes inteligentes de gestão de fornecimento de utilities (*smart grids*), monitoramento e controle da poluição, renovação de edifícios e equipamentos urbanos, edificação e planejamento urbano sustentável assim como a eficiência, reutilização e reciclagem de recursos. Também se incluem a prestação inteligente dos serviços de iluminação pública, a gestão de resíduos sólidos urbanos e a gestão integral do ciclo da água (CUNHA, 2016, p. 30);

- **Mobilidade:** visa um sistema logístico e de transporte integrado (com diferentes modais: ônibus, bondes, trens, metrô, bicicletas, pedestres etc.), eficaz e de baixo impacto ambiental. Também implica em fornecer informação útil em tempo

real aos usuários e “economizar tempo, fazer as conexões mais rapidamente e reduzir sua pegada de carbono” (CUNHA, 2016, p. 31);

- Segurança, sanidade e saúde: visa “gerar espaços seguros, proteger de ameaças as infraestruturas e zonas sensíveis, e ser capaz de reagir com eficácia e rapidez em caso de emergência” (CUNHA, 2016, p. 31).
- Trata também dos serviços de vigilância. Segundo Medeiros & Vanzin (2020), autores célebres como, Foucault, Deleuze, Bauman e Mumford, criticam a aplicação da tecnologia na sociedade com estes fins: a sociedade do controle está substituindo a sociedade disciplinar:
 - Em saúde, trata-se da “gestão inteligente da demanda assistencial (informação e gestão de tempos máximos de espera, oferta de centros assistenciais, consulta de agendamento cirúrgico, gerenciamento de incidentes, sugestões, queixas e reclamações)” (CUNHA, 2016, p. 31);
 - Em educação: além da educação formal, “também se debruça sobre a formação em habilidades digitais e sobre a educação para o desenvolvimento de criatividade e inovação urbana” (CUNHA, 2016, p. 31);
 - Em economia: neste “item incluem-se *e-business* e *e-commerce* em escala urbana, mas também novas formas de produção e entrega de serviços, em que as TICs (tecnologias da informação e comunicação) desempenham papel-chave, assim como os novos modelos de negócio necessários para sua implementação” (CUNHA, 2016, p. 31). Também visa incentivar a criação de clusters e ecossistemas empresariais baseados na interconexão local e global;
 - No governo: este item pode ser mais bem encaixado como governança. Ele visa a participação na gestão da cidade pelos cidadãos, com transparência e acessibilidade. A interação entre os agentes públicos e privados é intermediada pela tecnologia, e por ela acontece a “colaboração entre governos, colaboração público-privada e ainda colaboração com todos os diferentes atores locais na busca de objetivos compartilhados” (CUNHA, 2016, p. 32). As plataformas digitais são um item importante de sua organização.

Em síntese, considera-se que as expressões “cidade inteligente” e *smart city* estão destinadas a serem sinônimos de cidades utópicas. Primeiramente porque, pelo que já foi proposto, há muitas variáveis para serem consideradas com indicações de objetivos e expectativas de metas. Mas, os objetivos tendem a ser continuamente diversificados ou criticados e as metas ampliadas, diante de novos desafios ou da grande amplitude de diferentes expectativas. Isso porque há diferentes visões e interesses por parte de governantes, instituições, grupos de estudiosos ou profissionais e pessoas em geral. Portanto, os municípios que evoluírem ou se desenvolverem, com a aplicação de processos, produtos e práticas disruptivas ou evolutivas e renovadoras, poderão com certeza serem considerados “cidades criativas”. Inclusive, as críticas às mudanças não poderão negar que a criatividade influenciou nas transformações consideradas mais ou menos positivas. Por sua vez, a ideia de “inteligência” aplicada às cidades é muito ampla, diversificada, abstrata, utópica, inspiradora e inatingível.

4 A IDEALIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO

Percebe-se que é a esperança que orienta e sustenta a busca ideal por completude e perfeição nas projeções e nas realizações humanas. Mas, primeiramente, a esperança no futuro venturoso é alimentada pela crença de que a completude e a perfeição existiram no passado distante, perdido e que precisa ser recuperado. Portanto, apesar das diferentes maneiras de idealização da sociedade, primeiramente, essas são oniricamente orientadas e sustentadas por um mito arquetípico, caracterizado por um estado de completude e perfeição. A partir disso, surgem e são desenvolvidas e consolidadas outras razões para despertar e manter a esperança que motiva as idealizações humanas.

4.1 MOTIVAÇÕES MÍTICAS OU MÍSTICAS

As narrativas do mito da completude original, às vezes, tratam da criação do universo e outras vezes do lugar de origem dos seres humanos, comumente configurado como um paraíso de natureza intocada, como expressão da ordem divina. Isso aparece na narrativa da *gênesis* judaico-cristã sobre Jardim ou sobre o Jardim das Hespérides na mitologia grega. Mas, também há outros mitos similares que participam de diferentes cosmogonias.

Wolfgang Smith (2019, p. 161) explica que, ainda que Jung criticasse Freud por não “penetrar a camada mais profunda, nossa herança psíquica ou a parte dela comum a todos os homens – o inconsciente coletivo”, na realidade Freud descreveu-o, chamando-o de herança arcaica, utilizado no mesmo sentido e igualmente acreditava “que este material filogenético pode manifestar-se em sonhos, mitos e outros fenômenos culturais”. A crítica de Jung era mais relacionada, portanto, não ao reconhecimento do inconsciente coletivo, mas à emissão de “juízos superficiais e falaciosos a respeito”.

Comecemos por uma constatação impressionante: temos uma tendência a opor paraíso e história; contudo, a ideia de História, com H maiúsculo (e até com uma bomba H), deriva do paraíso tal como pregado por judeus e cristãos. Não temos consciência disso por se tratar de algo que nos é extremamente familiar: desdenhando do judaísmo e do cristianismo, somos, apesar de tudo, seus herdeiros, e vamos vivendo graças ao que cai de sua mesa (HADJADJ, 2015, p. 42).

Neste ponto não há como deixar de considerar que a história humana pode ser vislumbrada com o olhar de que se busca, desde então, o retorno ao paraíso

primordial. Sob esta perspectiva pode-se ressignificar todos os descobrimentos, todas as expansões e conquistas de impérios como uma busca para encontrar ou recriar aquele paraíso perdido. E isto não tem nada a ver com o mito do eterno retorno de Nietzsche, com sua ideia de imanência. Mas, ao contrário, está ligado à ideia de transcendência, à eternidade atemporal e fora da existência de Platão. Seguido de “Aristóteles, com o Motor Imóvel; Plotino, negando a eternidade para a natureza sensível; Santo Agostinho, trazendo o platonismo para o cristianismo e pensando um Deus eterno e atemporal criador de tudo a partir do nada; São Tomás de Aquino; passando por Descartes entre outros... até chegarmos em Kant e a modernidade” (LAURO; TRINDADE, 2019).

Muita coisa se perdeu na poeira dos tempos e não seria exagero dizer que o que se chama hoje de pensamento fantástico, ou pensamento mágico, ou mesmo pensamento mítico e poético vem acompanhando o homem desde os seus primórdios (COSTA, 2006, p. 15).

A motivação mítica também pode ser prioritariamente vinculada e direcionada ao processo teleológico, investindo-se na crença de que a completude e a perfeição serão encontradas no futuro. Por isso, é necessário o rompimento com a realidade atual, para que se encontre os recursos de realização do paraíso final, como uma espécie de fechamento da aventura humana na terra. De modo místico, há concepções religiosas que reúnem pessoas que creem no retorno de Jesus a este planeta para, de fato, fundar na Terra o reino dos céus ou para levar de volta as pessoas para o paraíso. Portanto, uma possibilidade teleológica é a crença na promessa mágica ou religiosa de realização de uma profecia mística (transcendental). Mas, a outra possibilidade decorre da crença e do investimento na racionalidade humana, na tecnologia e no trabalho de transformação da realidade terrena, sociopolítica e material. O ideal de investimento na racionalidade, na tecnologia e no trabalho político e material é a semente dos projetos sociopolíticos, culturais e econômico-financeiros de transformação da realidade, sejam esses evolucionários e reformadores ou disruptivos e revolucionários – embora aqui não haja uma categorização.

4.2 MOTIVAÇÕES CÉTICAS OU RELIGIOSAS

Para Oakeshott (1996) as duas possibilidades anteriormente indicadas são designadas como: “política da fé” e “política do ceticismo”. Tais designações

separam dois polos diferentes que configuram e dinamizam as atividades de governar e a governança político-administrativa:

Durante os cinco séculos de história moderna, esses dois estilos de atividade política permaneceram lado a lado, discretos (exceto nas ocasiões notáveis, em que um ou outro oscilou particularmente perto de seu extremo teórico) e, devido à ambiguidade de nosso vocabulário político, muitas vezes mal distinguidos um do outro. (OAKESHOTT, 1996, p. 21 e 22)

Por sua vez, Voegelin (2002) não faz a mesma distinção política entre características religiosas ou fervorosas e céticas. Isso porque considera que é tênue a linha que separa os modos de pensar, sendo que, de uma forma ou de outra, a crença permeia experiência política. Considera-se aqui a crença - seja no divino, no mágico ou na racionalidade e no trabalho das pessoas. Portanto, o uso do termo “ceticismo” requer complementação, havendo a crença e o ceticismo mágico ou religioso e, também, a crença e o ceticismo com relação à potencialidade humana. Mas, há estudiosos que indicam as raízes religiosas de qualquer experiência política, como Jacob Schmutz que, no prefácio do livro de Voegelin (2002, p 12), assinala que “os mitos e as estruturas dos movimentos de massa modernos lembram que a participação do homem na comunidade política permanece uma experiência profundamente religiosa”. Portanto, não haveria como estudar a política como uma simples ‘esfera profana’ da existência.

Para entender os movimentos na atualidade, Voegelin (2002, p. 23) afirma que “falar de religião é falar da instituição da Igreja, e falar de política é falar de Estado”. Mas, também é necessário falar de “religiões políticas”, mesmo que isso possa constranger o observador atento. Com momentos de ruptura e religação, a relação político-religiosa vem sendo restabelecida nos últimos séculos, depois da dissolução da unidade do Império do Ocidente e a constituição dos Estados modernos.

Estas organizações defrontam-se, cristalizadas em unidades distintas e sólidas, e o espírito que impregna estes dois corpos não é do mesmo tipo. O Estado e o espírito mundano conquistaram o seu domínio de aplicação na luta encarniçada contra o Santo Império da Idade Média e neste combate formaram-se símbolos linguísticos que não exprimem a realidade como tal, mas que procuram somente manter e defender os antagonismos desta luta. (VOEGELIN, 2002, p. 23)

O pensamento revolucionário é, portanto, o pensamento do rompimento, da não conformação, da não espera, do imediatismo, do desligamento com a transcendência e da busca da felicidade na materialidade. A diferença entre estas concepções, baseadas na crença e na descrença, está na ação: o revolucionário, baseado na descrença, estará disposto a não medir esforços para alterar o mundo

para todos, quer o não revolucionário queira ou não. Este é o arcabouço do pensamento de Edmundo Burke sobre o tema: “a queixa de Burke contra os revolucionários era que eles se consideravam no direito de gastar (e dissipar) toda a herança em nome de sua autodesignada agenda” (SCRUTON, 2017, p. 180).

Em síntese, depois de se assumir como ideologia a descrença assume um caráter de verdade constante e obrigatória que contraria a racionalidade lógica, tornando-se dogmática ou mesmo religiosa.

Mannheim (1986) traçou uma distinção entre ideologia e utopia. Ele introduziu a noção de que a primeira, significando aquelas ideias políticas que são sustentadas pelo sistema no poder, é estática e reativa, enquanto a última, sobre as ideias que se opõem a este sistema de poder, é dinâmica e progressiva.

Fazendo relação com as ideias baseadas na crença, Ortega y Gasset (1963, p. 333) propõe perguntas a partir da reflexão de que a cidade moderna nada produz, apenas consome:

- E se isso é uma afirmação sob a perspectiva econômica, por que não seria nas demais perspectivas? Será que a vida que palpitou em nossas cidades (crença, arte, moral) não é propriamente o resquício do impulso campesino anterior a elas?
- Em sua intimidade, as almas urbanas vivem hoje desmoralizadas, sem grandes entusiasmos nem prestigiosas disciplinas. Uma existência mecanizada vai nos suplantando o sentido orgânico da vida. Não chegará um momento em que a população de consumidores se consumirá?

Entre o Jardim do Éden e a restauração do paraíso perdido há, obviamente, uma série de tentativas de restauração de uma ordem terrena que, por vezes, almeja-se global. Uma delas é a narrativa da construção da “Torre de Babel” ou de sua tentativa. O pensador alemão do século XVIII, Schelling, “repara que este temor, esta angústia de se ver espalhados e desarticulados é anterior à confusão das línguas e revela, na suspeita da crise futura, a prévia germinação nos espíritos de uma íntima dissidência” (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 382).

4.3 DO MITO DE ORIGEM AO CAPITALISMO POLÍTICO-RELIGIOSO

Há questões atávicas ou arquetípicas que são compartilhadas por vários povos, como a ideia de paraíso ancestral ou de um estado original de completude e perfeição, juntamente com os sentidos trágicos de ruptura e perda e esperançosos de religação com o sagrado e o retorno ao sentido de completude e ao estado de perfeição. Mas, as diversas representações culturais e, principalmente, as diferentes línguas naturais são fatores de distanciamento e desentendimento. Para Ortega y Gasset, (1963, p. 382), há uma conexão entre as anomalias da linguagem e as crises religiosas:

Cada povo – prossegue o filósofo romântico – existe como tal somente a partir do momento em que definiu e fixou sua mitologia, à qual se ajustam docilmente as formas do idioma. A incapacidade de entender-se é o sintoma autêntico onde os homens percebem sua diferença étnica. Não se entendem por que falam idiomas diversos, porém falam idiomas diversos porque pensam de maneira distinta.

Ressalta-se a importância da mitologia dos povos, e especialmente o seu mitologema inicial, ou fundador, para a compreensão da sua maneira de pensar, que está refletida em sua linguagem. É a partir daí que se deve entender as concepções de imaginário, ideal e utopia. Ortega y Gasset (1963) analisa as proposições de Schelling, filtrando aspectos concernentes às ideias de seu tempo e trazendo à luz as diferenças de orientação. Essas são as geradoras de uma diversidade inequívoca ao mundo, que é perceptível aos que se arriscam além das tentativas históricas de planificação do pensamento, como é evidenciado na atualidade.

Esta teoria de Schelling pode servir como exemplo luminoso do que foi o pensamento romântico que sempre misturou genial nitidez com engenhosa arbitrariedade. Se eliminam as fantasias etimológicas e a interpretação do texto mosaico com a hipótese da humanidade homogênea, fica uma profunda intuição da heterogeneidade vital, que na história dos povos aparece constantemente. Não são condições externas ou o estar em um estágio diferente da evolução humana – que caprichosamente se supõe única – o que diferencia os povos, mas uma diferente orientação radical do espírito. Certamente, cada povo é uma mitologia diferente, um repertório exclusivo de formas intelectuais e afetivas (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 383).

Ao mesmo tempo, contudo, alguns povos carregam o arquétipo do paraíso. Aliás, deve-se criticar e transformar a realidade vivida, para encontrar este lugar (utópico) de descanso de todas as adversidades impostas à vida no momento presente.

A cidade, portanto, é um lugar geográfico-arquitetônico que compõe e participa da realidade materialmente vivida por muitas pessoas. Por sua vez, os

estudos de Psicologia identificaram em cada pessoa a saudade da completude e da perfeição. A saudade que pode ser decorrente do inconsciente do sentido de conforto da vida uterina ou da interação arquetípica. Mas, trata-se ainda de um sentido universal, que é compartilhado entre todas as pessoas, influenciando os destinos de culturas, civilizações e cidades. Portanto, requer ainda os conhecimentos de Antropologia, Sociologia, História e Política, entre outros.

A crença e, conseqüentemente, a esperança estão na base das diversas motivações que promovem a idealização de diversas coisas, incluindo das cidades utópicas ou proféticas. Sendo algumas imaginadas e representadas em linguagens artísticas ou na literatura e outras projetadas para serem materialmente realizadas no futuro próximo ou distante. Todavia, há ainda as típicas idealizações teológicas ou ideológicas que, como realidades imaginárias ou projetadas, mobilizam o desejo coletivo de completude e perfeição, reunindo as pessoas e seus esforços em função de um projeto religioso ou político.

Na perspectiva geográfico-arquitetônica das áreas de Arquitetura e Urbanismo, o espaço territorial e a construção de equipamentos e edifícios devem buscar o bem-estar social, com soluções inteligentes de moradia, trânsito ou locomoção e atendimento às pessoas. Todavia, são motivados e influenciados por crenças, tanto o planejamento quanto a atuação desenvolvida em função de território, materialidade urbana, sistemas de trânsito ou locomoção e atendimento. A crença fundamental reside na possibilidade de aprimoramento em busca da completude e da perfeição utópicas. Mas, este sentido básico e geral é representado de vários modos e expresso em diferentes narrativas que, por sua vez, instauram as crenças mediadoras. O sistema mediador é relacionado com interesses: filosóficos, religiosos, socioculturais, políticos, econômico-financeiros e, também, com diferentes recursos: mágico-religiosos, retóricos, tecnológicos, sociopolíticos e econômico-financeiros.

Na antiguidade e no período medieval, a evolução histórica de sociedades, civilizações, reinos e cidades-estados, entre outras, foi fundamentada em guerras e conquistas. Mas, na era moderna consolidada com a ascensão do modo de vida burguês, a capacidade produtiva, as relações comerciais e o desenvolvimento econômico assumiram o centro do processo evolutivo das nações. No entanto, no século XIX houve o colapso da sociedade burguesa, segundo Hobsbawm. Depois disso, “a nova sociedade operou não pela destruição maciça de tudo que o herdara

da velha sociedade, mas adaptando seletivamente a herança do passado para uso próprio” (HOBBSAWM, 1995, p. 19). A luta de classes entre a burguesia e o proletariado continuaria então sob as novas condições políticas (HOBBSAWM, 1995, p. 52).

Apesar da convivência mais ou menos interativa com diversas organizações e manifestações religiosas, o materialismo produtivo-comercial e a razão lógico-pragmática definiram a economia política de países capitalistas e também de socialistas e comunistas. Diante disso, o sentido de transcendência religiosa foi relegado ao segundo plano e as instituições religiosas passaram a ser mais reconhecidas por sua capacidade político-econômica.

Para Ortega y Gasset (1963, p. 261), “a cidade moderna é uma forma econômica e ideológica criada pelo capitalismo dos últimos séculos”. Diante disso, as idealizações de cidades (em busca de completude e perfeição) também foram transformadas e principalmente baseadas nas crenças mediadoras de inovação e progresso econômico, desenvolvimento científico-tecnológico, conquista de mercados. Isso ainda predomina, apesar da necessária interferência de questões e aspectos relacionados com a responsabilidade socioambiental. Isso porque, cada vez mais, aumentam as evidências de que o progresso econômico depende da sustentabilidade dos negócios. Além disso, a necessária expansão dos mercados na cultura capitalista requer cada vez mais a inclusão de novos consumidores e a diversificação do consumo. Portanto, apesar de ser notório o direito de as pessoas em geral expressarem e exercitarem sua singularidade e sua adesão a diferentes grupos ou causas sociais, isso também resulta na expansão dos negócios.

Cada vez mais, entretanto, a religião está inserida no discurso sociopolítico. No século XX, houve a quase hegemonia de pensamentos e procedimentos laicos nas instituições sociais e políticas. Aliás, como foi anteriormente assinalado, a ideologia política de direita e esquerda, principalmente durante a “guerra fria”, assumiu de maneira formal e prática o dogmatismo que, até então, era um privilégio religioso. Por isso, Voegelin (2002) assinalou a pertinência da expressão “religiões políticas”. Todavia, o que é observado neste século XXI é que, mais uma vez, crenças, conceitos e discursos religiosos foram radicalmente integrados no repertório político. Inclusive, isso favoreceu sobremaneira o ingresso de religiosos nos quadros político-partidários, apesar do secularismo.

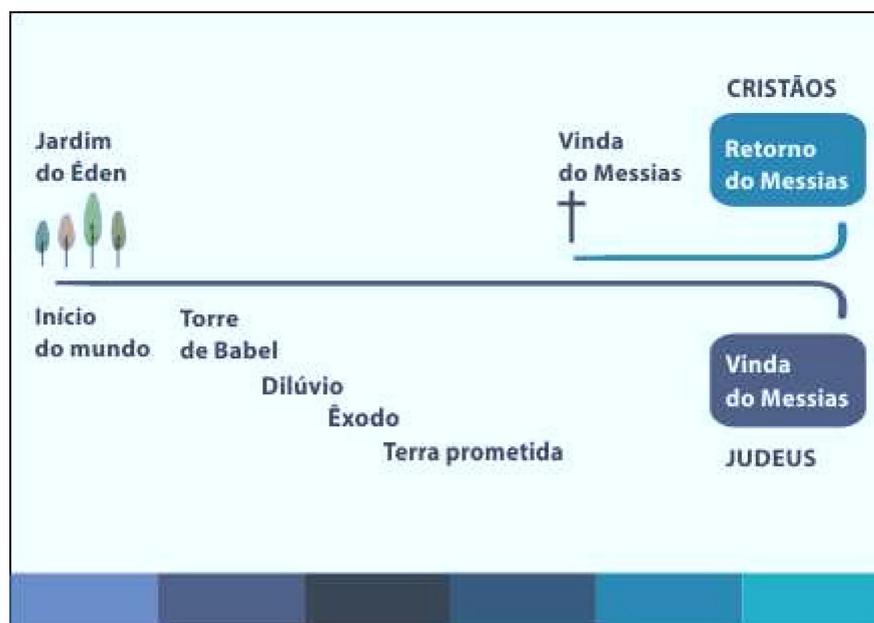
4.4 RAÍZES RELIGIOSAS DA FILOSOFIA E DA IDEOLOGIA

Sloterdijk afirma que, apesar da Igreja ter sucumbido a estados de corrupção interna como veículo de legitimidade – e não sendo mais a ideologia dominante – ainda é a base do direito humano moderno: a liberdade do indivíduo. “A transmissão das almas é a primeira política. Segundo ela, todo ser humano, desde o nascimento, tem a pretensão incontestável de estar ‘errado’ diante da maioria dos parentes, não importa quantos sejam” (SLOTERDIJK, 2020, p. 141)

Há diferentes religiões que compartilham basicamente as mesmas crenças, as quais são representadas em narrativas mais ou menos diversas. Por exemplo, há várias religiões cristãs que compartilham a crença que Jesus é o Messias ou Salvador. Mas, apesar de herdeiro do judaísmo e de compartilhar diversos valores comuns, o Messias do cristianismo não é reconhecido como tal na religião judaica.

Há discordâncias com relação à identidade do Messias ou Salvador, todavia, religiões associadas ao cristianismo, ao judaísmo e ao islamismo compartilham a mesma crença. “Assim, entre o jardim do Éden e a Jerusalém Celeste estende-se uma linha de sentido único. Entre o perdido e o gracioso corre um rio sem refluxo” (Hadjadj, 2015, p. 43). A preparação para a vinda do Messias judaico e a espera do Messias cristão do Ocidente equivalem à preparação para a vinda do Imã Mahdi aguardado pelos muçulmanos. Há três grandes vertentes religiosas que são igualmente monoteístas e carregam em si a mesma semente messiânica que promete o paraíso. A cultura ocidental e as gerações de pessoas reunidas neste contexto cultural são longitudinalmente atravessadas por valores, eventos e personagens da religiosidade judaico-cristã (Figura8).

Figura 8 – Quadro histórico-religioso influente na cultura ocidental



Fonte própria

O cristianismo é uma das influências dominantes no desenvolvimento do utopismo. Ele contém fortes correntes utópicas que fluem como uma torrente para o utopismo secular. A originalidade e a importância do cristianismo na tradição utópica são duplas – primeiro, pela maneira como ele une os elementos da utopia em um padrão mais ou menos coerente; e segundo, pela forma como enfatizou aspectos utópicos em sua escatologia. Os elementos utópicos da crença cristã são o Éden, o paraíso terrestre (o Éden a ser redescoberto), o apocalipse e o milênio e o céu. (CLAEYS, 1999, p. 21)

As linhas das crenças que formaram o pensamento ocidental não mantêm um aspecto uniforme, ao contrário, sofrem descontinuidades e desmembrações. Porém, houve, dentro da escatologia cristã, movimentos milenaristas, ou seja, que “apostam” no surgimento de um reino messiânico – sob a autoridade do Apocalipse, que pregava que os mártires seriam ressuscitados mil anos antes dos outros mortos. A interpretação dessa profecia, que aguarda a segunda vinda do Cristo, fez surgir várias seitas e movimentos milenaristas que prometem a salvação com as seguintes características (COHN, 1970, p. 11):

- - Coletiva, na medida em que deverá ser gozada pelos fiéis enquanto coletividade;
- - Terrena, na medida em que deverá ser realizada neste mundo e não em algum céu de outro mundo;
- - Iminente, na medida em que será súbita e para breve;

- - Total, na medida em que deverá transformar completamente a vida na terra, de forma que o novo estado de coisas não será apenas um aperfeiçoamento do que existe, mas a própria perfeição;
- - Miraculosa, na medida em que deverá ser realizada por, ou com a ajuda de, agentes sobrenaturais.

Foram as ideias da heterodoxia cristã a fonte inspiradora de alguns dos primeiros pensadores revolucionários. “O inventor do novo sistema profético, que haveria de ser o mais influente de todos os conhecidos na Europa até ao aparecimento do marxismo, foi Joaquim de Fiore (1145-1202)” (COHN, 1970, p. 89). Fiore foi um catalisador de correntes de pensamento sobre o Fim dos Tempos e desenvolveu a teoria trinitária da História: a idade do Pai, a idade do Filho e a idade do Espírito Santo.

A longo prazo, a influência indireta das especulações de Joaquim pode detectar-se ainda nos dias de hoje, e mais distintamente em certas ‘filosofias da história’ que a Igreja desaprova enfaticamente. Bem horrorizado ficaria esse místico nada mundano se lhe fosse dado ver a sua quimera das três idades ressurgir, por exemplo, nas teorias da evolução histórica expostas pelos filósofos idealistas alemães Lessing, Schelling, Fichte e até certo ponto Hegel; na ideia da história de Augusto Comte em fases sucessivas: a fase teológica, a fase metafísica e a fase científica; e por fim na dialética marxista das três fases do comunismo primitivo, da sociedade de classes e de um comunismo final, que deverá ser o reino da liberdade e em que o Estado terá desaparecido (COHN, 1970, p. 90).

Carl Jung compara, por exemplo, o mito comunista, grande transformador do século XX, com o “sonho arquetípico, santificado através dos tempos, de uma Idade de Ouro (ou Paraíso) quando haverá abundância para todos e um grande chefe, justo e sábio, reinará dentro de um jardim de infância humano” e complementa: “nós também o alimentamos com a nossa infantilidade, pois nossa civilização ocidental está dominada pela mesma mitologia”. (JUNG, 2008, p. 85).

Na história da civilização persiste, em diferentes culturas, esse mito do paraíso perdido: um lugar perfeito onde há fartura e felicidade, o Jardim do Éden, o Jardim das Delícias. Ao longo do caminhar da humanidade sempre apareceu o desejo do retorno a ele, como a esperança pela terra prometida. Por outro lado, os profetas e os movimentos messiânicos e milenaristas trouxeram à consciência da coletividade o sonho de um futuro perfeito, como o descrito através da realização de feitos por diferentes messias aguardados pelas três religiões monoteístas reveladas (judaísmo, cristianismo e islamismo) e o posterior surgimento de uma nova era. Enquanto os religiosos movimentaram-se, e ainda se movimentam, politicamente

para a realização de suas profecias – como a disputa por Jerusalém –, pensadores, escritores, poetas e reformadores sociais elaboraram tentativas teóricas e práticas de materializar seus próprios ideais de sociedade perfeita.

O paraíso talvez esteja em outro lugar. De todo modo, ele já está presente como força de aspiração. Ele pressiona nosso mundo, rompe o ciclo das satisfações animais, instiga-nos a procurar sempre além... Primeiro motor imóvel da história, ou último refúgio intangível da ilusão, utopia de um amanhã que legitima o massacre de hoje, ou recompensa de um julgamento que insta a obras de misericórdia, é ele o horizonte de todas as nossas esperanças, e a medida de todas as nossas decepções. Falar do paraíso, então, não é cair na arbitrariedade e promover a fuga? Talvez. Mas não tentar meditar sobre sua verdadeira natureza é entregar o terreno a todas as contrafações. Desprezar de início o paraíso celeste é dar livre curso a suas paródias. Ou, como observa [Paul] Claudel com justiça, ‘quando o homem tenta imaginar o Paraíso na terra, isso logo vira um inferno muito conveniente’ (HADJADJ, 2015, p. 41 e 42).

Como para Sloterdijk (2020, p.169), “nem mesmo a religiosidade permanece imune ao espírito experimental e construtivista da modernidade. Como resultado, mesmo a função mais venerável da consciência humana está sob um novo paradigma – pode-se chamar de auto-hipnose refletida ou ilusionismo endógeno”.

Ainda assim, a utopia foi pensada isolando do seu espaço de realização o que não era bom: uma terra cercada por águas, muros, uma espessa floresta. Com as mudanças na própria modernidade, mais tarde, a utopia na ficção move-se para outro planeta, uma nave interplanetária, um edifício flutuante; depois ainda se transforma num domo e pode tornar-se barreira virtual – ou mesmo uma nanotecnologia, introduzida pelas vias aéreas à revelia do portador, que pode acionar um sistema químico de reações corporais aos que tentarem atravessar alguma fronteira: e transforma-se em distopia.

4.4.1 Sociedade política e domínio cultural

Segundo Walsh (1962, p. 13), as guerras e as revoluções apagaram muitos nomes do mapa: “o Império Austro-Húngaro existe apenas em livros de história e memórias do passado; o Montenegro agora faz parte da Iugoslávia; os Estados Bálticos desapareceram em silêncio atrás da Cortina de Ferro e mal sobreviveram como espectros diplomáticos”. Apesar das transformações posteriores, ele lembra que, entre o desaparecimento de velhos países e o aparecimento de novas nações, “poucos homens fizeram uma pausa para perceber que uma nação familiar e estimada, única em oferecer cidadania honorária a toda a humanidade, corre o risco de desaparecer silenciosamente do mapa. Esse país é a utopia”.

O conhecimento sobre as diferentes iniciativas de espera, de busca ou de implantação de uma sociedade ideal no mundo ocidental pode ser encontrado atualmente em variadas e dispersas fontes e sob diferentes óticas: há estudos que abordam mais a filosofia ou a teologia, outros se atêm a fatos históricos ou à biografia de personalidades influenciadoras destas ideias, também há os que buscam pistas físicas ou apresentam projetos para uma implantação material – mas não se encontrou nenhum estudo elaborado que apresente uma pesquisa com categorização de iniciativas de sociedades do imaginário, ideais ou utópicas, muito menos uma interpretação que conecte estas iniciativas numa linha do tempo relacional.

Edmund Burke chama a sociedade baseada em apetites e instintos naturais de sociedade natural. Ela é o desejo mútuo dos sexos que unem corpos e afetos, e os filhos, que são resultado desses encontros. Acontece, porém, que precisa haver uma certa ordem para sua evolução em sociedade política:

O homem encontrou uma vantagem considerável ao unir-se a muitas pessoas para formar uma família; julgou, portanto, que a proporção aumentaria ao unir muitas famílias em um corpo político. Como a natureza não formou nenhum laço de união para mantê-las junto, o homem supriu esse defeito com as leis (BURKE, 2013, p. 17).

É da sociedade política que brotam as raízes do Estado, sociedades civis ou governos que de alguma forma moldam a humanidade. Pinker (2013) discorda de Burke quando este critica os projetos de sociedade, ou seja, as utopias, dizendo que nenhum mortal é inteligente o suficiente para fazê-lo. Pinker apresenta a citação na qual Burke (2013, p.17) afirma que “uma sociedade é um sistema orgânico que se desenvolve espontaneamente, governado por um sem-número de interações e ajustamentos que nenhuma mente humana pode ter a pretensão de entender”. Burke (2013, p.17) acredita ser impossível apreender o funcionamento de uma sociedade em proposições verbais, o que não quer dizer que esta sociedade deva ser “descartada e reinventada de acordo com as teorias da moda corrente”. Mas, acredita que, caso haja essa reinvenção, o resultado será o caos violento.

Pinker (2013), que é psicólogo e linguista, afirma que Burke exagerou e assumiu que é a favor de que as pessoas militem por certas causas – como ser contra práticas selvagens de tortura ou escravidão. Não parece, contudo, que seja isso que fala Burke (2013), porque esse se restringe a pensar sobre o comportamento civilizado. Mas Pinker (2013, p. 173) considera que, “em uma coisa, porém, Burke tinha razão. As normas tácitas de comportamento civilizado, tanto nas

interações cotidianas como na conduta do governo, podem ser um requisito prévio para a implementação bem-sucedida de certas reformas”.

Outro pensador contemporâneo, Roger Scruton (2017), relaciona o pensamento de desenvolvimento das sociedades de Burke (2013), com as propostas dos movimentos ambientais da atualidade. Em ambos há uma preocupação atemporal, já que Burke (2013) questiona quem são os cidadãos e como o consentimento deles deverá ser solicitado e integrado.

Caso a sociedade seja um contrato, ela não pode ser apenas um contrato entre os que vivem, mas sim um que inclua os mortos, os vivos e os que vão nascer – resumindo, não pode ser um contrato, mas uma relação de confiança em que herdeiros vivos detêm um patrimônio que será legado aos seus descendentes. Deixar que um capital acumulado por séculos se aniquile nas mãos dos inquilinos temporários da nação significa destruir a cadeia de confiança da qual dependem as futuras gerações (SCRUTON, 2017, p. 145).

Para Ernst Bloch (200, p. 3) a utopia tem uma função externa, cósmica: com um movimento vertical interno para que surja uma nova expansão, o mundo da alma. A utopia é mantida contra a miséria, a morte, o reino da casca da mera natureza física.

Sloterdijk (2020, p. 120) critica a noção de ‘espírito da utopia’ de Ernst Bloch, pois, para ele, “nada julga mal as leis autônomas das micro e macroesferas tanto quanto a tentativa de transformar todo o mundo escuro e superpovoado em um lar transparente e homogêneo para todos”.

A sociedade política foi continuamente organizada de diferentes formas, por exemplo como vilas, cidades, cidades-estados, províncias, reinos, estados, países, impérios. Em todas as configurações, há distintas maneiras de pensar e idiomas próprios, que interferem e são influenciados no sistema simbólico de cada comunidade. A decisiva influência cultural é expressa na materialidade das cidades e em toda a cultura material dos diferentes grupos ou sociedades. As culturas se desenvolvem na dinâmica entre tradição e inovação. Mas, a tradição estrutura simbolicamente a coletividade e mantém sua unidade evolutiva. “As tradições sociais permitem a uma sociedade reproduzir a si mesma. Destrua-as imprudentemente e serão removidas as garantias para a próxima geração” (SCRUTON, 2017, p. 182).

As mudanças radicais e amplamente disruptivas rompem a estrutura simbólica de uma cultura e demarcam seu fim. Depois disso, pode haver um retorno mais ou menos próximo à barbárie ou a instalação dos fundamentos embrionários de uma nova cultura ou civilização. Por exemplo, isso ocorreu na região europeia

depois da queda do Império Romano ocidental. Assim, em algumas partes foram esquecidos até os rudimentos civilizatórios como o uso do arado e, em outras partes, o conhecimento armazenado nas bibliotecas dos mosteiros foi recuperado e adaptado como fundamentação da cultura cristã-medieval.

De modo geral, a civilização convive com a continua renovação cultural e a gradual evolução de suas tradições. Na dinâmica do processo cultural, manifestam-se os grupos de pessoas reformistas, revolucionárias e conservadoras. Em defesa do pensamento conservador, Pinker (2013) considera que uma grande parcela dos intelectuais se recusa a admitir que a civilização, a modernidade e a sociedade ocidental podem ter algo de bom.

No discurso coerente de Burke (2013), corroborado por Scruton (2017, p. 24), “os conservadores procuram reafirmar a soberania local sobre ambientes conhecidos e geridos. Isso envolve o autogoverno das nações e a adoção de políticas que favoreçam as lealdades e os costumes locais”. Porém, atualmente, as culturas nacionais e locais devem conviver ou perecer diante da globalização da comunicação, da economia financeira, do comércio e da tecnologia.

4.4.2 Globalização, organizações e blocos econômicos transnacionais

Sobre a relação de governança entre a sociedade e as culturas locais e global, Scruton (2017) considera que a União Europeia não dispõe de um poder imperial ou assume uma missão civilizadora. Isso porque a governança europeia é realizada por um amplo grupo de burocratas, cujos decretos “são propagados sem o menor respeito pelas diferenças nacionais ou pelos sentimentos existentes de legitimidade, e sem nenhuma expectativa real de que as pessoas fiquem motivadas para obedecê-los” (SCRUTON, 2017, p. 258 e 259).

Evidencia-se o domínio da tecnocracia política pautada na frieza da lógica econômica e da pragmática sociopolítica. Isso pode ter seus méritos e é saudado por muitos que consideram que a racionalidade é um recurso adequado para propor soluções lúcidas e equilibradas para o mundo. Provavelmente em busca de um “meio termo”, Dowbor (2018, p. 281) assinala que o resgate do poder político deve ser realizado por pessoas de verdade “e não por pessoas jurídicas, que constituem ficções em termos de direitos humanos”. E completa: “uma dimensão amplamente subestimada deste resgate é o potencial da descentralização do processo decisório

e dos recursos para o nível local”. Dowbor (2018) critica a globalização que centraliza decisões em blocos ou organismos internacionais e, no mínimo, defende o resgate do diálogo entre os poderes locais e globais.

A globalização apresenta variadas dimensões (econômica, militar, ambiental, social e política) e que cada uma delas causa interferência nos atores de modo diferenciado. Os governos subnacionais gerenciam subunidades “como estados, municípios, províncias, autarquias, regiões, entre outros” Cruz (2017, p. 20). Na globalização, essas subunidades sofrem com a dissolução de suas fronteiras políticas, econômicas, sociais e culturais. Mas, com isso, seus governantes e outras autoridades locais puderam interagir e cooperar com redes transnacionais, através de missões comerciais e outras, para realizar seus interesses econômico-financeiros e políticos, (CRUZ, 2017). Por sua vez, Stiglitz (2007, p.45) considera que:

A globalização é o campo no qual se desenrolam alguns de nossos principais conflitos sociais, inclusive aqueles sobre os valores básicos. Entre os mais importantes desses conflitos está a discussão sobre o papel do governo e dos mercados.

Para além dos poderes estatais, que regulam desde a ordenação do território até os códigos urbanos, há a interferência das redes transnacionais, podendo-se falar em um urbanismo transnacional e mesmo numa transmodernidade. “A projeção internacional de atores não centrais é vista como um fenômeno marcante do novo contexto internacional pós-Guerra Fria” (CRUZ, 2017, p. 26). Em 2021, por exemplo, o governador de São Paulo, João Dória, fez parte do evento anual (neste ano virtual) Davos Agenda, do Fórum Econômico Mundial. Ele participou de um painel sobre como repensar as cidades no pós-pandemia. O Fórum é uma organização sem fins lucrativos que reúne os principais líderes empresariais e políticos do mundo. Mas, é financiado por aproximadamente mil empresas-membro, que são organizações globais com receita maior que US\$ 5 bilhões. Klaus Schwab, fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, prega um *Great Reset* ou “Grande Reinício”, uma revolução corporativista ou um capitalismo de grupos de interesse, que dá poder ainda maior a grupos e pessoas (ligados a redes de ativistas, ONGs, *think tanks*, representantes da comunidade internacional etc.), sem que haja a necessidade de passarem pelo processo legislativo, burlando a democracia.

A nova ordem mundial inaugurou uma arquitetura internacional diferenciada da anterior, dada pela aceleração dos fluxos econômicos e de informação, a consolidação de uma arena propriamente transnacional, e a diversificação

quantitativa e qualitativa dos sujeitos partícipes das relações internacionais (COSTA, 2013, p. 27).

O direcionamento a um governo transnacional pode ser encarado como um advento da globalização, do maior número de interconexões das decisões globais, “à medida que mercados e movimentos migratórios derrubam as barreiras tradicionais, e como consequência do crescimento das estruturas de poder fora do controle dos Estados nacionais” (SCRUTON, 2017, p. 255). Mas acontece que corporações multinacionais, sistemas bancários e outras estruturas de poder semelhantes, que são instituições transnacionais, não estão ligadas aos estados nacionais em legitimidade e motivação.

Gonzalez (2019) ressaltou de maneira crítica que a Organização das Nações Unidas (ONU), como instituição relevante na defesa do marco civilizatório da cultura ocidental, tornou-se refém das grandes corporações. Anteriormente, essa crítica foi feita por Lara Pietricovsky, que é antropóloga, cientista política, integra o colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e, atualmente, preside a articulação internacional *Forus*, que reúne 69 países e 22 mil ONGs nas sete regiões do mundo. Além da crítica, também é feita a denúncia de que os “Objetivos do Milênio” são propostos pela ONU, mas em associação com 28 empresas multinacionais que compõem a organização *Global Compact*.

Ativistas como o acadêmico e linguista Noam Chomsky e a jornalista Naomi Klein também criticam as decisões da ONU. Isso porque consideram que a organização não representa os interesses da maioria da população, já que a redução da desigualdade social é necessária e mais relevante para a erradicação da pobreza, que o crescimento econômico global (CHOMSKY, 2015).

Por sua vez, Held (1991) também considera os discursos, as estratégias, os processos e as ações visando o crescimento econômico global, em paralelo ao crescimento de instituições, organizações e regimes, que constituem a base do governo. Com relação a isso, informa que a nova política global adota processos de tomada de decisão multiburocráticos (Quadro 1).

Quadro 1 – Processos na nova política global



Fonte: Held, 1991, p. 161.

As atuais configurações econômico-financeiras e as dinâmicas político-globais (Quadro 1) emergem e são eventualmente consolidadas em um contexto conflitante, com confrontos sociopolíticos, econômico-filosóficos e ideológicos, entre outros. Por exemplo, a tradição liberal considera que, se as pessoas em geral estiverem sendo dignamente atendidas e com chances de aumentarem seu bem-estar, a desigualdade social não é necessariamente relevante. Por sua vez, a tradição social, na qual se posiciona Chomsky (2015), prioriza o combate à desigualdade social. Também, há pessoas influentes em instâncias políticas, organizacionais e empresariais que, por crenças ou interesses, expressam-se como revolucionárias ou inovadoras e investem na globalização. Mas, há ainda as pessoas influentes em instâncias políticas e organizações acadêmicas, entre outras, que se apresentam como conservadoras ou defensoras do estado nacional ou do domínio político local.

Parte das idealizações contemporâneas projetam países, lugares e principalmente cidades, que sejam globalmente integrados aos objetivos e metas globais. Há ampla exposição da agenda de necessidades urgentes, com ideias e discursos que contemplam interesses gerais de sustentabilidade, responsabilidade

socioambiental, liberdades civis e direitos humanos, entre outros. Porém, por haver interesses e disputas políticas e econômico-financeiras que também incluem a participação de empresas que atuam internacionalmente, há desconfianças e críticas sobre quais interesses estão ou serão de fato atendidos com a integração dos esforços coletivos na concretização das agendas globais.

Em síntese, observa-se que a globalização confirma a ideia de que a sociedade ou a cidade ideal, inteligente e amplamente democrática, será sempre utópica. Isso porque, diante da diversidade de crenças e interesses, que muitas vezes são opostos entre si, espera-se que, ao menos, os resultados do crescimento econômico global sejam razoavelmente democráticos. Isso indica a relevância dos organismos internacionais. Além de apoiados, os organismos também devem ser continuamente fiscalizados e conscientemente criticados, para evitar que sejam sequestrados por interesses particulares.

Diante disso, apesar das críticas incisivas, Gray (2007, p. 236) pondera que, para os realistas, antes de representarem a fundação de um governo mundial, “as instituições transnacionais como a ONU são mecanismos que moderam as rivalidades entre potências soberanas”. Inclusive, o ceticismo laico e lógico não é ou será absoluto, como também não haverá uma religião única. O momento contemporâneo é marcado pelo hibridismo e pela pluralidade ou diversidade e, no futuro, Gray (2007, p. 252) considera que “nenhum tipo concreto de governo ou de economia será aceito em todas as partes, e tampouco haverá uma versão única de civilização a que se possa aderir o conjunto da humanidade sem exceções”.

Grande parte das pessoas influentes, políticos, gestores, pensadores e projetistas, com maior ou menor segurança, deve concordar com a previsão de Gray (2007). Isso porque a baixa unidade e a ampla diversidade são características constantes na cultura global. Todavia, pessoas e grupos humanos são constantemente tentados a conquistar ou impor a ordem que informe o coletivo de acordo com suas crenças e interesses. Por isso, muitas outras pessoas influentes e não partidárias do liberalismo e que, como Chomsky (2015), foram referenciadas neste texto, consideram juntamente com Thomas Jefferson (1743-1826) que “o preço da liberdade (da diversidade ou da autonomia) é a eterna vigilância”.

5 CONCEITOS DE UTOPIA E TIPOLOGIAS UTÓPICAS

5.1 CONCEITOS DE AUTORES DE INTERESSE

Baseados nos autores mencionados no *corpus*, mas com um refinamento maior das obras de maior interesse (pois algumas obras tratavam de cidades específicas e outras abordavam o assunto de forma superficial e/ou repetitiva), foi feito um levantamento do conceito de utopia, que segue.

Quadro 2 - Diferentes contextualizações e conceitos de utopia

Conceito	Fonte
<p>Deve ser lembrado que em 1516 a palavra utopia era um neologismo, depois seu significado foi mudando ao longo do tempo. (...) O conceito de utopia é sem dúvida um atributo do pensamento moderno e uma de suas consequências mais visíveis.</p> <p>Historicamente, o conceito de utopia tem sido definido em relação a uma das quatro características:</p> <p>(1) o conteúdo da sociedade imaginada (isto é, a identificação dessa sociedade com a ideia de 'bom lugar', noção que deve ser descartada por se basear em uma concepção subjetiva do que é ou não desejável, e encara a utopia como sendo essencialmente oposta à ideologia vigente);</p> <p>(2) a forma literária em que se cristalizou a imaginação utópica (o que é uma forma muito limitada de definir a utopia, pois exclui um número considerável de textos que são claramente utópicos em perspectiva, mas que não cumprem rigorosamente a modelo narrativo estabelecido por More);</p>	<p>VIEIRA, Fátima. O conceito de utopia. <i>In</i>: CLAEYS, Gregory (ed.). The Cambridge companion to utopian literature. P. 03-27. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.</p>

<p>(3) a função da utopia (isto é, o impacto que ela causa em seu leitor, incitando-o a agir (definição que deve ser rejeitada, pois leva em conta apenas a utopia política);</p> <p>(4) o desejo de uma melhor vida, causado por um sentimento de descontentamento com a sociedade em que se vive (a utopia é vista então como uma questão de atitude). Esta última característica é sem dúvida a mais importante, pois permite a inclusão no quadro da utopia de uma ampla gama de textos informados pelo que Ernst Bloch considerada a principal energia da utopia: a esperança. A utopia deve então ser vista como uma questão de atitude, como uma espécie de reação a um presente indesejável e uma aspiração de superar todas as dificuldades pela imaginação de alternativas possíveis.</p>	
<p>O estudo da utopia foca três domínios: o pensamento utópico, a limitada literatura utópica e as tentativas práticas de encontrar comunidades melhoradas. Não importa sobre qual desses domínios pensemos, é impressionante a gama de expressões de aspirações por um ideal ou por um estado de existência amplamente melhorado, forçando-nos a confrontar, desde o início, o problema de definir nosso conceito central. Para o termo 'utopia' ter significado, não se pode querer abranger todas as aspirações a melhora social, nem pode a utopia ser reduzida a um impulso psicológico, sonho, fantasia, projeção, desejo ou vontade, embora esses possam servir de apoio</p>	<p>CLAEYS, Gregory. Utopia: a história de uma ideia. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. P. 11 e 12</p>

para sua criação ou descoberta. Tampouco utopia significa a busca pela vida 'perfeita', ainda que essa confusão costume ocorrer; a 'perfeição' é, em essência, um conceito teológico, que, embora historicamente ligada ao utopismo, define um estado que é impossível para os mortais atingirem nesta vida. Na verdade, a utopia foi com freqüência alcançada, ou descoberta, (e muitas vezes perdida novamente); muitas eras passadas foram, de fato, a realização de uma visão utópica anterior; e, para alguns, todo o presente é uma utopia passada. Porém, cada um desses momentos realizados, também, contém falibilidade, fracasso e ausência de perfeição.

Assim, é um desafio fornecer uma definição utilizável de 'utopia'. A amplitude do gênero é desconcertantemente grande, englobando: ideais positivos de sociedade muito melhoradas; seus opostos satíricos negativos, às vezes chamados de antiutopias ou distopias; vários mitos de paraíso, eras de outro e 'ilhas abençoadas', e retratos de pessoas primitivas vivendo em um estado natural; robinsonadas [ficções de sobrevivência] ou naufrágios; viagens imaginárias para a Lua e outros pontos do espaço; e constituições planejadas, cidades-modelo e várias outras visões de melhora. Essa lista está bem longe de ser exaustiva, mas nos força a estreitar a extensão do uso do termo 'utopia' para evitar perder qualquer aplicação significativa dele.

O utopismo geralmente é a projeção imaginativa,

CLAEYS,

Gregory;

positiva ou negativa, de uma sociedade substancialmente diferente daquela em que vive o autor.

A palavra utopia ou outopia foi derivada do grego e significa “não (ou não) lugar” (u ou ou, não; topos, lugar). Thomas More (1478-1535), inventor da palavra, fez um trocadilho com eutopia, ou bom lugar, e desde então acrescentamos distopia, ou lugar ruim. Assim, a característica primária da utopia é sua inexistência combinada com um topos – uma localização no tempo e no espaço – para dar verossimilhança.

Além disso, o local deve ser reconhecidamente bom ou ruim para o leitor pretendido. Toda ficção descreve um não-lugar; a ficção utópica geralmente descreve não-lugares bons ou ruins. As modas mudam em utopias; a maioria das eutopias do século XVI horrorizam o leitor de hoje, embora as intenções dos autores sejam claras. Por outro lado, um leitor do século XVI consideraria a maioria das eutopias do século XX como distopias dignas de serem queimadas como obras do diabo.

Como gênero literário, a utopia refere-se a obras que descrevem com algum detalhe uma sociedade imaginária. O pensamento utópico construído de forma mais ampla, no entanto, não se restringe à ficção e inclui escritos visionários, milenaristas e apocalípticos, bem como constitucionais, unidos por sua vontade de visualizar uma forma de sociedade dramaticamente diferente como um tipo social

SARGENT, Lyman Tower (eds.). **The utopia reader**. New York and London: New York University Press, 1999.

ideal ou sua inversão negativa.	
<p>Um traço que deve caracterizar o ser humano, ainda não embrutecido pela própria fraqueza ou pela realidade tremenda, é a liberdade que ele se reserva de opor ao evento defeituoso, à situação decepcionante, uma força contraditória. Essa força poderia chamar-se esperança; esperança de que aquilo que não é, não existe, pode vir a ser; uma espera, no sonho, de que algo se mova para a frente, para o futuro, tornando real idade aquilo que precisa acontecer, aquilo que tem de passar a existir.</p> <p>Essa força talvez pudesse ser chamada, também, de força do sonho. Mas também esse seria um nome inadequado: acima de tudo, porque não somos nós que temos um sonho e, sim, o sonho que nos tem. Ele escapa a nosso controle, impõe-se a nós tanto quanto se insinua sobre nós essa realidade manca ou sufocante que precisa ser mudada. E é necessário termos o controle dessa mudança, algum controle. Sonhar apenas, portanto, não serve. (...)</p> <p>Essa imaginação exigente tem um nome: é a imaginação utópica, ponto de contato entre a vida e o sonho, sem o qual o sonho é uma droga narcotizante como outra qualquer e a vida, uma seqüência de banalidades insípidas. é ela que, até hoje pelo menos, sempre esteve presente nas sociedades humanas, apresentando-se como o elemento de impulso das invenções, das descobertas, mas, também, das revoluções. É ela que aponta para a pequena brecha por onde</p>	<p>COELHO, Teixeira. O que é utopia. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 7, 8, 9 e 14.</p>

<p>o sucesso pode surgir, é ela que mantém em pé a crença numa outra vida. Explodindo os quadros minimizadores da rotina, dos hábitos circulares, é ela que, militando pelo otimismo, levanta a única hipótese capaz de nos manter vivos: mudar de vida. (...)</p> <p>A imaginação utópica é, assim, inerente ao homem; sua presença nas sociedades históricas, uma constante. Não se trata, portanto, de um componente da estrutura psíquica do homem cuja existência e aparecimento tenham sido provocados por circunstâncias desta ou daquela época, por características insatisfatórias das sociedades deste momento ou de uma ou outra ocasião do passado. Não: esteve sempre presente, pelo menos, como se disse, sob a forma de um excedente utópico, uma vez que o realizado nunca está à altura do projeto humano; e, se por descuido estiver, de imediato surge um complemento ou um suplemento por realizar.</p>	
<p>O termo utopia foi cunhado por Thomas More no século XVI, e seu 'u' inicial é comumente entendido como um jogo de palavras – 'ou' topos ('sem lugar') e 'eu' topos ('bom lugar'). Embora este último sentido seja pretendido principalmente ao longo deste trabalho – e, portanto, uma definição de trabalho de utopia é um lugar onde a boa vida é vivida – há um sentido real em que a utopia é sempre almejada, mas nunca alcançada e, nesse sentido, 'não lugar'. <i>As aspirações utópicas</i>, sejam greco-romanas ou judaicas, sejam do passado,</p>	<p>GILCHREST, Eric J. Revelation 21–22 in light of jewish and greco-roman utopianism. Leiden and Boston: Brill, 2013. P. 1 e 2.</p>

presente ou futuro, são de fato aspirações mais do que são “realidade”. São memórias culturais da Idade de Ouro, contos de marinheiros de ilhas exóticas, sonhos de filósofos de uma cidade perfeita e expectativas aguardadas sobre a vida abençoada por vir. No coração da utopia, então, está o anseio ou desejo. É um desejo por uma realidade que ainda não existe, e a visão utópica dá voz e espaço a tal realidade, mesmo que ela exista apenas na mente e no texto.

Desta forma, ainda que o termo utopia não seja retirado do uso antigo, não seja uma palavra que possa ser encontrada no léxico grego, e é, portanto, necessariamente anacrônica como descrição de um fenômeno antigo, é uma ideia comum a muitos povos, sociedades e culturas. Como nos lembra Moses Finley, ‘todo pensamento utópico tem um elemento de fantasia, de sonho, ou pelo menos de anseio por uma vida melhor e um mundo melhor. E todos os homens [sic] sonham assim, com eles mesmos e suas famílias, se não com a sociedade em geral ou com o mundo em geral’. Ela tem suas raízes no mundo antigo como evidenciado pelo grande número de cartilhas sobre o utopismo que dedicam um capítulo introdutório ao antigo utopismo, mesmo que os elementos que compõem a utopia de uma época o sejam. Por essas razões, apesar do caráter anacrônico da palavra, utopia é um termo adequado para descrever um anseio humano comum a todas as pessoas de todos os tempos. Um ponto final sobre a definição de utopia é

<p>que, como sugeriu Steven Schweitzer, existem três manifestações de utopismo: '(1) como o gênero literário da utopia; (2) como uma ideologia através da qual o mundo é visto; e (3) como um movimento sociológico que escreve utopias.'</p>	
<p>A utopia nem sempre teve um caráter revolucionário ou mesmo político (pelo menos não abertamente). Em muitas culturas e durante a maior parte da história, a humanidade ficou obcecada com a ideia de uma sociedade perfeita, mas a interpretou como a memória de um paraíso perdido e não como uma visão de um futuro alcançável. Platão colocou sua república ideal em uma idade de ouro antes da história e, até pouco mais de duzentos anos atrás, sociedades perfeitas imaginadas estavam frequentemente localizadas em um passado irre recuperável, se não em lugares distantes não capturados em nenhum mapa. Thomas More, autor de <i>Utopia</i> (1515) — termo por ele cunhado com o duplo sentido de “lugar bom” e “lugar inexistente”—, localizou sua comunidade imaginária em um país muito distante. Mas mesmo quando a ideia de utopia foi usada como instrumento de reforma social, nem sempre foi para fins revolucionários. Muitos utópicos não buscaram mudar radicalmente a sociedade, mas sim criar uma comunidade ideal que a sociedade pudesse usar como modelo. O utopismo foi um movimento de retirada do mundo antes de se tornar uma tentativa de refazer esse mundo da mesma maneira.</p>	<p>GRAY, J. Misa negra: la religión apocalíptica y la muerte da la ncont. Barcelona: Paidós, 2008. P. 23 a 25</p>

<p>(...)</p> <p>Todas as utopias conhecidas são baseadas na crença de que é possível descobrir fins objetivamente verdadeiros e harmônicos para todos os homens em qualquer tempo e lugar. Isso vale para todas as cidades ideais, desde a República de Platão e suas Leis, até as utopias de Thomas More, Campanella, Bacon, Harrington e Fénelon, passando pelo mundo anarquista de Zenão e pela Cidade do Sol de Yambulo. As sociedades comunistas de Mably e Morelly, o capitalismo de Estado de Saint-Simon, os falanstérios de Fourier, as várias combinações de anarquismo e coletivismo de Owen, Godwin, Cabet, William Morris, Chernyshevsky, Bellamy e Hertzka, entre outros (daqueles que havia amostras abundantes no século XIX), repousam sobre três pilares fundamentais do otimismo social no Ocidente [...] tais como: que os problemas centrais do homem têm sido, em última análise, os mesmos ao longo da história; que, em princípio, eles podem ser resolvidos, e que as soluções formam um todo harmonioso. [...] Este tem sido o terreno comum das muitas variedades de otimismo reformista e revolucionário, de Bacon a Condorcet, e do Manifesto Comunista aos modernos tecnocratas, comunistas, anarquistas e buscadores de sociedades alternativas.</p>	
<p>Para que alguém esteja em condições de entrar no reino da utopia deve-se fazer antes fundamentalmente distinto do homem pré-utópico. Este último é um ser essencialmente</p>	<p>MOLNAR, Thomas. El utopismo: la herejía ncont. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos</p>

<p>dependente das compulsões externas, as inibições tradicionais, as circunstâncias de sua localização em alguma classe social, ou em alguma casta, o fundo ambiental que ressalta sua figura, a educação e a ocupação. Por outro lado, o candidato para o ingresso na utopia está autodeterminado e cumpre com sua essência desenvolvendo as potencialidades que fazem dele um ser humano. Posto que obteve seus direitos e coincide consigo mesmo; este candidato não está alienado: se encontra redimido.</p>	<p>Aires/Eudeba, 1970. p. 91</p>
<p>Quando visitamos nossos dicionários contemporâneos em busca dos significados usuais de utopia, encontramos essa ambivalência e a intersecção dos campos semânticos do bom estado e da ordem perfeita com os da tolice e da imaginação desprovida do compromisso com a realidade. Os dicionários de Antonio Houaiss e de Aurélio Buarque remetem à sinonímia de quimera, palavra cujo sentido primordial se referia a um monstro mitológico, com cabeça de leão, corpo de cabra e cauda de serpente, algo que não podia haver. Recorrendo às variantes do Houaiss, “absurdo, aparência, criação, devaneio, fábula, fabulação, fantasia, fantasma, fantasmagoria, faz de conta, ficção, ideia, ilusão, imaginação, invenção, lenda, mito, mitologia, romance, sonho, utopia, visão”, com extensões para a sinonímia de desatino, desvario e mentira.</p> <p>Ao mesmo tempo, lemos nas várias definições dos mesmos verbetes as referências às boas</p>	<p>JASMIN, Marcelo. Utopia: do espaço ao tempo. <i>In</i>: NOVAES, Aauto (org.). O novo espírito utópico. São Paulo: Edições Senac São Paulo, 2016. P. 357</p>

leis e às instituições justas, à imaginação da boa ordem etc. O mais interessante é esse encontro entre bom governo e sociedade justa de um lado, com desvarios e fabulações irrealizáveis, o que não pode ser ou existir fora da imaginação ficcional, de outro. No Dicionário Houaiss, por exemplo, excetuadas as definições mais técnicas, referidas às obras dos utópicos e às suas críticas intelectuais, lemos numa sequência: “qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade”; e “Derivação: por extensão de sentido: projeto de natureza irrealizável; ideia generosa, porém impraticável; quimera, fantasia”. Note-se que as definições não se referem aí nem à perfeição sublime da ordem, nem a excelsos governantes. Referem-se à imaginação de uma ordem política e social com leis aperfeiçoadas e voltadas para o bem comum, algo que não se deveria confundir com o desvario ou o impossível, mas sim com uma definição razoável de república, um governo que respeita as leis e que é exercido de forma orientada para o bem comum.

Vale notar que tais associações não são defeitos ou exclusividades desses dois dicionários. Em maior ou menor grau de imediação, elas também estão presentes nos vários dicionários de língua inglesa ou francesa, conformando um campo contemporâneo de significados comuns e de articulação usual entre boa ordem e quimera,

<p>embora se possa, aqui e ali, indicar algumas nuances. A definição do Petit Robert francês, por exemplo, introduz uma instabilidade interessante quando afirma, na explicitação dos usos correntes contemporâneos, a perspectiva de que a utopia diz de um projeto ou uma concepção que parece irrealizável, e não que é um projeto irrealizável, abrindo uma brecha para o relacionamento entre projeto e mundo no qual difere do descarte tout court da plausibilidade da imaginação. Essa pequena e sutil diferença entre o ser e o parecer irrealizável, entre o impossível de existir e o que é estranho à nossa expectativa do verossímil, pode não ser irrelevante e eu gostaria de retê-la para adentrar um pouco mais na babel construída pela literatura especializada no tema.</p> <p>De qualquer modo, poderíamos arriscar uma definição geral de utopia, válida pelo menos para a linguagem ordinária, que apontaria para a imaginação de um mundo perfeito social e politicamente, mas, por isso, impraticável.</p>	
<p>Edward Rothstein examina o que poderia ser chamado de tragédia da utopia, o fato essencial de que qualquer projeto utópico contém a semente de sua própria destruição, seja na revolução violenta, no totalitarismo ou na mera intolerância. No entanto, ele também ilumina o vínculo inextricável entre uma crença subjacente em ideais utópicos – harmonia, igualdade, eliminação de necessidades ou desejos não atendidos, interação ética e o</p>	<p>ROTHSTEIN, Edward; MUSCHAMP, Herbert; MARTY, Martin E. Visions of utopia. Oxford: Oxford University Press, 2003.</p>

<p>potencial resultante para novas formas de consciência humana – e a própria possibilidade de progresso social. Quaisquer que sejam os perigos dos esforços utópicos, Rothstein argumenta que “a busca em si” ainda é uma precondição imaginativa para uma mudança alcançável no aqui e agora. Ele usa a tecnologia nascente da Internet como uma ilustração de um projeto quase utópico – um projeto que pode nunca trazer a certeza de uma era completa de identidades convencionais e formas de interação que seu criadores imaginaram, mas que, no entanto, alterou as relações sociais em nosso mundo existente de maneiras fundamentais.</p>	
<p>De onde ficamos a saber, e iremos a seguir verificar repetidamente, que a ideia da Utopia não nasceu com Thomas Moore.</p> <p>A paragem longínqua onde todos os homens são iguais e os problemas sociais e sexuais não existem também é uma figura de estilo relativamente frequente na viagem da Baixa Idade Média.</p>	<p>MANDEVILLE, John; CORREIA, Clara Pinto (ed.). Viagens de Mandeville. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.</p>
<p>Utopia significa etimologicamente "nenhum lugar", embora alguns prefiram interpretar o U inicial como um eu grego e, portanto, ler "lugar bom ou ótimo"; outros consideram mesmo que quando Thomas More cunhou este neologismo (no seu <i>Libellus vere aureus, nec minus salutaris quam festivus de optimo rei publicae statu, deque nova insula Utopia</i>, de 1516, onde se descreve um estado ideal) precisamente o que ele queria era jogar com essa ambiguidade, uma vez que um país inexistente é tomado como</p>	<p>ECO, U.. Historia de las tierras y los lugares imaginarios. Buenos Aires: Lumen Editorial, 2013. P. 412, 420.</p>

<p>modelo positivo.</p> <p>(...) As utopias são repetitivas, assim como as descrições das cidades utópicas também são repetitivas, porque em certa medida e de forma mais ou menos consciente seu modelo deriva da cidade celestial do Apocalipse, esplêndida e tetragonal, e em alguns casos do sonho do templo de Salomão. Em Christianópolis (1619), de Johann Valentin Andreae, a cidade ideal é apresentada com bastante clareza como uma nova Jerusalém terrena modelada na celestial do Apocalipse.</p> <p>Precisamente para demonstrar como as diferentes utopias criaram imagens que depois alguém levou a sério a ponto de querer transformá-las em realidade, devemos pensar nas diferentes cidades ideais projetadas por arquitetos renascentistas. Por exemplo, Palmanova tem a forma de uma estrela de nove pontas, é cercada por muros e fossos e tem seis ruas que convergem para o centro, em forma de um quadrado hexagonal. Nicósia, em Chipre, sob o domínio veneziano, para resistir aos ataques turcos foi concebida, pelo menos do lado de fora, como uma cidade ideal, na qual uma estrutura circular protegia a antiga cidade medieval graças a onze bastiões.</p>	
<p>Apesar de serem pronunciadas da mesma forma, as palavras inglesas do século XVI 'utopia' e 'eutopia' têm significados diferentes. O prefixo (ou) é derivado da palavra grega para não, enquanto neste último, é da palavra ev, significando aquilo que é bom ou correto, Assim,</p>	<p>MORRISON, Tessa. Unbuilt utopiam cities 1460-1900: reconstructing their architecture and political philosophy. Surrey and Burlington: University of</p>

essas duas palavras, utopia e eutopia, sugerem tipos diferentes de lugares, um que é inimaginável ou inatingível e outro que incorpora uma proposição moral inata. Ambos os conceitos são claramente compatíveis em um sentido, porque um reino fictício ou planejado pode servir para promover uma agenda social positiva. Entre utopia (não-lugar) e eutopia (bom-lugar), pois a primeira implica que o cenário ideal é inalcançável ou ilusório, propriedade que enfraquece as aspirações práticas da segunda. Essa mesma tensão também é aparente em duas tentativas recentes de definir lugares ideologicamente delineados e espacialmente limitados.

O primeiro uso documentado da palavra “distopia” pode ser rastreado até meados do século XIX e no final do século XX o termo “heterotopia” encontrou seu caminho no léxico inglês como um lugar que é disfuncional ou onde as convenções morais aceitas foram quebradas. Em contraste, o prefixo para heterotopia é derivado do grego que significa outro, diferente ou à parte. Uma heterotopia é um lugar anárquico, tem suas próprias regras, leis e valores que servem para manter sua ordem social distinta dentro de um espaço definido. A eutopia, a relação entre distopia e heterotopia é complexa. As ideias gêmeas — de uma sociedade primitiva e selvagem e de um lugar que é isolado de seu entorno — não são nem mutuamente exclusivas nem inerentemente relacionadas. O par de distopia e heterotopia

Newcastle/Australia/Ashgate, 2015.

<p>inclui um conceito que é essencialmente ideológico ou julgador, pois define um lugar como corrupto ou pecaminoso, e outro que se baseia, antes de tudo, numa distinção espacial (isolamento ou separação).</p>	
<p>Antropólogos nos dizem que ilhas e paraísos abençoados fazem parte do mundo dos sonhos dos selvagens em todos os lugares. As peregrinações obstinadas da tribo Guarani em busca de uma "Terra-sem-Mal" foram rastreadas por todo o Brasil, e os cultos de carga contemporâneos da Ásia e da África foram investigados por seu maravilhoso sincretismo de cristãos e nativos. paraísos. Nem as utopias filosófico-religiosas pictóricas nem discursivas são exclusivas do mundo ocidental. O taoísmo, o budismo theravada e a filosofia muçulmana medieval estão impregnados de elementos utópicos. Existem tratados sobre estados ideais e histórias sobre paraísos imaginários de prazer entre chineses, japoneses, hindus e árabes, mas a profusão de utopias ocidentais não foi igualada em nenhuma outra cultura. Talvez os chineses tenham sido muito mundanos e práticos, os hindus muito transcendentais para reconhecer uma tensão entre os Dois Reinos e resolvê-la naquele mito de um paraíso na terra que está no coração da fantasia utópica.</p> <p>(...)</p> <p>O desvio de uma definição rígida pode afligir algumas inteligências filosóficas que exigem que, no início de uma investigação, seus termos sejam expressos em linguagem contratual; mas</p>	<p>MANUEL; F.; MANUEL, F.. Utopian thought in the western world. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1997. 907p. P. 1, 5, 7.</p>

como todo este trabalho se destina a dotar a ideia de utopia de significado histórico, aqueles que procuram um rótulo de dicionário ou uma frase de efeito devem tentar em outro lugar. A utopia adquire significados plurais no decorrer de nosso estudo, em que pressupomos a existência de uma propensão utópica no homem, como William James em suas famosas conferências assumiu uma “propensão religiosa” ao mesmo tempo em que se recusava a definir religião. Nosso objetivo é comunicar a diversidade de experiências em que essa propensão se manifestou na sociedade ocidental. A experiência é aqui um ato mental que toma a forma de fala. A propensão utópica não é mais igualmente distribuída entre os homens em todos os tempos e lugares do que a propensão religiosa, embora seja duvidoso que alguém esteja totalmente desprovido dela. Pode até haver uma vocação utópica.

(...)

Nossa concepção latitudinária e ecumênica de utopia extrai sua documentação de "viagens extraordinárias", relatos de viajantes lunares, descrições fantasiosas de mundos perdidos em estado de natureza, constituições ótimas, conselhos aos príncipes sobre o governo mais perfeito, romances construídos em torno da vida em uma sociedade utópica "própria", profecias milenares, planos arquitetônicos para cidades ideais. Inclui homens como Owen, Saint-Simon e Fourier, que certamente teriam desprezado o epíteto utópico imposto a eles por Karl Marx; e o

<p>próprio Marx, que se esforçou tanto para diferenciar sua visão da deles; e, finalmente, um grupo de psicólogos e biólogos filosóficos modernos que seriam ambivalentes sobre o termo, bem como vários filósofos contemporâneos da história e cientistas praticantes que se aventuraram a especular sobre o futuro do homem. More e Patrizi, Bacon e Campanella, Andreae e Morelly, Fenelon e Condorcet, Restif de la Bretonne e Edward Bellamy, H. G. Wells e Theodor Hertzka, Wilhelm Reich e Norman Brown, Erich Fromm e Herbert Marcuse, Julian Huxley e Pierre Teilhard de Chardin têm um lugar na lista de utópicos - alguns, com certeza, contra sua vontade.</p>	
<p>A criação da palavra “utopia” está ligada à obra literária de 1516: <i>Utopia, sive optimo republicae statu</i>, escrita pelo chanceler inglês Thomas More. O termo mostrou-se complexo desde sua origem. Na verdade, a palavra “utopia” é uma invenção, uma construção feita por More, um neologismo. Na busca sobre a formação e origem da palavra, encontram-se incongruências entre as opiniões dos estudiosos e, conseqüentemente, uma extensa variação de definições. Mesmo após cinco séculos, não há um senso comum referente à sua significação ou noção.</p> <p>(...)</p> <p>Na pesquisa sobre a trajetória da palavra, nota-se que, nos séculos XVII e XVIII, uma abertura progressiva e generalizada entrou em curso. Esta abertura não foi apenas em relação ao</p>	<p>CAÚLA, Adriana. Trilogia das utopias urbanas. Salvador: EduUFBA, 2019. P. 22a, 25a, 26a.</p>

sentido e à extensão de designações, a utopia se enriqueceu igualmente com o acúmulo de gêneros próximos: poesias, romances, ensaios, peças de teatro, projetos de governo e mesmo projetos de cidades ideais foram agregados. O gênero literário foi tendo seus limites reestabelecidos e ampliados. E esta extensão foi tão generalizada que passou a englobar obras que antecederam a criação do neologismo e do gênero como o caso, por exemplo, das obras de Platão (A República), como mencionado anteriormente e de Aristófanes (A Comédia). Além disso, de acordo com Trousson (1979), foi no século XVIII que a utopia passou a ser relacionada diretamente com o real e inscrita no tempo da História através dos manifestos, considerados por este autor como uma nova dimensão da utopia.

A criação de utopias, como colocado por Ruyer (1988, p. 9), “é um exercício mental sobre possibilidades laterais”. Após a exploração de ilhas desconhecidas, perdidas em qualquer lugar, terras longínquas próximas ao fim do mundo, mundos subterrâneos, a utopia passou a explorar a plasticidade do tempo, além do espaço. Além dos não lugares, a utopia passou a criar outros tempos, principalmente tempos futuros, expressando-se em antecipações. Foi em 1771, que Louis-Sébastien Mercier trouxe componentes novos à utopia. Com a obra literária L’An 2440, ele apresentou sua utopia em um *topos* existente e a situou em outro tempo. Foi a primeira utopia construída no

<p>tempo futuro e foi considerada por Baczkö (2001), Ruyer (1988) e Trousson (1979,1999) como a primeira utopia moderna, instauradora de um novo paradigma: as viagens temporais. Apesar de ser anterior à criação do termo, L'An 2440 pode ser indicada como uma "ucronia", mais uma forma de utopia. Esta forma de expressão, a antecipação, foi a que trouxe de forma mais explícita as oscilações entre visões negativas e positivas. Os discursos das obras começaram a deixar de lado o não lugar harmonioso, a ilha plácida em meio ao caos e a assumir discursos pessimistas.</p>	
<p>Nenhum vestígio de dualismo: a utopia é, por essência, antimaniqueísta. Hostil à anomalia, ao disforme, ao irregular, tende para o fortalecimento do homogêneo, do modelo, da repetição e da ortodoxia. Mas a vida é ruptura, heresia, abolição das normas da matéria. E o homem, em relação à vida, é heresia em segundo grau, vitória do individual, do capricho, aparição aberrante, animal cismático que a sociedade – soma de monstros adormecidos – pretende reconduzir ao caminho reto. Herético por excelência, o monstro desperto, solidão encarnada, infração da ordem universal, se compraz em sua excepcionalidade, isola-se em seus privilégios onerosos, e é sendo duração que paga o que ganha sobre seus "semelhantes": quanto mais se distingue deles, mais frágil e perigoso será, pois é à custa de sua longevidade que perturba a paz dos outros e que cria para si, no seio da cidade, um estatuto</p>	<p>CIORAN, E. M. History and utopia. New York: Archade Publishing, 2015. P. 41, 44.</p>

<p>de indesejável.</p> <p>(...)</p> <p>Ao abolir o irracional e o irreparável, a utopia se opõe também à tragédia, paroxismo e quintessência da história. Qualquer conflito desapareceria em uma cidade perfeita; as vontades seriam estranguladas, apaziguadas e milagrosamente convergentes; reinaria somente a unidade, sem o ingrediente do acaso ou da contradição. A utopia é uma mistura de racionalismo pueril e de angelismo secularizado.</p> <p>(...)</p> <p>Da mesma forma que uma nação tem necessidade de uma ideia insensata que a guie e que lhe proponha fins incomensuráveis em relação a suas capacidades reais, com o objetivo de distinguir-se das outras nações, para humilhá-las e esmagá-las, ou simplesmente para adquirir uma fisionomia única, da mesma maneira uma sociedade só evolui e se afirma se lhe sugerirem ou inculcarem ideais desproporcionados em relação ao que ela é. A utopia desempenha, na vida das coletividades, a função atribuída à ideia de missão na vida dos povos. As ideologias são o subproduto das visões messiânicas ou utópicas, e algo assim como sua expressão vulgar.</p>	
<p><i>Cabem duas abordagens para que a utopia encontre o seu lugar, uma de natureza filosófica, outra de cunho histórico.</i></p> <p>Além de uma utopia moral e religiosa, temos, pois, uma utopia política. A essa pertencem também as utopias econômicas. Todas habitam</p>	<p>MARTINS, Estevão de Rezende. Utopia: uma história sem fim. <i>In</i>: LOPES, M.; MOSCATELI, R., Histórias de países imaginários: variedades dos</p>

a cultura das sociedades, em particular das que emergiram do modelo europeu em expansão. A utopia econômica depende das outras. Ela acena com a distribuição totalmente equilibrada das riquezas, em que cada um tem sua parte de tudo o que se produz.

(...)

Percebe-se que os elementos moral, político e econômico atravessam os séculos, presentes no conteúdo do conceito de utopia. A esperança de um mundo melhor, incansável motor do agir humano, como propõe Bloch (1885-1977), articula filosofia e teologia da história. Ela considera como 'utópico' tudo o que supera o dado, o ocorrido, o já realizado, em direção ao futuro sonhado. Utopia é o que ainda não é, o possível, o novo, o que está antecipado no hoje como possibilidade de amanhã, na literatura, na música, no teatro, a filosofia, na teologia, enfim, no pensamento humano profético. A teoria crítica (Escola de Frankfurt), de forte influência sobre o pensamento social na segunda metade do século XX, aceita a utopia como a forma de se transpor (transcender) a situação concreta atual para uma possível situação futura ideal. Uma espécie de pensamento inefável, quase que intuído, que vê na utopia o trampolim reformador da inércia do dia a dia que se repete, mais em seus erros do que em seus acertos.

A percepção, pois, da oposição relativa entre a vivência concreta do cotidiano de hoje - a experiência imanente de história - e da projeção ideal da situação ideal do cotidiano resolvido

lugares utópicos. Londrina: Eduel, 2011. P. 13, 15, 16.

<p>de amanhã - o horizonte de expectativa transcendente da história -, mantém a reflexão sobre a utopia viva e atual.</p>	
<p>A cidade ideal representa uma visão religiosa, ou uma perspectiva secular, na qual a consciência social das necessidades da população está aliada a uma concepção harmoniosa de unidade artística. Nem é preciso salientar que, quando executado, um plano ideal engendra problemas específicos por as circunstâncias se modificarem, mas seu valor permanece intacto, na medida em que constitui uma projeção de uma imagem perfeita, uma expressão vívida de fé otimista. Talvez seja este, de facto, o traço mais notável comum às imagens ideais: baseiam-se numa crença no aperfeiçoamento, neste mundo ou no além. Esclarecem uma atitude acentuada não apenas a felicidade pessoal, como o significado, que a ela se sobrepõe, dos factores comunais ou da comunidade, assegurando a defesa destes assim como do indivíduo. As imagens ideais surgiram em períodos de transformação social, nos primórdios do Renascimento ou durante o Iluminismo, por exemplo, quando a desintegração da ordem económica anterior facilitava a experimentação cultural.</p>	<p>ROSENAU, H.. A cidade ideal: evolução arquitectónica na Europa. Lisboa: Editorial Presença, 1988. P. 18</p>
<p>Faz parte de uma utopia, uma crítica ao sistema económico-político-social vigente e uma proposta, para que uma sociedade possa viver bem. Mesmo quando a crítica não é explícita, ela sempre existe, pois é a partir dela que se constrói uma nova proposta. O equilíbrio,</p>	<p>PESSOA, Denise Falcão. Utopia e cidades: proposições. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006. P. 22, 23.</p>

<p>pretendido nas utopias, é vislumbrado em vários aspectos, na organização social, na distribuição da riqueza, no assentamento urbano e na maneira como esse assentamento integra espaço construído e espaço natural.</p> <p>(...)</p> <p>Utopias não devem ser interpretadas como devaneio, surto psicótico ou algo irrealizável. Uma utopia nunca é desvinculada da realidade. Aliás, é a realidade que gera uma utopia e é a utopia que torna o mundo suportável.</p>	
<p><i>Este autor trata do tema do paraíso, não propriamente da utopia. Mas quando encaramos a utopia como uma busca ao paraíso perdido das antigas tradições, ele pode ser 'rastreado' para além da religião, sendo um lugar físico buscado na Terra. Depois do Jardim do Éden, há o reino de Prestes João, os países de sonho, as ilhas paradisíacas, a América, os jardins perfeitos. Depois, com o milenarismo, há a espera pelo mundo novo e as esperanças escatológicas.</i></p> <p>Apesar desta diferença, não é descabido afirmar que existiram laços evidentes entre a ideologia do progresso e as utopias, na medida em que estas também contribuíram para a emergência da esperança milenarista e para a sua laicização. (...)</p> <p>Se tomarmos por modelo a Utopia de Thomas More (1516), A Cidade do Sol de Campanella (1602) e A Nova Atlântida - inacabada - de Bacon (1627), as utopias podem ser definidas como sendo 'descrições (num estilo sério) de um</p>	<p>DELUMEAU, Jean. Uma história do paraíso (1): o jardim das delícias. Lisboa: Terramar, 1992.</p> <p>_____. Mil anos de felicidade (2): uma história do paraíso. Lisboa: Terramar, 1995. P. 324 e 325.</p> <p>_____. O que sobrou do paraíso? (3). São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P. 508</p>

mundo baseado em princípios diferentes daqueles em que se baseia o mundo' em que vivem os autores dessas obras, funcionando assim como testemunhos do divórcio, cruelmente ressentidos por alguns, entre certas aspirações gerais e as realidades quotidianas. Criam, assim, algures um mundo radical e integralmente outro, afastado daquele que é por 'um desvio máximo'. Mas não se limitam a exprimir nostalgias e a alimentar sonhos relativos a uma idade do ouro. Pelo contrário, são uma reflexão sobre a origem dos males 'daqui', ao mesmo tempo que transmitem, de uma maneira cada vez mais explícita, esperanças de aperfeiçoamento a ser introduzido mediante uma organização voluntarista. E, se nem sempre está presente nelas a noção de uma queda inicial da humanidade, a noção de uma felicidade a construir é omnipresente. Assim se explica que, mesmo deixando espaço para a religião, as utopias sejam decididamente terrestres, como o foi uma certa corrente milenarista, razão por que Santo Agostinho a rejeitou.

Como faz notar M. Le Doeuff, a verdadeira utopia distingue-se 'dos sonhos de países onde florescem árvores de patacas, de idades de ouro ou de eldorados, onde o onírico reina como senhor absoluto e onde se pressupõe uma natureza milagrosamente tornada generosa. A utopia é sempre portadora de desejos e de esperanças, é certamente o domínio, como diz Kant, 'do que é doce imaginar', mas, ao mesmo

tempo, baseia sempre na racionalidade a legitimidade de suas esperanças, espelhando um modo de organização coerente, no interior da qual esses desejos podem concretizar-se.	
--	--

5.2 TIPOLOGIAS UTÓPICAS

Para Nietzsche, a potência criativa e a contemplação artística são acompanhadas da embriaguez - ela deforma o que percebemos, realçando e projetando nossa vitalidade nas coisas. É a mesma embriaguez da paixão, como uma efervescência de potência que estimulam a vitalidade.

Nietzsche distingue duas formas de embriaguez que ele atribui aos deuses gregos Apolo e Dionísio. Este último, o deus do vinho, é aquele da primeira forma de embriaguez. Nós podemos ter um vislumbre disso com a embriaguez báquica, alcoólica, com a sexualidade, com os movimentos de multidões desenfreadas, como durante uma partida de futebol, e com o êxtase induzido por uma música ritmada. A constatação é primeiro a de um sentimento de perda de identidade. Sente-se tomado por uma força superior, abandonado a uma torrente de energia difusa e esquecido de seu eu consciente. O corpo parece preso em um turbilhão e se mistura aos outros. No entanto, perdendo assim o controle de si, o dionisiaco extático é portador de uma energia maior, porque se dá conta da ilusão da personalidade individual. Ele se viu subitamente como uma parte do todo, um átomo de força natural, uma gota d'água em uma onda, uma folha em uma tempestade. Pode ser que esse sentimento de perda de si se revele tão prazeroso quanto doloroso, uma vez que a impressão de fusão com seu entorno anda às vezes de mãos dadas com uma sensação de destruição de sua identidade e de sua integridade. A intuição nietzscheana da unidade fundamental do prazer e da dor encontra sua prova na experiência do êxtase. O dionisiaco não sabe mais se goza ou se sofre. Um segue necessariamente o outro, prazer e dor são passagens, etapas em um ciclo regenerador que vai da criação à destruição e da destruição à criação. (THOMASS, 2019, s/n)

Munford divide as utopias em de fuga e de reconstrução, de evasão ou escape.

(1) Nas de fuga ou escape há uma ruptura total, ela quase sempre leva ao ego utópico. É baseada no sonho, desejo, modo de pensar primitivo, sem limitações a enfrentar.

É um fluxo vago, confuso e inconsistente de imagens que brilham e depois desaparecem, que nos excitam e nos deixam indiferentes, e que - em consideração ao respeito que nossos vizinhos têm por nossa capacidade de manter um livro ou polir um pedaço de madeira — é melhor nos limitarmos a esse estranho arquivo que chamamos de cérebro. (MUMFORD, 2020, p. 33)

(2) Nas utopias de reconstrução ou evasão, há uma noção de adaptação, elas levam ao mundo. Ainda são baseadas no desejo, no modo de pensar primitivo, mas levam em conta o mundo real.

A visão de um ambiente reconstituído mais adaptado à natureza e aos objetivos dos seres humanos que o habitam do que o ambiente real; e não apenas melhor adaptado à sua natureza real, mas mais ajustado aos seus possíveis desenvolvimentos.” (MUMFORD, 2020, p. 33)

Os períodos de recato e libertinagem coletivos são classificados por Franco Júnior (2021) como tipologias dos modelos de utopias: são o Carnaval e a Quaresma. Assim como Mumford, ele segue a noção de Nietzsche dos ideais apolíneo e dionisíaco de mundo. Ainda que entenda que não é possível classificar todas as utopias em tais parâmetros puros e completos, eles servem de base para uma análise.

Claeys (2013), sugere uma maior distinção entre as três principais variações do impulso utópico.

(1) A primeira ele chama de estática, porque é antagônica a utopias dinâmicas: depois de formada, a sociedade ideal procura incessantemente reter a pureza de sua forma original; ou, em contraste, “reconhece uma tendência inerente por desenvolvimento histórico e constrói mecanismos para lidar com essas mudanças” (CLAEYS, 2013, p. 13);

(2) Em segundo lugar, há o contraste das utopias ascetas com as que procuram satisfazer desejos. Utopias antigas e modernas quase frequentemente aceitam a escassez inevitável de bens e a total insuficiência de recursos. “As necessidades são, assim, comedidas pela simplicidade, e leis suntuárias costumam proibir ou restringir o luxo” (CLAEYS, 2013, p. 13). Na modernidade, esta variação passa a perder espaço para conceitos de regimes de abundância - que podem ser exemplificados com o liberalismo e o marxismo;

(3) Por fim, também se pode contrastar utopias hierárquicas com as igualitárias. Várias das utopias primordiais, e mesmo algumas subsequentes (além das distopias), foram hierárquicas, “baseadas na crença da desigualdade inevitável da humanidade, com um grupo seleto de líderes levando uma vida de privilégios e relativo luxo” (CLAEYS, 2013, p. 13).

Doyne Dawson, em seu trabalho sobre o utopismo no mundo antigo, divide as antigas descrições utópicas em duas categorias: utopias populares e utopias políticas, e qualquer adaptação de ambos, desde que sejam “fantasias”. A categoria de utopismo político é mais parecida com a teoria utópica moderna, ambas as quais tentam afetar as realidades sociais através da visão e proposição de uma nova ordem social. O utopismo político começa com Platão e inclui Aristóteles, Cícero e

vários autores cínicos e estoicos, especialmente Diógenes, Zenão e Crisipo. “As distinções de Dawson são úteis, mas, dado seu interesse principal pelo utopismo político, ele ignora amplamente quaisquer elementos distintivos do que ele chama de utopismo popular”. (GILCHREST, 2013, p. 12).

Gilchrest (2013) vai sugerir duas outras distinções: o utopismo primitivista e o utopismo da vida após a morte.

As utopias primitivistas consistem no passado remoto (na forma da Idade de Ouro) e no presente distante (na forma de sociedades idealizadas), o que Lovejoy e Alexander chamam de primitivismo cronológico e primitivismo cultural, respectivamente. Com as utopias primitivistas, eles são significativamente diferentes o suficiente para justificar sua própria categoria, se não por outra razão senão essas utopias só são acessíveis após a morte e muitas vezes sem certos “obstáculos” de um corpo material. (GILCHREST, 2013, p. 12 e 13)

As categorias da expressão utópica, no entanto, são distintas pelas fontes de dados que serão usadas para distinguir uma reconstrução das antigas expectativas utópicas. As categorias então são: utopismo político, utopismo primitivista e utopismo da vida após a morte.

Dawson divide o utopismo político em utopismo “baixo” e “alto”:

Ambas as categorias contêm descrições de reformas abrangentes para estabelecer uma cidade-estado ideal. O principal fator que diferencia as duas categorias é se essas reformas deveriam ou não ser postas em ação. O baixo utopismo, chamado assim porque é “um programa real e prático”, pode ser visto nas Leis de Platão, na Política de Aristóteles e em vários aristotélicos menos conhecidos. Dawson afirma que esta tradição termina com a República e sobre as Leis, de Cícero. O alto utopismo, por outro lado, não foi feito para ser promulgado, mas serviu como um modelo de reforma no nível da comunidade e do indivíduo. É melhor representado na República de Platão. O livro 9 da República termina com Platão reconhecendo que sua cidade utópica não existe, e provavelmente nunca existirá neste mundo. Em vez disso, ele afirma, “talvez esta cidade esteja arquivada no céu, um modelo para aquele que deseja ver e ver, habitar nela. Não faz diferença, então, se existe ou existirá. Sua existência será uma expressão desta cidade somente, e de nenhuma outra” O estabelecimento de tal cidade, então, não é o fim. (GILCHREST, 2013, p. 14)

Voltando às ideias de Nietzsche, os princípios de prazer e de realidade manifestam visões de mundo contrárias, e esta dicotomia pode ser expressa em vários formatos:

- Apolo x Dionísio
- Quaresma x Carnaval
- Pelágio x Agostinho
- Dom Quixote x Sancho Pança
- Luz x trevas
- Coerção x liberação
- Abel x Caim
- Necessidade x satisfação
- Penitência x riso/catarse

- Coletivismo x individualismo
- Predestinação x possibilidade
- Ordem x irregularidade
- Hierarquia x anarquia
- Estatismo x propriedade privada
- Jurídico e teológico x comunicativo
- Espírito puritano x hedonismo
- Valorização do trabalho x rejeição do trabalho
- Linha de continuidade de Franco Júnior:
- Abelardo (pelagiano) x São Bernardo (agostiniano)
- Morus x Maquiavel
- Voltaire x Rousseau
- Jung x Freud
- Camus x Sartre
- Anti-vacina x os que aceitam

Mesmo quando a palavra utopia ainda não existia, ela surgiu como um resgate dos mitos. Toda utopia é herética. Carnavalesco e quaresmal: origem num embate teológico, entre o monge Pelágio da Bretanha (falecido em 420), que dizia que o livre arbítrio manifesta a graça de Deus (liberdade). Santo Agostinho diz o contrário: a graça divina condiciona o livre arbítrio (normatização). A “dicotômica visão cristã de mundo penetrou toda sua e expressou-se nas artes, nas letras, nas ciências, na liturgia, nas festas, nos ritos laicos e também na ‘recriação das formas sociais’” (FRANCO JÚNIOR, 2021, p. 321).

Figura 9 - A luta entre o Carnaval e a Quaresma, Pieter Bruegel, o Velho, em 1559.



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Pieter_Bruegel_d._%C3%84._066.jpg

Ilustrativo do tema é o poema alegórico francês do século XIII, batalha entre carnaval e quaresma. A Batalha entre o Carnaval e a Quaresma (Figura 9) é uma pintura de Pieter Bruegel, o velho. É considerada uma das obras primas do Renascimento. Ela faz menção ao combate cosmológico: noite x dia, primavera x inverno, e ilustra também o embate magro x gordo, peixe x carne.

Franco Júnior (2021) explica que a ideia carnavalesca é de que a natureza é boa. Pelágio está de acordo com os adamitas, que na Idade Média rezavam 'Pai Nosso que estás em nós', não aceitando sacramentos e regras, e tendo a noção de sexo livre. Já a ideia de natureza humana má tem relação com os cátaros, seita herética anterior, que eram anti-materialistas - matéria é criação do deus mau. O deus bom criou a alma, o mau o corpo: que aprisiona, que a impede de ir à etapa posterior, subir ao céu. Então para eles a matéria é diabólica, e o sexo deve ser reprimido para evitar reprodução. Na alimentação, evita-se comida de origem animal.

O carnaval representa o hedonismo, a festa que isola do tempo e espaço circundante, onde se procura esquecer o que está fora com excesso de comida, bebida, sexo, drogas. É uma bolha que congela aquela micro-sociedade da macro-sociedade e o próprio tempo (suspensão, paralisado – típico das utopias). Ao contrário, o ascetismo e o puritanismo aparecem na Florença de Girolamo Savonarola, que cria regras nas sociedades, durante o Carnaval de 1497, quando seus seguidores recolheram livros, obras de arte, roupas luxuosas, perfumes, jóias, cartas de jogo, baralhos etc. Tudo levado para a praça principal da cidade, na fogueira das vaidades.

A conexão entre os dois tipos utópicos pode ser exemplificada com o Milênio e a peregrinação. Nesta, de um ponto de vista não meramente doutrinal, mais importante que atingir determinados santuários era percorrer a rota, era o caminhar, era durante o trajeto desfrutar da comunidade então formada, efêmera contudo harmônica, igualitária, justa. Alcançada sua meta, o peregrino recebia benefícios espirituais em contato com as requilias, mas perdia os benefícios terrenos com a dissolução da comunidade peregrinante. De forma simétrica, o Milênio, no Idade de Ouro carregada de benesses materiais, é antessala dos fim dos tempos, do Juízo Final e da glória eterna no Paraíso celeste. Ou seja, os mil anos de felicidade terrena são uma etapa na peregrinação humana em direção a algo maior, assim como a peregrinação são muitos dias de fraternidade e justiça terrenas em busca dessa situação definitiva. A justiça igualitária reconhecida pelas autoridades terrenas àqueles que peregrinavam era antecipação da justiça terrena por excelência, a da sociedade do Milênio. (FRANCO JÚNIOR, 2021, p. 331)

Franco Júnior (2021) segue seu raciocínio focado nas utopias medievais, onde o modelo é o Éden, o paraíso terreno de onde Adão e Eva foram expulsos,

mas que nem chegamos a conhecer porque nossos pais foram expulsos de lá. Ainda assim, ele estava enraizado na memória coletiva da sociedade medieval por três fenômenos - um dos quais eles tinham consciência e dois outros que não, pois não tinham instrumental como nós hoje:

(1) Como Santo Agostinho dizia: os humanos saíram do Éden, mas nunca esqueceram do Éden, aliás, parte do castigo é não o esquecer pra acentuar a punição, ter a lembrança de algo maravilhoso perdido ao comparar com o mundo em que vivem, felicidade perdida, na memória de cada um habita deus;

(2) Muito depois: Darwin mostra que no processo de evolução, as emoções básicas (medo, tristeza, alegria) vêm desde os primeiros tempos e não desaparecem porque condicionam a relação do homem com o meio ambiente e com os outros homens (sem o medo faríamos coisas que nos colocariam em risco, ele nos preserva; a alegria é necessária para encarar a vida não fácil e estabelece equilíbrio e dá escape), lembrar do Éden é emoção básica;

(3) Freud dizia que há uma memória filogenética que faz com que tenhamos comportamentos, reações, atitudes espontâneas sem nos dar conta, e não tem uma relação direta com a nossa história, com o que sabemos de nós, com o eu visível. Sequer tem relação com o que sabemos dos nossos pais, mas tem relação com antepassados muito longínquos, porque de geração em geração vão sendo passados dados. Pode-se pensar que este paraíso perdido faz parte da memória filogenética se juntarmos a hipótese freudiana com a agostiniana. O Éden é o grande modelo. Espaço perfeito, casa original e natural, oferece características e condições que percebemos nas utopias. Modelo do Éden para imagens edênicas que são as utopias. Como não se pode voltar a ele, pensamos em construí-lo, criamos sucedâneos para o Éden.

Antes do Iluminismo, no século XVII, as utopias estavam ancoradas, e limitadas, por um princípio de transcendência religiosa ou por princípios organizadores de natureza identitária ou comunitária.

No Iluminismo apareceram os modelos utópicos atingíveis, exequíveis e desejáveis. A partir do pensamento de Rousseau e Voltaire a ala radical desejava mudar a sociedade para mudar o homem e obter uma nova humanidade. Tendo a Revolução Francesa como seu primeiro ensaio, viu surgir um período de terror, quando os 'suspeitos' e 'inimigos da revolução' - especialmente nobres, padres, freiras, crentes - foram perseguidos, presos, torturados e mortos em nome da

liberdade, igualdade e fraternidade. O homem das luzes deveria ser o homem ideal humanista, cidadão do mundo, esclarecido e razoavelmente cético.

A moderna rejeição da transcendência, e a adoção de valores reguladores do mundo material e sensorial das comunidades humanas e políticas, ia fazer-se na linha dos ‘realismos antropológicos’, na senda de Maquiavel e de Hobbes, que estudavam o ‘ser’, desligando-o do ‘dever ser’. Mas estes realistas antropológicos não deixavam de antepor os valores da comunidade aos dos indivíduos, ainda que, em última instância, fossem o egoísmo e a necessidade que legitimavam essa escolha (PINTO, 2017, s/n).

Os utópicos ingleses dos séculos XVI e XVII, More, Bacon e Milton, eram religiosos, e incorporavam sua visão de mundo nas bases da organização de seus lugares ideais. No entanto, os filósofos enciclopedistas franceses do século XVII, assim como os alemães, eram céticos e materialistas. Além disso, eles consideravam o cristianismo, e acima de tudo a Igreja Católica, fonte de obscurantismo, opressão e resistência ao progresso.

De outro modo, Huizinga (2021, p. 137) trata do anseio por uma vida mais bela como utopia. Para a realização deste anseio há três possíveis caminhos:

(1) O caminho da renúncia, que leva diretamente para fora do mundo. Neste caso, a vida ideal só pode ser alcançada ‘do outro lado’, ou seja, liberta de tudo que é terreno. Segundo ele, todas as civilizações trilharam por este caminho, sendo que o cristianismo a imprimiu como propósito de vida individual e base da cultura - o que impediu, por um tempo, que se trilhasse o segundo caminho. Ele é o desejo da salvação eterna, que “torna o andamento e a forma da existência terrena indiferentes, ainda que a virtude seja cultivada e mantida. Aceitam-se as formas de vida e as da sociedade pelo que elas são, mas tenta-se permeá-las com uma moralidade transcendente.” (HUIZINGA, 2021, p. 144);

(2) O caminho da melhora e aperfeiçoamento do próprio mundo. Até a Idade Média, o objetivo ainda era encontrar a vida mais bela na outra vida.

No momento em que se envereda pelo caminho de uma melhora positiva do próprio mundo, tem início uma nova era, na qual a coragem e a esperança tomam o lugar do temor à vida. Na verdade, essa ideia só irá surgir no século XVIII. O Renascimento extraiu a sua enérgica afirmação da vida de outras formas de satisfação. Foi apenas no século XVIII que a perfectibilidade do ser humano e da vida em sociedade tornou-se um dogma fundamental, e as aspirações econômicas e sociais do século seguinte só perderam a sua ingenuidade, mas não a coragem nem o otimismo. (HUIZINGA, 2021, p. 141)

(3) O caminho do sonho é o mais fácil, mas mantém o objetivo distante. A ilusão pode colorir a vida e a cultura literária tem se baseado nisso desde a Antiguidade, com os temas do heroísmo, da sabedoria e do bucólico. As formas de vida são recriadas em formas artísticas não apenas em obras, mas preenchendo a

sociedade com jogos e formas de beleza. A vida aristocrática do fim da Idade Média vive sob esta ornamentação, uma luz artificial do romantismo cavalheiresco e a busca por uma vida mais bela é a marca do Renascimento.

A grande ruptura no modo de conceber a beleza da vida se dá entre o Renascimento e os tempos modernos. O ponto da virada situa-se ali onde a arte e a vida começam a se separar, quando não mais se desfruta da arte em meio à vida, como uma parte nobre da alegria de viver, mas fora da vida, como algo a ser altamente venerado, ao qual as pessoas se voltam em momentos de exaltação ou de tranquilidade. Com a separação entre arte e vida, revive-se o velho dualismo que separava Deus e o mundo. Traçou-se uma linha separando os prazeres da vida. Eles foram partidos em duas metades, uma inferior e uma superior. Para o indivíduo medieval, eram todos igualmente pecaminosos; agora, todos são considerados lícitos, mas com diferentes níveis de respeitabilidade, de acordo com o seu caráter mais ou menos espiritual. (HUIZINGA, 2021, p. 148)

Ainda segundo ele, é quase que uma regra o desejo de toda cultura em trazer para a materialidade e tornar realidade o mundo sonhado, fazendo isso a partir da recriação das formas sociais. Em outros modelos poderia ser simplesmente uma recriação espiritual, “de instituir uma perfeição imaginária oposta à dura realidade que se quer esquecer, aqui o objeto do sonho é a própria realidade. É ela que se quer transformar, purificar e melhorar.” (HUIZINGA, 2021, p. 144) O mundo aparentemente ruma para o ideal; para isso é necessário apenas que as pessoas se mantenham trabalhando. O modo de vida ideal parece estar bem pouco distante da existência ativa; há apenas uma pequena tensão entre realidade e sonho. É razoavelmente pouco o que é exigido da arte de viver ali onde é o suficiente aspirar pela “máxima produção e pela divisão mais justa dos bens, onde o conteúdo do ideal é prosperidade, liberdade e cultura. Não há mais necessidade de acentuar que o ser humano é um ser nobre [*nobleman*], ou um herói, ou um sábio, ou um refinado cortesão.” (HUIZINGA, 2021, p. 144).

Vale lembrar que a ideia de cidade abrange tanto o lugar físico quanto o corpo político. “Na Antiguidade, tanto a polis grega (da qual deriva nossa 'política', a ciência dos estados governantes) e a *civitas* latina definiam a cidade-estado, uma organização urbana e também política” (EATON, 2001, p. 11).

Segundo Lynch (2007), pode-se resumir os paradigmas de cidades em três modelos:

(1) O modelo cósmico: a cidade mágica. O cosmos era percebido como sendo racionalmente organizado, uma representação física da ordem e do direito divinos. A cidade ideal, ao se conformar com as mesmas regras, buscava alcançar a harmonia

do cosmos. Assim, os arquitetos humanistas passaram a aplicar esses princípios matemáticos ao projeto da cidade;

(2) O modelo mecanicista: a cidade como máquina. O homem agora é agora o meio e a medida de todas as coisas. Ao compreender as regras matemáticas que o corpo humano obedecia, o sentido e a ordem do universo poderiam ser controlados. É o modelo funcionalista, da razão, da praticidade, onde o espaço serve às necessidades humanas materialistas;

(3) O modelo orgânico: a cidade como organismo. Na metáfora biológica, forma e fundo quase não se distinguem. Seria a cidade que se autoregula, mas não necessariamente espontânea. Ela pode ser baseada fisicamente na geometria da natureza, fractal, sistêmica.

Cruzando estes três modelos com as tipologias de base apolínea e dionisíaca, é possível gerar uma classificação um pouco mais refinada de alguns modelos de cidades ideais.

5.3 ALGUMAS UTOPIAS

Segundo Manuel & Manuel (1997, p. 24), as três utopias pansóficas mais relevantes desde o início do uso do termo são de Campanella, Bacon e Andreae, porque, ao contrário de outras produções do gênero, sobreviveram com força especial por muitos anos na cultura europeia.

Quadro 3 - Cronologia dos lugares utópicos

Ano	Nome	Autor	País nascim.	
380 a.C.	A República ou Politéia	Platão	Grécia	Ficção
25 a.C.	Mito dinocrático Monte Athos	Marcus Vitruvius Pollio	Grécia	Imagem
426	A cidade de Deus (Dei Civitate Dei)	Santo Agostinho	Algéria	Ficção
1480	Cidade ideal de Urbino	Desconhecido (talvez Piero della Francesca, Luciano Laurana, Francesco di Giorgio Martini ou Melozzo da Forlì)	Itália	Imagem

1480	Cidade ideal	Fra Carnevale	Itália	Imagem
1482	Trattato di architettura, ingegneria e arte militare	Francesco di Giorgio Martini	Itália	Indicações
1484	Cidade ideal	Giuliano da Sangallo	Itália	Imagem
1495	Vista arquitetônica e cidade ideal	Francesco di Giorgio Martini	Itália	Imagens
1516	Utopia	Thomas Morus	Inglaterra	Ficção
1602	A Cidade do Sol (Città Del Sole)	Tommaso Campanella	Itália	Ficção
1619	Cristianópolis	Johannes Valentinus Andreae	Alemanha	Ficção
1627	Nova Atlântida (New Atlantis)	Francis Bacon	Inglaterra	Ficção
1657	História cômica dos estados e impérios da Lua (Histoire comique contenant les états et empires de la Lune)	Savinien de Cyrano de Bergerac	França	Ficção
1677	História dos sevarambianos (Histoires des sévarambes) – Terræ australes incognitæ	Denis Vairasse	França	Ficção
1681	Discurso sobre a história universal (Discours sur l'histoire universelle)	Jacques-Bénigne Bossuet – considerada continuação de A cidade de Deus	França	Didático/História
1710	Les Aventures de Jacques Massé – Terras meridionais desconhecidas no Oceano Índico à sudeste do Cabo da Boa Esperança	Simon de Tyssot de Patot	França	Ficção
1726	As viagens de Gulliver – Lilliput, Brobdingnag, Laputa, Balnivarbi, Glubbubdrud, Luggnagg, Houyhnmmland etc.	Jonathan Swift	Irlanda	Ficção
1761	Le voyageur philosophe dans un pays inconnu aux habitants de la Terre – Selenópolis	Daniel Jost de Villeneuve, sob pseudônimo De Listonai	França	Ficção
1771	L'an 2440 – Paris	Louis-Sebastien Mercier	França	Ficção
1793	Constitution de la Lune – Lua	Beffroy de Reigny	Francês	Ficção
1826	O último homem – Europa	Mary Shelley	Inglaterra	Ficção
1829	O novo mundo industrial e societário (Le nouveau monde industriel et societaire) – Harmonia	Charles Fourier (Falanstérios)	França	Prática

1835	A Sojourn in the City of Amalgamation, in the Year of Our Lord, 19--	Jerome B. Holgate	EUA	Ficção
1840	Voyage en Icarie – Icária	Etienne Cabet	França	Ficção
1872	Erewhon or over the range	Samuel Butler	Inglaterra/ N. Zelândia	Ficção
1876	Hygeia, city of health	Benjamin Ward Richardson	Inglaterra	Ficção
1879	Les 500 Millions de la Bégun	Jules Verne	França	Ficção
1883	Le Vingtième Siècle, roman d'une parisienne d'après-demain	Albert Robida	França	Ficção
1884	Flatland	Edwin Abbott Abbott	Inglaterra	Ficção
1887	Looking Backward 2000-1887	Edward Bellamy	EUA	Ficção
1887	A Crystal Age	William Henry Hudson	Argentina	Ficção
1890	Notícias de lugar nenhum (News from nowhere)	William Morris	Inglaterra	Ficção
1890	Caesar's Column	Ignatius Donnelly	EUA	Ficção
1891	A nova utopia	Jerome K. Jerome	Inglaterra	Ficção
1895	The Time Machine	Herbert George Wells	Inglaterra	Ficção
1896	Fragment d'histoire future	Gabriel Tarde		Ficção
1899	When the sleeper wakes	Herbert George Wells	Inglaterra	Ficção
1900	O calcanhar de ferro (The iron heel)	Jack London	EUA	Ficção
1905	A utopia moderna (A modern utopia)	Herbert George Wells	Inglaterra	Ficção
1911	Peter e Wendy – Terra do Nunca (Neverland)	James Matthew Barrie	Escócia	Ficção
1915	Terra das mulheres (Herland)	Charlotte Perkins Gilman	EUA	Ficção
1920	Nós (We)	Ievgueni Ivanovitch Zamiatine	Rússia	Ficção
1926	O choque das raças ou O presidente negro	Monteiro Lobato	Brasil	Ficção
1927	Metrópolis	Thea von Harbou	Alemanha	Ficção
1932	Admirável mundo novo (Brave new world) – GB	Aldous Huxley	Inglaterra	Ficção
1933	Horizonte perdido – Shangri-lá	James Hilton	Inglaterra	Ficção
1937	O hobbit + O senhor dos anéis – Terra Média	J. R. R. Tolkien	África do Sul/GB	Ficção

1938	Cântico (Anthem)	Ayn Rand	Rússia	Ficção
1940	O zero e o infinito (Sonnenfinsternis)	Arthur Koestler	Hungria	Ficção
1942	Islândia	Austin Tappan Wright	EUA	Ficção
1942	Fundação – Império Galático	Isaac Asimov	Rússia	Ficção
1948	1984	George Orwell	Índia/GB	Ficção
1950	As crônicas de Nárnia	C. S. Lewis	Irlanda do Norte	Ficção
1953	Fahrenheit 451	Ray Bradbury	EUA	Ficção
1953	O Fim da infância	Arthur C. Clarke	Inglaterra	Ficção
1962	A ilha – Pala	Aldous Huxley	Inglaterra	Ficção
1968	2001: uma odisséia no espaço	Arthur C. Clarke	Inglaterra	Ficção
1975	Ecotopia – formado por Carolina do Norte, Oregon e Washington	Ernest Callenbach	EUA	Ficção
1985	O conto da aia (The Handmaid's Tale) – Gilead	Margaret Atwood	Canadá	Ficção
1999	Marte, planeta livre (White Mars)	Brian Aldiss	Inglaterra	Ficção
2003	The Neanderthal Parallax	Robert J. Sawyer	Canadá	Ficção

Das primeiras propostas originais de cidades ideais, encontram-se relatos ou imagens. Na mais antiga, Marcus Vitruvius Pollio popularizou o mito dinocrático do Monte Athos (Figura 10), antes contado e apropriado por Plutarco e Luciano:

[Dinócrates] era, devo afirmar, um homem de alta estatura, semblante agradável e de aparência totalmente digna. Confiando nos dons com que a natureza o dotou, ele despiu suas roupas comuns e, tendo se ungido com óleo, coroou sua cabeça com uma coroa de choupo, pendurou uma pele de leão em seu ombro esquerdo, e carregando um grande porrete na sua mão direita, ele saiu para o tribunal real, em um período em que o rei estava fazendo justiça.

A novidade de sua aparência despertou a atenção do povo; e Alexandre logo descobrindo, com espanto, o objeto de sua curiosidade, ordenou à multidão que lhe abrisse caminho e exigiu saber quem ele era. ‘Um arquiteto macedônio’, respondeu Dinocrates, que sugeriu esquemas e projetos dignos de sua fama real. Proponho transformar o Monte Athos na estátua de um homem segurando uma cidade espaçosa na mão esquerda e na direita uma enorme taça, no qual se ajuntarão todos os riachos do monte, os quais serão despejados no mar (DORA, 2005, p. 496)

Dinócrates de Rodes foi um arquiteto grego conselheiro de Alexandre, o Grande - último quarto do século IV a.C. Ele fez o planejamento de Alexandria, além de outras obras. A cidade por ele idealizada é apresentada como um mito e está assentada numa das mãos de uma estátua de um gigante, que é um monumento a Alexandre.

Imagens de lugares utópicos do Renascimento

Figura 12 - Cidade ideal de Urbino (1480) de autor desconhecido (talvez Piero della Francesca, Luciano Laurana, Francesco di Giorgio Martini ou Melozzo da Forlì)



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Ideal_City_-_Urbino.jpg

Figura 13 - Cidade ideal (1480) de Fra Carnevale



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5c/Fra_Carnevale_-_The_Ideal_City_-_Walters_37677.jpg

Figura 14 – Vista arquitetônica (1495) de Francesco di Giorgio Martini



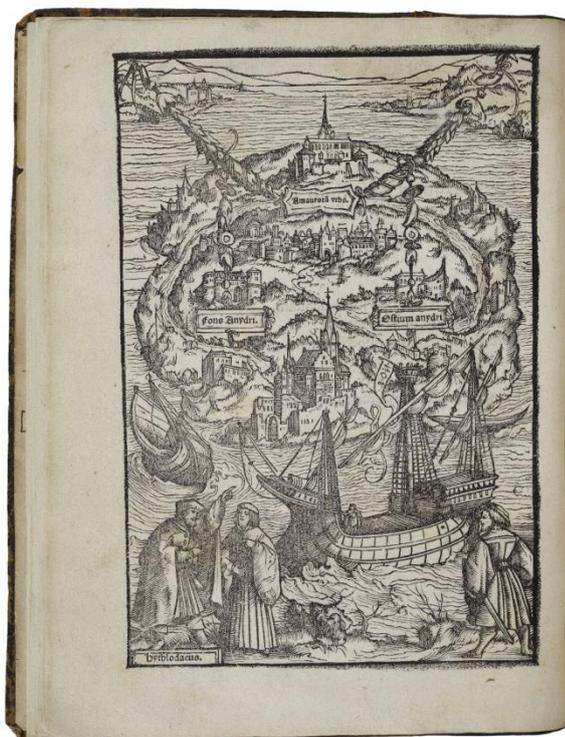
Fonte: <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/11373>

Figura 15 – Cidade ideal (1495) de Francesco di Giorgio Martini



Fonte: <https://www.greatbigcanvas.com/view/ideal-city-detail-by-probably-francesco-di-giorgio-martini-c-1480-1490,2101736/>

Figura 16 - A edição de 1518 do livro *Utopia*, de Thomas Morus, foi ilustrada com xilogravura de Ambrosius Holbein.



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Utopia_Woodcut_\(Holbein,_1518\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Utopia_Woodcut_(Holbein,_1518).jpg)

6 A CIDADE DO FUTURO

Há dois planos da História, o da aparência superficial e o da realidade profunda. “A história que se ensina e que baseia a governação e os comentários jornalísticos (...) está para a história integral como a espuma suja da superfície para as fermentações de um líquido.” (FIGUEIREDO, 1959, p. 46). Sob esta premissa tratamos aqui, ou tentamos, tratar além da aparência superficial da realidade que gera a história episódica. O trabalho lento e silencioso do que Figueiredo chama de infra-história surge agora atravessando o olhar para o objeto de nosso estudo.

Ruth Eaton (2001), no prefácio de seu livro *Ideal Cities*, diz que a “humanidade tem tentado continuamente operar em um plano elevado, perto do divino, na tentativa de imaginar o arranjo ideal da cidade e da sociedade”. Ela alerta que “a projeção de cidades ideais é um exercício perigoso cuja arrogância e aspiração de realização podem ser destrutivas”.

As utopias podem tornar-se distopias já em sua conceituação, dependendo da visão. Os excluídos de seus sistemas, provavelmente a verão como tal.

Não é à toa que é sempre bom lembrar de duas distopias literárias famosas, que podem ser classificadas nos modelos tipológicos do capítulo anterior de alguma forma. 1984, de George Orwell, e Admirável Mundo Novo, de Aldous Huxley, podem ser observadas como utopias distorcidas de modelos apolíneo e dionisíaco, respectivamente.

O passo para uma utopia transformar-se em distopia é muito curto. Claeys (2017, p. 15) informa que muito do que associamos à palavra distopia é um fenômeno moderno que tem relação com um pessimismo secular. A palavra é derivada do grego e está associada a lugar doente, ruim, defeituoso ou desfavorável. Na linguagem comum, funciona como o oposto de utopia, lugar ruim que é o oposto da versão secular do paraíso.

Conforme alguns modelos ideais vão sendo implantados e tornando-se materialidade, muitos dos sonhos da sociedade quase perfeita caem por terra. O século XX, profícuo em experimentos do tipo, trouxe muita angústia. Agora, vê-se os projetos para um mundo novo ‘mascarados’, de certa forma, em bonitos discursos - especialmente favoráveis ao meio ambiente, à sustentabilidade e a uma renovação do planeta.

A história natural da distopia começa com um Apocalipse metafórico. Um deus irado pune a maldade da humanidade com um dilúvio, deixando apenas Noé, sua família e os animais para começar de novo. Termina, aparentemente, com várias distopias reais criadas pela agressão da humanidade contra si mesma e contra a natureza. Novamente uma inundação pode nos submergir. Aqui, porém, a semelhança termina. O primeiro Apocalipse foi evidentemente uma ameaça usada para regular o comportamento, para nos manter moralmente alinhados e para garantir nossa fé. A segunda representa uma catástrofe real iminente. Muitos, talvez a maioria, ou mesmo todas as pessoas perecerão. Nenhum Noé os salvará, e nenhum Deus salvará Noé. (CLAEYS, 2017, p. 466)

Neste ponto, voltamos à percepção de Fidelino de Figueiredo e buscamos observar o plano não aparente da realidade. Quando se trata das cidades do futuro, as aspirações encontradas nos estudos acadêmicos em geral têm sido (infelizmente) as mesmas que aparecem nos relatórios de *think thanks* e no discurso de intelectuais orgânicos, comumente financiados por transnacionais dirigidas por uma elite não aparente, que não opera nos limites visíveis das fronteiras dos países e das divisões políticas.

Por isto, Susan George, pesquisadora do Transnational Institute, explica, sobre seu trabalho, que:

A tarefa do cientista social responsável é, primeiro, desvendar essas forças [de riqueza, poder e controle]; segundo, escrever claramente sobre eles (...) para que as pessoas comuns tenham instrumentos adequados de ação; e, por fim (...) adotar uma postura de defesa dos desfavorecidos, dos subestimados, das vítimas da injustiça. (TNI, 2022)

Ela estuda a ofensiva das políticas neoliberais, a partir do fim da década de 1980, com o fim da Guerra Fria, quando a União Soviética desapareceu. Foi então que o número de empresas transnacionais disparou, pois a globalização deu asas a empresas gigantescas e ajudou que criassem as suas próprias metaorganizações, que se ocuparam de áreas específicas a nível mundial. Um ícone dessas empresas está na sua reunião através do Fórum Econômico Mundial, que, segundo George (2014), buscam governar o mundo. No prólogo de seu livro, a citação de Tony Benn (1925-2014), em seu discurso de despedida ao Parlamento, em 2001, adverte:

Ao longo dos anos, fiz cinco perguntas democráticas [para fazer a uma pessoa influente]: “Quanto poder você tem? Por quem? Com que interesse você o exerce? A quem você presta contas? E como se livrar de você? Se não é possível livrar-nos daqueles que nos governam, é porque não é um regime democrático. (GEORGE, 2014, p. 08)

O poder das transnacionais denunciado por George (2014) é baseado no hiperliberalismo ou neoliberalismo, sendo nitidamente ilegítimo e não-democrático. Vale destacar que isto não tem relação com o liberalismo clássico, mas, ao contrário, além das relações de comércio, quer abolir fronteiras, culturas e nações. A Comissão Européia, órgão não eleito, usa a governança quase exclusivamente

como sinônimo de governo: os cidadãos não têm acesso, não podem consultar os instrumentos de trabalho, sentar-se à mesa das negociações ou exprimir sua opinião sobre as decisões tomadas em Bruxelas. O estado social (providencial) tem sido cada vez mais destruído, sofrendo apenas uma pequena resistência por parte de alguns movimentos de esquerda, perdendo muitos dos direitos adquiridos nas últimas décadas.

Apesar de seus fracassos manifestos, a grande regressão neoliberal triunfou e continuar a liberar enormes transferências de riqueza e de poder, sempre em benefício das classes mais altas, e arruinando as classes médias e baixas. Sempre que há uma crise financeira, há uma pequena elite que ganha muito e aumenta o abismo da desigualdade. George acredita que as transnacionais devam ser controladas, reguladas e fiscalizadas. O comportamento empresarial mais agressivo e perigoso é o controle das funções dos governos e a eliminação das proteções básicas do cidadão através dos chamados tratados de comércio livre.

O que a autoridade ilegítima exige? Seu principal objetivo é justamente estabelecer uma nova forma de legitimidade para o sistema alternativo que está implantando. Pretende aproveitar esta pseudo-legitimidade para dismantelar o serviço público, o interesse geral e o bem comum, em prol de maiores benefícios e regras mais complacentes para o entesouramento das riquezas e a abolição de todas as formas de propriedade, comunidade e cidadão. (GEORGE, 2014, p. 28)

A ameaça que as transnacionais representam para a democracia não está tão somente em seu tamanho, riqueza e ativos, mas na sua concentração e coesão, que lhes permitem influenciar governos, infiltrá-los e até suplantá-los. Elas constituem uma verdadeira 'autoridade' internacional, determinada a defender seus interesses comerciais, seu poder e seus lucros, em desafio ao bem comum. Eles compartilham um jargão, uma ideologia e ambições que os cidadãos apegados aos valores democráticos fariam bem em desconfiar.

O Fórum Econômico Mundial, reunião destas principais empresas, está determinado a tomar tudo que considera má gestão por parte de governos ou organizações intergovernamentais, das finanças ao direito marítimo. Para isto, criou o programa Global Redesign Initiative (GRI), chamado atualmente de Great Reset. É um conceito totalmente novo de governo global: a estratégia e a ideologia que lhe está subjacente busca o redesenho da política mundial. Estas transnacionais são atualmente, como poder oligárquico, uma força coletiva muito maior que a dos governos e, muitas vezes, estão inseridas neles.

Stiglitz (2007, p. 307 e 308) aponta para o suborno e a corrupção, alertando que em economias complexas, este suborno foi substituído por contribuições para campanhas políticas. Além disso, há uma série de custos ambientais, sociais, fiscais etc. que estas empresas, mesmo isoladamente, costumam deixar no seu rastro: “a lista de empresas que causaram danos severos - em especial nos países em desenvolvimento - pelas quais não pagaram, ou pagaram uma fração do que deveriam, é longa” (STIGLITZ, 2007, p. 312).

Esta tal elite que está por trás das transnacionais que se infiltram no poder é chamada por Rothkopf (2008) de superclasse. Segundo ele, estas que são as pessoas mais poderosas da Terra, tem pouca resistência ou força equiparável quando têm seus interesses alinhados. Eles moldam o sistema para se ajustar a estes interesses. E Rothkopf ainda cita Stiglitz: “você não precisa conspirar depois que estabelece as regras” (ROTHKOPF, 2008, p. 350).

De uma perspectiva puramente econômica, Micklethwait & Wooldridge (2003), apresentavam três futuros possíveis para a empresa. O primeiro, especialmente popular nos círculos anti-globalização, afirma que um punhado de companhias gigantescas está empenhado em uma ‘conquista silenciosa’ do mundo” (MICKLETHWAIT & WOOLDRIDGE, 2003, p. 238 e 239). O segundo argumentava quase o oposto do primeiro: que as empresas estavam se tornando cada vez menos relevantes. O terceiro, que a companhia formada por partes distintas já não é mais o elemento básico da economia moderna. Acrescentando à esta visão a variável política, no entanto, observa-se que o pêndulo tem oscilado em favor da empresa. Elas abusam das prerrogativas das nações-estado e se incrustam no corpo político.

Korten (2010, p. 43) define dois modelos opostos de organização de assuntos humanos. Ao primeiro chama Império, ao segundo Comunidade da Terra. O primeiro é caracterizado pela dominação e apropria-se da maior parte do excedente produtivo da sociedade para manter um sistema de poder dominador e a competição das elites. O segundo é baseado nas parcerias, liberando o potencial humano para a cooperação criativa e alocando o excedente produtivo da sociedade em função do aumento do potencial de criação do todo.

É visível que muitos dos modelos de sociedades e cidades utópicas do passado advém da Comunidade da Terra. Eles seguem a linha histórica baseada nos mitos e dos dogmas religiosos de criação, como já mencionado, especialmente pela busca do paraíso perdido. Ainda que surjam como heterodoxias e evoluam para

movimentos revolucionários, eles são essencialmente uma manifestação mais centrada em sonhos e desejos dos povos. O que se vê sendo delineado atualmente, especialmente a partir da noção das cidades inteligentes, é um modelo do Império, criado e executado pelas elites para a implantação de um mundo novo, que muitos chamam de Nova Ordem Mundial.

O impulso autoritário do Império, explica Korten (2010, p. 52) é o poder de tomar, controlar e destruir por meio coercitivo.

Organiza todas as relações em todos os níveis da sociedade, de acordo com a hierarquia de poder, controle, status e privilégio. O foco sempre presente é conseguir mais poder cooptando e monopolizando o poder dos inúmeros subordinados, frequentemente com um alto custo para o todo (KORTEN, 2010, p. 52).

Ele concede direitos e liberdades para os que estão no topo da hierarquia, negando-os aos que estão abaixo. “A hierarquia de dominação do Império cria a ilusão de ordem e segurança. Na verdade, é uma patologia social” (KORTEN, 2010, p. 53). Ela alimenta a competição, o uso ineficiente de recursos e suprime o potencial criativo.

Referência no ocidente, no site da Comissão Européia sobre cidades inteligentes é dado destaque ao mercado de cidades inteligentes. Ele é definido como “um grande empreendimento de mudança de mercado que visa reunir cidades, indústrias, PMEs (pequenas e micro empresas), investidores, bancos, pesquisadores e muitos outros atores de cidades inteligentes”.

Na plataforma específica de Mercado das Cidades Inteligentes é possível acessar uma lista com os membros da rede de investidores. Nela estão empresas especialmente relacionadas ao setor energético. É publicado que o registo na Rede de Investidores do Mercado de Cidades Inteligentes está aberto, gratuitamente, a qualquer investidor ou prestador de serviços financeiros com capacidade comprovada para investir em cidades inteligentes.

As grandes corporações (como IBM, Cisco, AT&T, Ericsson, GE, Hitachi, Huawei, Microsoft, Philips e SAP) por sua vez, enxergaram nesse nicho a possibilidade de expandir suas áreas de atuação e, conseqüentemente, seus lucros. Estimativas recentes apontam para um mercado de US\$ 3,8 trilhões no ano de 2026, com crescimento anual de 19,8% entre 2018 e este último ano. (MENDES, 2020, p. 03)

Surgiram *rankings* mundiais criados por inúmeras empresas de consultoria para embasar a concorrência entre as cidades, que refletem a lógica neoliberal. Mendes (2020) observa que, de potencial atuação ativa, os habitantes das *smart cities* são definidos como meros consumidores das soluções tecnológicas. Para ela, as tecnologias podem ser utilizadas para benefício da população como um todo.

“Mas os caminhos definidos de como integrá-las às cidades na solução dos seus problemas poderão vir a diminuir ou aumentar as desigualdades socioeconômicas, a depender dos modelos de implantação”. (MENDES, 2020, p. 04).

Mendes (2020, p. 09 e 10) também separa as definições de *smart city* de corporações e instituições ligadas ao mercado de cidades inteligentes. Assim, observa-se que as grandes corporações focam essencialmente nas tecnologias e nos dados por ela gerados (e que podem beneficiar à gestão urbana) e que as instituições governamentais compreendem estas tecnologias e dados como uma maneira de incrementar a eficiência das políticas públicas e, por conseguinte, impulsionar a qualidade de vida da população. Seguem alguns destes conceitos:

- IBM:

“... one that makes optimal use of all the interconnected information available today in order to better understand and control its operations and optimize the use of limited resources” ou “... aquele que faz o melhor uso de todas as informações interconectadas disponíveis hoje para melhor compreender e controlar suas operações e otimizar o uso de recursos limitados”.

- CISCO:

“... the adoption of scalable solutions that take advantage of information and communications technology (ICT) to increase efficiencies, reduce costs, and enhance quality of life” ou “... a adoção de soluções escaláveis que aproveitam a tecnologia da informação e comunicação (TIC) para aumentar a eficiência, reduzir custos e melhorar a qualidade de vida”.

- SIEMENS:

“Smart city solutions contribute to the effective management of urban areas, improving connectivity, sustainability, and livability. Across all areas of city life, technology and data are used to analyze and optimize, thus enhance outcomes and improve quality of life” ou “As soluções de cidades inteligentes contribuem para a gestão eficaz das áreas urbanas, melhorando a conectividade, a sustentabilidade e a habitabilidade. Em todas as áreas da vida urbana, a tecnologia e os dados são usados para analisar e otimizar, aumentando assim os resultados e melhorando a qualidade de vida”.

- Nações Unidas (ONU):

“... a smart-city approach that makes use of opportunities from digitalization, clean energy and technologies, as well as innovative transport technologies, thus

providing options for inhabitants to make more environmentally friendly choices and boost sustainable economic growth and enabling cities to improve their service delivery” ou “... uma abordagem de cidade inteligente que faz uso de oportunidades de digitalização, energia limpa e tecnologias, bem como tecnologias de transporte inovadoras, oferecendo opções para que os habitantes façam escolhas mais ecológicas e impulsionem o crescimento econômico sustentável e permitindo que as cidades melhorem sua prestação de serviço”.

- Comissão Europeia:

“A smart city is a place where traditional networks and services are made more efficient with the use of digital and telecommunication technologies for the benefit of its inhabitants and business. A smart city goes beyond the use of information and communication technologies (ICT) for better resource use and less emissions... It also means a more interactive and responsive city administration, safer public spaces and meeting the needs of an ageing population” ou “Uma cidade inteligente é um lugar onde as redes e serviços tradicionais se tornam mais eficientes com o uso de tecnologias digitais e de telecomunicações em benefício de seus habitantes e negócios. Uma cidade inteligente vai além do uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) para melhor uso de recursos e menos emissões... Significa também uma administração da cidade mais interativa e responsiva, espaços públicos mais seguros e atendendo às necessidades de uma população em envelhecimento”.

- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE):

“... as initiatives or approaches that effectively leverage digitalisation to boost citizen well-being and deliver more efficient, sustainable and inclusive urban services and environments as part of a collaborative, multi-stakeholder process” ou “... como iniciativas ou abordagens que efetivamente alavancam a digitalização para aumentar o bem-estar dos cidadãos e fornecer serviços e ambientes urbanos mais eficientes, sustentáveis e inclusivos como parte de um processo colaborativo e multissetorial”.

- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

“Smart City is one which puts people at the center of development, incorporates information technology and communication in urban management, and uses these elements as tools to stimulate the creation of an efficient government that includes processes of collaborative planning and citizen participation”, ou “Smart City é aquela que coloca as pessoas no centro do desenvolvimento, incorpora tecnologia

da informação e comunicação na gestão urbana e usa esses elementos como ferramentas para estimular a criação de um governo eficiente que inclua processos de planejamento colaborativo e participação cidadã”.

Na interpretação europeia, uma smart city é um local onde as redes e serviços tradicionais operam com base em tecnologias digitais e de telecomunicações (Smart cities. European Commission 2020). O conceito de smart city na União Europeia assenta num mercado digital único, no setor da energia e num sistema de transporte sustentável nas cidades, caracterizado por uma “vida racional”, uma utilização competente dos recursos. O objetivo do conceito de “cidade inteligente” é transformar a cidade, melhorar a qualidade de vida da população e melhorar a eficiência dos serviços para todas as categorias de moradores urbanos. Para aumentar o uso de tecnologias energeticamente eficientes e com nível neutro de emissões, foi lançado o movimento “Junte-se, apoie”. Destinava-se a aumentar as plataformas digitais e soluções digitais abertas, intersetoriais e transfronteiriças em toda a União Europeia. A iniciativa WiFi4EU, que visa unir a Europa conectando aldeias e áreas remotas à Internet, permitiu aos cidadãos aproveitar as oportunidades oferecidas pela transformação digital.

Em 2014, foi lançado na UE o programa Parceria Europeia de Inovação em Cidades e Comunidades Inteligentes (EIP-SCC), reunindo administrações municipais, indústria, pequenas empresas, bancos, investigadores, etc. (Acerca da Parceria Europeia de Inovação em Cidades Inteligentes e Comunidades (EIP-SCC) reúne cidades, indústria, PMEs, bancos, pesquisa e outros atores de cidades inteligentes 2020). O programa visa melhorar a vida da cidade através da resolução de problemas no domínio da energia, mobilidade, transportes e tecnologias de informação e comunicação. (PARUBOCHAYA et. al, 2021, p. 978)

Medeiros & Vanzin (2020) trazem a percepção de autores como Foucault, Bauman, Deleuze e Mumford para refletir sobre a vigilância na cidade tecnocrática.

A tecnocracia pode ser entendida como um modelo de administração funcional que também é uma ciência da engenharia social. Para Wood (2015), a palavra tecnocracia foi usada pela primeira vez publicamente nos EUA por W. H. Smythe, em seu artigo de 1919, *Industrial Management*. “A tecnocracia era geralmente considerada excludente de todas as outras formas de governo, incluindo democracia, comunismo, socialismo e fascismo, mas, como se vê, havia alguma mistura ideológica de idéias quando convinha à pessoa ou grupo que falava” (WOOD, 2020).

A cidade inteligente que se delineia é inteiramente baseada na tecnologia e funciona a partir das informações sobre seus cidadãos. Para Mumford (2010), a nossa época está num processo que parte de um estado primitivo do ser humano - com a invenção de armas e ferramentas utilizadas para dominar as forças da natureza -, a uma condição diametralmente oposta, onde não só esta natureza é considerada conquistada, como o homem posiciona-se o mais longe possível do ambiente orgânico.

Com esta nova megatécnica a minoria dominante criará uma estrutura uniforme, onipresente e supraplanetária projetada para operar de forma automática. Em vez de

operar como uma personalidade autônoma e ativa, o homem se converterá em um animal passivo e sem objetivos próprios, em uma espécie de animal condicionado pelas máquinas, cujas funções específicas (tal como os técnicos interpretam agora o papel do homem) nutrirão a dita máquina ou serão estritamente limitadas e controladas em proveito de determinadas organizações coletivas e despersonalizadas (MUMFORD, 2010, prólogo).

No nível mais profundo da realidade há poderes que não se mostram na realidade aparente, como os interesses de grupos e corporações. Foucault comenta sobre os voláteis limites da definição de poder:

A noção de classe dirigente não é muito clara, nem está ainda muito elaborada. ‘Dominar’, ‘dirigir’, ‘governar’, ‘grupo no poder’, ‘aparato do Estado’, etc., existe toda uma ampla gama de noções que devem ser analisadas. Do mesmo modo seria necessário saber bem até onde chega o exercício do poder, mediante que conexões opera e a que instâncias ínfimas de hierarquia, de controle, de vigilância, de proibições, e de sujeições, mobiliza (FOUCAULT, 1999, p. 112).

Bauman assinala que a vigilância é uma das chaves para entender o mundo moderno (2014, p. 72):

Mas então, como todos sabemos, os moradores das cidades são estranhos entre si, e todos somos suspeitos de portar o perigo; assim, todos nós, em algum grau, queremos que as ameaças flutuantes, difusas e incontroladas sejam condensadas e acumuladas num conjunto de ‘suspeitos habituais’. Espera-se que essa condensação mantenha a ameaça afastada e também, simultaneamente, nos proteja do perigo de sermos classificados como parte dela.

Segundo Deleuze (2008, p. 216), “estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”. Ele segue:

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um ‘interior’ em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que estas instituições estão condenadas num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares (DELEUZE, 2008, p. 220).

Para além do possível uso da tecnologia para vigilância e controle numa sociedade tecnocrática regida pelas elites que comandam as megacorporações, Yuval Noah Harari fala em seus livros sobre o próximo grande projeto da humanidade: conquistar os poderes divinos de criação e recriação, transformando o Homo Sapiens e Homo Deus. Para ele, as profecias estão sendo alimentadas agora pela idéia de imortalidade (e não de igualdade) e pelo desenvolvimento da engenharia genética, da medicina regenerativa e da nanotecnologia. Ele celebra uma nova raça, uma nova espécie, a surgir depois da última revolução, a biotecnológica - depois da agrícola, científica, industrial e tecnológica -, patrocinada pelo capitalismo dominante e globalizante. Para este autor, a luta entre nacionais e

globais, bárbaros e iluminados, perde-se “na impossibilidade de voltar a erguer antigas barreiras e fronteiras e de regressar a comunidades fechadas” (PINTO, 2017).

Quadro 4: Características distintivas cruciais dos dois modelos opostos de organização de assuntos humanos

Economia global imperial	Economias vivas locais
O objetivo específico é ganhar dinheiro para os proprietários para aumentar o poder deles e sua reivindicação dos recursos da maioria.	O objetivo específico é assegurar um meio de vida satisfatório para todos e aumentar o poder gerador do conjunto.
O mantra-guia é criar monopólios globais para eliminar a escolha local, apropriar-se de tudo o que for possível e repassar os custos para os outros.	O mantra-guia é criar opções locais benéficas, apropriar-se apenas do que for preciso e aceitar a responsabilidade pelo conjunto.
As regras favorecem os proprietários omissos, empresas monopolistas, especuladores financeiros, direitos da propriedade, e planejamento central por corporações globais.	As regras favorecem os proprietários participativos, empresas de pequena escala, criadores de riquezas, direitos do povo, e a auto-organização do povo e das comunidades.
Negando qualquer responsabilidade perante os interesses públicos, seus proponentes procuram blindar os limites em torno dos interesses exclusivamente privados das corporações e de seus proprietários mais ricos, enquanto exigem que as comunidades eliminem quaisquer limites protetores dos interesses públicos.	Reconhecimento da necessidade de todas as entidades vivas de proteger e equilibrar os interesses individuais e comunitários, seus proponentes apoiam firmas e comunidades no estabelecimento de barreiras de proteção que apoiem uma troca mutuamente benéfica, justa e equilibrada.

Fonte: KORTEN, 2010, p. 368

Ainda que haja citações como a de Warren Buffett, investidor profissional, considerado a terceira pessoa mais rica do mundo, no livro de George (2012): “há uma guerra de classes, é verdade, mas é a minha classe, a classe dos ricos, que a

lidera, e nós a estamos vencendo”, é possível uma virada econômica, seguida de uma virada política, mas também cultural e espiritual, segundo Korten (2010). Para ele, “uma das mais visíveis manifestações da sociedade civil global é a resistência popular contra a globalização corporativa e a plataforma política neoliberal no mundo” (KORTEN, 2010, p. 342). E também há outras iniciativas de cidadania que democratizam as estruturas de governo, “promovendo uma participação mais ativa dos cidadãos na vida política, abrindo o processo político a uma diversidade maior de vozes e partidos, e redirecionando as prioridades públicas para pessoas, famílias, comunidades e para o planeta” (KORTEN, 2010, p. 344).

Alguns autores falam em uma guerra pela mente, quando é necessário que as pessoas despertem, justamente indo além da realidade aparente, como já preconizava Fidelino de Figueiredo, no início deste capítulo. Com o entendimento das dinâmicas de poder seria possível não apenas gerar uma reação, mas uma ação em direção à Comunidade da Terra, como está caracterizada por Korten (2010) no Quadro 4, em contraponto ao poder do Império (poder das megacorporações, por vezes camufladas pelo financiamento de instituições governamentais ou globais).

Pode-se encerrar, então, com a percepção de Ariano Suassuna sobre os brasileiros:

Se examinarmos o povo brasileiro do ponto de vista de seu comportamento social, de sua psicologia, de sua história, de sua arte, de sua literatura, encontraremos sempre essa tendência assimiladora e unificadora de contrários: o espírito mágico e fantástico complementado pelo realismo crítico e satírico; metamorfose da florescência e da decomposição; cotidiano e quimera; a presença do dionisíaco buscando o gume contido e a garra da forma despojada do apolíneo; violência e mau-gosto do popular e refinamento do erudito; o épico e a introspecção individual chegando esta às vezes à idolatria do Eu; o lirismo personalista e o social coletivo; as convenções e a festa; o belo e o feio; espírito profético e comportamento orgiático; o vegetal da mata e o deserto do sertão; o trágico e o cômico; a aldeia e o mundo; otimismo e pessimismo; embriaguez da vida, o pó e a cinza da morte; o dramático e o humorístico; o fogo da destruição e o culto da florescência e da ressurreição. (SUASSUNA, 1976, p. 05)

Essa visão contempla um pouco da dualidade apresentada nas propostas de cidades ideais, assim como nas propostas de transformação do mundo. Não é comum apenas ao brasileiro, mas a diversos povos, esta multifaceta comportamental. É esta mistura que forma o ser humano, que constitui os povos, que alimenta os sonhos e a imaginação de uma vida nova em um novo lugar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recorda-se aqui que o objetivo geral deste estudo é “categorizar motivações e razões para a idealização de cidades imaginárias, ficcionais, utópicas ou proféticas, as quais foram identificadas na literatura”. Na finalização do estudo, considera-se que:

- - A estrutura ou a base do estudo proposto foi devidamente formalizada;
- - Uma parte considerável da bibliografia identificada foi estudada ou pesquisada, outra parte foi descartada por não se adequar ao foco de estudo - ainda que tratasse da utopia ou das cidades ideais, seja por tratar o tema sob óticas específicas ou ater-se a modelos de cidades utópicas particularmente mais icônicas;
- - As expressões “cidade profética” e “cidade utópica” foram indicadas e justificadas para compor a classificação básica das cidades imaginadas ou idealizadas;
- - Foi indicado que, como proféticas ou utópicas, há propostas imaginárias ou idealizadas de cidades literárias, míticas ou místico-religiosas. Mas, também, há propostas embasadas no ceticismo retórico-político ou lógico-pragmático. As cidades retóricas são descritas e prometidas, para conquistar a adesão pública a projetos políticos. Por sua vez, o ceticismo lógico-pragmático propõe cidades para serem realizadas em futuro próximo ou distante, principalmente com base científico-tecnológica e diversas finalidades políticas ou financeiras, porque participam de um projeto de poder;
- - A crença e a esperança estão na base das idealizações. Assim, a crença participa das propostas embasadas no ceticismo. Por sua vez, mesmo não sendo religiosas, as crenças ideológicas podem ser imperiosas ou impositivas como os dogmas sagrados. Há idealizações morais de cidades que são ceticamente motivadas por demagogia política. Mas, também há crenças verdadeiramente enraizadas nas proposições político-ideológicas de sociedades e cidades;

- - As tipologias foram definidas. As motivações tipológicas também se alinham pelo 'espírito' do tempo, do lugar ou do povo em questão, tornando os modelos utópicos mais restritivos ou com mais liberdades, ou seja, mais quaresmais ou mais carnavalescos. Este 'espírito' não parece manifestar-se a partir de alguma regra, mas ser escolha de indivíduos ou grupos como norma de conduta para o caminho;
- - A cidade "imaginada" ou "projetada", conceitualmente, é mais coerente que a cidade "ideal" ou "inteligente". Os atributos adjetivadores "ideal" e "inteligente" soam definitivos, grandiosos e vagos ou abstratos. A cidade "imaginada" ou "projetada" é a obra de alguém que pode e deve ser apreciada, criticada, aceita ou recusada pelas outras pessoas. Mas, a cidade "ideal" ou "inteligente" é algo cujo valor deve estar em si mesmo. Ao ser manifesto, o projeto ideal ou inteligente requer o reconhecimento consensual de sua perfeição.
- Na segunda parte da mesma discussão, considera-se que a cidade imaginada ou projetada será ideal ou inteligente, de acordo com percepções e interesses de alguns. Isso insere a discussão na agenda política que já assumiu a dimensão global. Assim, além de argumentos retóricos, são também requeridos critérios que, "objetivamente", possam ser majoritariamente aceitos por pessoas e organizações com poder de decisão ou influência. Logo a questão se mostra ampla ou abrangente e diversificada, impossibilitando a definição de critérios exequíveis para caracterizar a cidade ideal ou inteligente para todos. Por isso, de modo ainda especulativo, antecipa-se que as propostas resultantes serão sempre parciais, configurando cidades ideais para alguns e inteligentes por aspectos mais ou menos específicos. Outra possibilidade é a definição de índices indicativos da posição de uma cidade com relação ao inatingível modelo de completude e perfeição que justificam a condição ideal ou inteligente;
- - A cidade que se delineia para o futuro corre o risco de não ser uma emanção natural dos sonhos e da imaginação dos povos, mas um cercado de vigilância tecnológica controlado por elites que manipulam governos através de megacorporações transnacionais. Esta seria uma delimitação mais propensa à distopia, e não à utopia, mas, apesar de parecer pessimista, está

em aberto como possibilidade. Ainda assim, há esperança no apelo democrático de um modelo que faça frente ao 'Império', em prol da 'Comunidade da Terra';

- - A “discussão” do estudo foi desenvolvida, com a indicação e justificativa das relações estabelecidas e as interpretações realizadas, apresentando os resultados e a categorização de motivações e razões que sustentam a idealização de cidades proféticas ou utópicas;

- A partir do entendimento das bases arquetípicas que tornam o sonho do retorno ao paraíso perdido algo palpável, materializável na Terra, possível, o entendimento de como as sociedades vêm desenvolvendo-se em suas ideologias torna-se claramente mais acessível. Daí é possível compreender o espírito revolucionário que vem transformando o mundo nos últimos séculos e os movimentos políticos de grupos variados - inclusive com expectativas messiânicas. Provavelmente esta leitura é um dos grandes ganhos desta pesquisa, tornando-se uma raiz que pode servir de arcabouço para diversas outras pesquisas. Assim, então, este estudo também aponta para o futuro de outras possibilidades, deixando proposituras como a da criação de um atlas histórico, que possa pontuar e listar as utopias por períodos de tempo e lugares no mapa.

Também sugere-se delinear um estudo que abarque as formas físicas possíveis nas proposituras publicadas ao longo da história, comparando modelos ou pesquisando sobre formas possíveis para cada caso/função, compondo geografias com acessibilidade a materiais construtivos, propostas por tipo de clima ou por estruturação das sociedades.

8 REFERÊNCIAS

ABRANSOM, Pierre-Luc. **Las utopías sociales em América Latina em el siglo XIX**. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2012. 334p.

ABREU E LIMA, Fellipe de Andrade. **A ideia de cidade no Renascimento**. 2012. 239 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ADAMS, Barbara; MARTENS, Jens. **Fit for whose purpose?** Private funding and corporate influence in the United Nations. Bonn/New York: Global Policy Forum (GPF), 2015. 144p.

ALBUQUERQUE, ANA Rita. **A cidade representada**. In: ALVES, Luis M; ALVES, P.; GARCIA, F. (coord.). Libro de Actas: V Congresso Internacional Cidades Criativas. Tomo 1. P. 56-67. Porto: Icono 14, 2017. 681 p.

ALMEIDA, Philippe Oliveira de. **Crítica da razão antiutópica**: inovação institucional da aurora do Estado moderno. 2016. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 280 p.

ARONNE-AMESTOY, Lida. **Utopía, paraíso e historia**: del mito en García Márquez, Rulfo y Cortázar. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1986. 180p.

BACCOLINI, Raffaella; MOYLAN, Tom (eds.). **Dark horizons**: science fiction and the dystopian imagination. New York and London: Routledge Taylor & Francis Group, 2003. 249p.

BACON, Francis; CAMPANELLA, Tomasso. **New Atlantis & The city of the sun**: two classic utopias. New York: Dover Publications, 2018. 90p.

BACZKO, Bronislaw. **L'utopia**: immaginazione sociale e rappresentazioni utopiche nell'età dell'illuminismo. 471p. Torino: Giulio Einaudi editores, 1979. 471p.

BADIOU, Alain. **A república de Platão**: recontada por Alain Badiou. São Paulo: Zahar, 2014. 180p.

_____. **La república de Platón**: diálogo en un prólogo, dieciséis capítulos y un epílogo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013. 440p.

BARBROOK, Richard. **Futuros imaginários**: das máquinas pensantes à aldeia global. São Paulo, Editora Peirópolis, 2009. 444p.

BARROS, José D'Assunção. **A literatura utópica**: entre o século XIX e início do século XX. Rio de Janeiro: 2017. 879p.

_____. **A utopia platônica**: em busca da cidade ideal. Rio de Janeiro: 2019. 825p. [Kindle/Amazon]

BARTTER, M. (ed.). **The utopian fantastic**: selected essays from the Twentieth International Conference on the Fantastic in the Arts. Westport and London: Praeger, 2004. 166p.

BAUMAN, Z.. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAUMONT, Catherine; HURIOT, Jean-Marie. **La ville, la raison et le rêve**: entre théorie et utopie. Espace Géographique, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 99-117, 1997. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/spgeo.1997.1062>.

BEECHER, Jonathan; BIENVENU, Richard. **The utopian vision of Charles Fourier**: selected texts on work, love and passionate attraction. Boston: Beacon Press, 1971. 446p.

BEEVERS, Robert. **The garden city utopia**: a critical biography of Ebenezer Howard. London: The Macmillan Press, 1988. 214p.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 727p.
_____. **La ciudad y el arquitecto**. 1ª ed. Barcelona: Paidós, 1985. 172 p.

BERNERI, M. L.. **Viaje através de utopía**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1962. 215p.

BLOCH, Ernst. **The spirit of utopia**. Stanford: Stanford University Press. 2000. 319p.
_____. **The utopian function of art and literature**: selected essays. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996. 195p.

BOBONISH, Christopher. **Plato's utopia recast**: his later ethics and politics. Oxford: Clarendon Press/Oxford University Press, 2007. 656p.

BRADFORD, Clare; MALLAN, Kerry; STEPHENS, John; MCCALLUM, Robyn. **New world orders in contemporary children's literature**: utopian transformations. Hampshire and New York: Palgrave MacMillan, 2008. 214p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BURKE, Edmund. **Vindicación de la sociedade natural**. EspasEbook, 2013. 163p.

CACCIARI, Massimo; PRODI, Paolo. **Ocidente sem utopias**. Belo Horizonte e Venz: Ed. Âyiné, 2017. 193p.

CAPPELLETTI, Ángel J. **El pensamiento utópico**: siglos XVIII-XIX. Madrid: Ediciones Tuero, 1990. 193p.
_____. **Utopías antiguas y modernas**. Cajica: Puebla, 1966. 283p.

CASTRO, Fernanda Gonçalves. **Utopia e distopia: testemunhar o mundo em Pepetela** (Estórias de cães, montanhas e predadores). Lisboa: Clepul, 2014. 248p.

CAÚLA, Adriana. **Trilogia das utopias urbanas**. Salvador: EduUFBA, 2019. 369p.

CHERSO, Francesco Patrizi. **A cidade feliz**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 136p.

CHESTERTON, G. K. **Utopia of usurers**. Norfolk: IHS Press, 2002. 140p.

CHOMSKY, Noam; KLEIN, Naomi. **Chomsky e Naomi Klein encabeçam críticas às metas da ONU**. Artigo traduzido, publicado em 15/10/2015. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Chomsky-e-Naomi-Klein-encabecam-criticas-as-metas-da-ONU%25250A/6/34742>. Acesso em: 1º dez. 2019. [cartamaior.com.br-Chomsky e Naomi Klein encabeçam críticas às metas da ONU]

CIORAN, E. M. **History and utopia**. New York: Archade Publishing, 2015.

CLAEYS, Gregory (ed.). **The Cambridge companion to utopian literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 285p.

_____. **Dystopia: a natural history**. Oxford: Oxford University Press, 2017. 569p.

_____. **Utopia: a história de uma ideia**. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. 224p.

_____; SARGENT, Lyman Tower (eds.). **The utopia reader**. New York and London: New York University Press, 1999. 437p.

COELHO, Teixeira. **O que é utopia**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981. 99p.

COHN, Norman. **Cosmos, caos e o mundo que virá: as origens das crenças no apocalipse**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 347p.

_____. **Na senda do milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média**. Lisboa: Presença, 1981. 333p.

COMISSÃO EUROPEIA. **Smart Cities**. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/city-initiatives/smart-cities_pt. Acesso em: 07 abr. 2022.

COMPARATO, Vittor I. **Utopía: léxico de política**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2006. 252p.

COOK, Brendan. **The Utopia of Sir Thomas More and the influence of Lorenzo Valla's On Pleasure**. 2009. 317 f. Tese (Doutorado) – Degree of Doctor of Philosophy, Department of History, University of Toronto, Toronto, 2009. Disponível em: https://central.bac-lac.gc.ca/.item?id=NR81226&op=pdf&app=Library&oclc_number=853308772. Acesso em: 14 fev 2018.

COSTA, Flávio Moreira da (org.). **Os melhores contos fantásticos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2006. 704p.

CRIPPA, Adolpho. **Mito e cultura**. São Paulo: Convívio, 1975. 2015p.

CRUZ, Paulo Márcio; GLASENAPP, Maikon Cristiano. **Estados e os novos ambientes transnacionais**. *Revistas de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar*, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 143-166, 27 nov. 2017.

CUNHA, Maria Alexandra; PRZEYBILOVICZ, Erico; MACAYA, Javiera Fernanda Medina; BURGOS, Fernando. **Smart cities: transformação digital de cidades**. 1ª ed. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania - PGPC, FGV-EAESP. 2016. 164p.

DANTAS, Pedriane Barbosa de Souza. **Destino da Ilha sob a mira do Éden: Fernando de Noronha no percurso do tempo**. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Dinâmica do Espaço Habitado, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

DAWSON, Doyne. **Cities of the gods: communist utopias in greek thought**. Oxford: Oxford University Press, 1992. 314p.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: 34, 2008.

DELFANTE, Charles. **A grande história da cidade: da Mesopotâmia aos Estados Unidos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 446p.

DELUMEAU, Jean. **Uma história do paraíso (1): o jardim das delícias**. Lisboa: Terramar, 1992. 527p.

_____. **Mil anos de felicidade (2): uma história do paraíso**. Lisboa: Terramar, 1995. 527p.

_____. **O que sobrou do paraíso? (3)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 565p.

DICKSON, Donald R. **The tessera of Antilia: utopian brotherhoods & secret societies in the early seventeenth century**. Leiden, Boston, Köln: Brill, 1998. 308p.

DORA, Veronica Della. **Alexander the Great's Mountain**. *American Geographical Society. Geographical Review*, Vol. 95, No. 4 (Oct., 2005), pp. 489-516. Disponível em: <https://sci-hub.st/10.2307/30034257>. Acesso em 30 jan. 2021.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? 2ª ed.** São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2018. [Ladislau Dowbor - A era do capital improdutivo_ Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo_-Autonomia Literária (2018)]

DUNCAN, Joseph E. **Milton's earthly paradise: a historical study of Eden**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1972.

EATON, Ruth. **Ideal cities: utopianism and the (un)built environment**. London: Thames & Hudson, 2001. 255p.

EÇA E ALMEIDA, Martim Vasques da Cunha de. **Thomas More e a crise religiosa no pensamento humanista: o impasse da utopia**. 2008. 295 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Ciências da Religião, Departamento de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ECO, Umberto. **Historia de las tierras y los lugares legendarios**. Buenos Aires: Lumen Editorial, 2013. 478p.

ESPELOSÍN, F. Javier Gómez; LARGACHA, Antonio Pérez; GIRVÉS, Margarita Vallejo. **Tierras fabulosas de la Antigüedad**. Alcalá: Universidad de Alcalá, 1994. 388p.

ESPINOZA, Alejandra Sandoval. **Imaginarios y representaciones urbanas: aproximaciones latinoamericanas a la cuestión de la ciudad**. Santiago: Universidad Diego Portales, 2003.

EVANS, Rhiannon. **Utopia antiqua: readings of the golden age and decline at Rome**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2008. 241p.

FANTICELLI, Lutecido. **A utopia de Platão: uma análise da cidade imaginária na República**. Caxias do Sul: Edusc, 2014. 136p.

FANTICELLI, Lutecido. **A utopia de Platão: uma análise da cidade imaginária na República**. Caxias do Sul: Edusc, 2014. 136p.

FÉLONNEAU, Marie-Line. **Love and loathing of the city: urbanophilia and urbanophobia, topological identity and perceived incivilities**. Journal Of Environmental Psychology, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 43-52, mar. 2004.

FERGUSON, Niall. **Civilização: Ocidente X Oriente**. São Paulo: Planeta, 2012.

FIGUEIREDO, Fidelino de. **Entre dois universos**. Lisboa: Guimarães Editores

FIRTH, Rhiannon. **Transgressing urban utopianism: autonomy and active desire**. Geografiska Annaler: Series B, Human Geography, [S.L.], v. 94, n. 2, p. 89-106, jun. 2012.

FOUCAULT, M. Estrategias de poder: obras esenciales, v.2. Barcelona: Paidós, 1999.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Em busca do paraíso perdido: as utopias medievais**. 1ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2021.524p

FRIESEN, John W.; FRIESEN, Virginia Lyons. **The palgrave companion to north american utopias**. New York: Palgrave Macmillan, 2008. 279p.

GALVÃO DE SOUSA, José Pedro. **As minorias revolucionárias**. Revista Justitia, 2007.

GANJAVIE, Amir. **The Role of Utopian Projects in Urban Design**. Utopian Studies, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 125, 2014.

GEERTZ, Clifford. **Conocimineto local**. Barcelona: Paidós, 1983. 297p.

GEORGE, Susan. **Cette fois, en finir avec la démocratie**: le rapport Lugano II. Paris: Éditions Du Seuil, 2012. 162p.

_____. **Les usurpateurs**: comment les entreprises transnationales prennent le pouvoir. Paris: Éditions Du Seuil, 2014. 195p.

GILCHREST, Eric J. **Revelation 21–22 in light of jewish and greco-roman utopianism**. Leiden and Boston: Brill, 2013. 343p.

GIRALDO, Omar Felipe. **Utopías en la era de la supervivencia**: una interpretación del buen vivir. México D. F.: Editorial Itaca/Universidad Autónoma Chapingo, Departamento de Sociología Rural, 2014. 226p.

GODFREY, Emelyne (ed.). **Utopias & dystopias in the fiction of H. G. Wells & William Morris – landscape and space**. London: Palgrave MacMillan, 2016. 286p.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve historia del urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1977. 240p. [Chueca Goitia, F. - Breve historia del urbanismo [1977]] * Excelente livro, visitar

GONZALEZ, Amélia. '**O sonho da construção de um país mais justo acabou**', diz Lara Pietricovsky. Artigo G1, publicado em 29/07/2019.

GONZALEZ, Amélia. **Organizações preparam protesto contra Objetivos da ONU para Desenvolvimento Sustentável**. Artigo G1, publicado em 03/10/15.

GORELIK, Adrián. **Imaginarios urbanos e imaginación urbana**. Para um recorrido por los lugares comunes de los estúdios culturales urbanos. Bifurcaciones, revista de estúdios culturales urbanos, 2004.

GRAEBER, David. **The utopia of rules**: on technology, stupidity, and the secret joys of bureaucracy. New York: Melville House Publishing, 2015. 132p.

GRANDIN, Greg. **Fordlandia**: the rise and fall of Henry Ford's forgotten jungle city. New York: Metropolitan Books, 2009. 377p.

GRAY, John. **Misa negra**: la religión apocalíptica y la muerte da la utopía. Barcelona: Paidós, 2008. 320p.

GUILLÉN, Herrera. **Breve Historia de la Utopía**. Murcia: Nowtilus, 2013.

HADJADJ, Fabrice. **O paraíso à porta**: ensaio sobre uma alegria que desconcerta. 1ª ed. São Paulo: É Realizações, 2015. 416p.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995. 550p.

HALLMAN, J. C. **In utopia**: six kinds of Eden and the search for a better paradise. New York: St. Martin's Press, 2010. 288p.

HARRYS, Jonathan. **The utopian globalists**: artists of worldwide revolution, 1919–2009. Oxford: Wiley Blackwell, 2013. 357p.

HAYDEN, Dolores. **Seven american utopias**: the architecture of communitarian socialism, 1790-1975. Cambridge and London: The MIT Press, 1977. 413p.

HELD, David. **A democracia, o estado-nação e o sistema global**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, [S.L.], n. 23, p. 145-194, mar. 1991
 _____. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987. 306p.

HEXTER, J. H. **More's Utopia**: the biography of an idea. New York, Evanston and London: Harper Torchbooks, 1952.

HIC-AL/Grupo de trabalho de PSH. **Utopias en construcción**: experiencias latinoamericanas de producción social del hábitat. México D. F.: Obra Independiente, 2017.

HIGHLAND, Harry Joseph. **Utopian education**: a study of the ideal worlds from Sir Thomas More to H. G. Wells. 1942. 369 f. Tese (Doutorado) – Degree of Doctor of Philosophy, School of Education, New York University, New York, 1942.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. 245p.

HOOD, David James Sarty. **A place called 'nowhere'**: towards an understanding of St. Thomas More's 'Utopia'. Ottawa: ProQuest Dissertations & Theses, 2009. 186p.

HOUSTON, Chloë. **The renaissance utopia**: dialogue, travel and the ideal society. Reading: Ashgate/University of Reading, 2014. 199p.

HUIZINGA, Johan. **Lo scempio del mondo** - a cura di Lucio Villari. Milão: Paravia Bruno Mondadori Editori, 2004.

_____. **O outono da Idade Média**: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. 1171p.

JACOBSEN, Michael Hviid; TESTER, Keith. **Utopia**: social theory and the future. Surrey: Ashgate Publishing, 2012. 239p.

JACOBY, Russell. **The end of utopia**: in an age of apathy. New York: Basic Books, 1999. 253p.

JACQUES, Paola Berenstein. **Notas sobre cidade e cultura**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (orgs.). Políticas culturais para as cidades. Coleção Cult. Salvador: EduFBA, 2010. 212 p.

JAMESON, Fredric. **Il desiderio chiamato Utopia**. Milano: Giangiacomo Feltrinelli, 2007.

_____; ZIZEK, Slavoj (eds.). **An american utopia**: dual power and the universal army. London and New York: Verso, 2016.

JENNINGS, Chris. **Paradise now: the history of american utopianism**. New York: Random House, 2016.

JUNG, Carl G. **O homem e seus símbolos**. Edição especial brasileira, 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 311p.

KENNY, Anthony. **Tomás Moro**. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1987. 128p.

KILGORE, De Witt Douglas. **Astrofuturism: science, race, and visions of utopia in space**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003. 305p.

KORTEN, David C. **A grande virada: do Império Global à Comunidade da Terra**. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2010. 408p.

KOSTOF, Spiro. **The city shaped: urban patterns and meanings through history**. London: Thames & Hudson, 2014. 352p.

KRAUSS, Heinrich. **O paraíso: de Adão e Eva às utopias contemporâneas**. São Paulo: Globo, 2006. 223p.

KUMAR, Krishan. **Aspects of the Western Utopian Tradition**. History Of The Human Sciences, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 63-77, fev. 2003.

LANTERNARI, Vittorio. **As religiões dos oprimidos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 359p.

LAURO, Rafael; TRINDADE, Rafael. **Eterno retorno: cósmica, ética, estética e diferença**. Artigo para o blog Razão Inadequada. 2019.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc, 2005. 200p.

_____. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007. 387p.

_____. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 151p.

LEVY, Paul. **Wetiko: breaking the curse of the evil**. Berkeley: North Atlantic Books, 2013.

LIMA, Klarisse Silva de Lima. **América: o paraíso é aqui – o realismo mágico nos textos dos cronistas das Índias**. 2016. 57 f. Monografia (TCC) - Curso de Letras, Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LONERGAN, Bernard. **Insight: um estudo do conhecimento humano**. São Paulo: É Realizações, 2010. 1430p.

LOPES, Ana Cruz. **Reabilitação pela arte na cidade criativa**. In: ALVES, Luis M; ALVES, P.; GARCIA, F. (coord.). Libro de Actas: V Congresso Internacional Cidades Criativas. Tomo 1. Porto: Icono 14, 2017.681 p.

LOPES, Marcos Antônio; MOSCATELI, Renato. **Histórias de países imaginários: variedades dos lugares utópicos**. Londrina: Eduel, 2011. 170p.

LOPES, Teresa Rita. **Pessoa por conhecer: textos para um novo mapa**. Lisboa: Estampa, 1990. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2472>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007. 446p.

MAGRIS, Claudio. **Utopía y desencanto: historias, esperanzas e ilusiones de la modernidad**. Barcelona: Anagrama, 2001. Toni Giménez.

MANDEVILLE, John; CORREIA, Clara Pinto (ed.). **Viagens de Mandeville**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. 351p.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 330p

MANUEL; Frank E.; MANUEL, Fritzie. **Utopian thought in the western world**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1997. 907p.

MARIN, Louis. **Utopics: spatial play**. New Jersey: Humanities Press, 1984. 298p.

MARSDEN, John Joseph. **Marxian and Christian utopianism: toward a socialist political theology**. New York: Monthly Review Press, 1991. 119p.

MARTINS, Alice Fátima. **Saudades do futuro: o cinema de ficção científica como expressão do imaginário social sobre o devir**. 2004. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MEDEIROS, Denise O. **Atlas subjetivo e colaborativo da região central do bairro Lagoa da Conceição**, Florianópolis, SC. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2016.

_____; VANZIN, Tarcísio. Tecnocracia e inovação em vigilância na cidade. In: TEIXEIRA, Clarissa Stefani; DEPINÉ, Ágatha (orgs.). **Inovação em cidades**. São Paulo: Perse/Via Estação Conhecimento, 2020. 206p.

MENDES, Tereza Cristina M. **Smart cities: solução para as cidades ou aprofundamento das desigualdades sociais?** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-011-2020_Teresa-Mendes_Final.pdf. Acesso em: 13 mar 2021.

MERCHANT, Carolyn. **Reinventing Eden: the fate of nature in the western culture**. New York and London: Routledge Taylor & Francis Books, 2003. 330p.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **Companhia: breve história de uma ideia revolucionária**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. 286p.

MIGUEL, Luís Felipe. **Mito político**. In: ALBINO, Antonio; RUBIM, Canelas (orgs.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. P. 379-408. Salvador: Unesp/Edfuba, 2004. 578p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/134/4/Comunicacao-Politica_RI.pdf. Acesso em: 1º fev. 2022

MILES, Malcolm. **Urban utopias: the built and social architectures of alternative settlements**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2008. 268p.

MITCHELL, William J. **E-topia: a vida urbana – mas não como a conhecemos**. São Paulo: Editora Senac, 2002. 244p.

MOLINA, Sandra Rita; FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de; SILVA, Adriana. Ser comunidade: a criação da comunidade humana. In: **Libro de Actas: V Congresso Internacional Cidades Criativas**. Tomo 1. Porto: Icono 14, 2017. 681 p.

MOLNAR, Thomas. **El utopismo: la herejía perenne**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires/Eudeba, 1970. 254p.

MORIN, Edgar. **Epistemologia da complexidade**. In: SCHINTAMN, Dora Fried (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artmed, 1996.

MORRIS, James M.; KROSS, Andrea L. **The A to Z of utopianism**. Lanham, Toronto, Plymouth: The Scarecrow Press, 2009. 431p.

MORRISON, Tessa. **Unbuilt utopian cities 1460-1900: reconstructing their architecture and political philosophy**. Surrey and Burlington: University of Newcastle/Australia/Ashgate, 2015.

MORUS, T. **A utopia: ou o tratado da melhor forma de governo**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

MUMFORD, Lewis. **Historia de las utopias**. La Rioja: Pepitas de calabaza ed., 2020. 295p.

_____. **El mito de la máquina: técnica y evolución humana**. La Rioja: Pepitas de calabaza, 2010.

_____. **Técnica y civilización**. Barcelona: Alianza Universidad, 1992.

NAVAJAS, Gonzalo. **La utopía en las narrativas contemporáneas**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2008. 144p.

NEMO, Philippe. **O que é o ocidente?** Lisboa: Ed. 70, 2005. 110p.

NIETZSCHE, Friedrich. **A visão dionisíaca do mundo e outros textos de juventude**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 279p.

NOVAES, Adauto (org.). **O novo espírito utópico**. São Paulo: Edições Senac São Paulo, 2016. 408p.

OAKESHOTT, Michael. **The politics of faith and the politics of scepticism**. New Haven and London: Yale University Press, 1996. 160p.

OLIN, John C (ed.). **Interpreting Thomas More's Utopia**. New York: Fordham University Press, 1997.

_____. **Erasmus, utopia, and the jesuits**: essays on the outreach of humanism. New York: Fordham University Press, 1994.

OLKUSZ, Ksenia; KLOSINSKI, Michal; MAJ, Krzysztof M. (eds.). **More after more**: essays commemorating the five-hundredth anniversary of Thomas More's Utopia. Kraków: Facta Ficta Research Centre, 2016. 430p.

ONU. Nações Unidas Brasil. **No Dia Mundial das Cidades, ONU propõe debate acerca dos desafios da urbanização global**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/no-dia-mundial-das-cidades-onu-propoe-debate-acerca-dos-desafios-da-urbanizacao-global/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo: Jahr, 2002. 410p.
_____. **Obras completas de José Ortega y Gasset**: tomo II – El espectador (1916-1934). 6ª edição. Madri: Revista de Occidente, 1963. 750p.
[Ortega y Gasset Jose - Obras Completas. tomo 2-Revista de Occidente (1963)]

ORTEGON-SANCHEZ, Adriana; TYLER, Nick. **Constructing a Vision for an 'Ideal' Future City**: a conceptual model for transformative urban planning. *Transportation Research Procedia*, [S.L.], v. 13, p. 6-17, 2016.

PAIK, Peter Yoonsuk. **From utopia to apocalypse**: science fiction and the politics of catastrophe. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 2010. 213p.

PARUBOCHAYA, Elena F.; PISKUNOV, Nikita V.; DRINOVA, Elena M. The "Smart Cities" Concept in the European Union and the Russian Federation: From Project to Practical Implementation. P. 976-986. *In*: POPKOVA, Elena G.; SERGI, Bruno S. **"Smart technologies"**, for Society, State and Economy. *Lecture Notes in Networks and Systems*, Volume 155. Cham, Switzerland: Springer, 2021. 1781p.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Banco Mundial**: dos bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994). *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 527-564, Dec. 2014.

PÉREZ-HERRERAS, Javier. **The Micro-Utopian City**: Cidade de microutopia. *Arquiteturarevista*. Vol. 11, n. 1, p. 2-10, jan/jun 2015. Unisinos - doi: 10.4013/arq.2015.111.01

PESSOA, Denise Falcão. **Utopia e cidades**: proposições. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006. 196p.

PESSOA, Fernando. **Portugal, Sebastianismo e Quinto Império**: Obra em prosa de Fernando Pessoa. Lisboa: Publicações Europa-América. 181p.

_____. **Sobre Portugal** - Introdução ao problema nacional. Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução organizada por Joel Serrão.

Lisboa: Ática, 1979. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/3415>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PINKER, Steve. **Os anjos bons da nossa natureza**: porque a violência diminuiu. São Paulo: Cia. das Letras, 2013. 580p. [Steven Pinker - Os Anjos Bons da Nossa Natureza - Por Que a Violência Diminuiu-Companhia das Letras (2011)]

PINTO, Jaime Nogueira. **Bárbaros e iluminados**: populismo e utopia no século XXI. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2017. 7209p.

PITZER, Donald E (ed.). **America's communal utopias**. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1997. 560p.

PLATÃO. **A República**. Brasília: Editora Kiron, 2012. 283p.

Portal Capacidades. **Quem somos**. Disponível em: www.capacidades.gov.br/pg/oprograma/quemsomos. Acesso em: 15 nov. 2019.

PRIEST, Harold Martin. **More's utopia & utopian literature**. Denver: University of Denver/Cliffs Notes, 1999.

QUARTA, Cosimo. **Homo utopicus**: la dimensione storico-antropologica dell'utopia. Salento: Edizioni Dedalo/Università del Salento, 2015. 275p.

_____. **L'utopia platonica**: il progetto politico di un grande filosofo. Bari: Edizioni Dedalo, 1993. 300p.

RAINEY, Lawrence; POGGI, Christine; WITTMAN, Laura (eds.). **Futurism**: an anthology. New Haven & London: Yale University Press, 2009.

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). **Cidades criativas, soluções inventivas**: o papel da copa, das olimpíadas e dos museus internacionais. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2010. 340 p.

REMEDÍ, Gustavo. **Representaciones de la ciudad**: apuntes para una crítica cultural. Montevidéo: HEnciclopedia, 1999. Disponível em: www.henciclopedia.org.uy/autores/Remedi/Ciudad1.htm. Acesso em: 15 jan. 2018.

RENCKENS, H. **Creacion, paraíso y pecado original**. 2ª ed. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969. 290p.

RENOUVIER, Charles. **Ucronia**: l'utopia nella storia. Firenze: Faenza Editrice, 1984. 250p.

RICOUER, Paul. **Lectures on ideology and utopia**. New York: Columbia University Press, 1986. 389p.

ROCHA, Loryel. **Curso sobre o livro 'Na senda do milênio'**. Disponível online através do IMUB - Instituto Mukharajj Brasilan. Rio de Janeiro: IMUB, 2019.

ROSENAU, Helen. **A cidade ideal**: evolução arquitectónica na Europa. Lisboa: Editorial Presença, 1988. 201p.

ROSSA, Walter. **A urbe e o traço**: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina, 2002. 443p.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **O messianismo e a construção do paraíso na História**. Revista Aulas, Dossiê Religião. N.4 – abril 2007/julho 2007. Disponível em: https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4_10.pdf. Acesso em 1º fev. 2022.

ROTHKOPF, David. **Superclasse**: a elite que influencia a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo. Rio de Janeiro: Agir, 2008. 422p.

ROTHSTEIN, Edward; MUSCHAMP, Herbert; MARTY, Martin E. **Visions of utopia**. Oxford: Oxford University Press, 2003. 102p.

SANTOS, Neri dos. **Parques tecnológicos no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/neri.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SCHULZ, Sonia Hilf. **Estéticas urbanas**: da pólis grega à metrópole contemporânea. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. 278p.

SCRUTON, Roger. **Filosofia verde**: como pensar seriamente o planeta. São Paulo: É Realizações, 2017. 385p.

SEGAL, Howard P. **Utopias**: a brief history from ancient writings to virtual communities. West Sussex: John Wiley & Sons, 2012. 299p.

SERVIER, Jean. **Historia de la utopia**. Caracas: Monte Avila Editores, 1969. 272p.

SHORT, John Rennie. **Globalization, Modernity and the City**. London and New York: Routledge, 2013.

SILVA, Leandro Assunção da. **História, filosofia e espaços**: a idéia de Ocidente em Oswald Spengler. Natal: Edufrn, Natal, 2011. 150p.

SILVA, Vicente Ferreira da. **Dialética das consciências**: obras completas. São Paulo: É Realizações, 2009. 429p.

_____. **Transcendência do mundo**: obras completas. São Paulo: É Realizações, 2010. 742p.

SLOTERDIJK, Peter. **After God**. Medford, MA: Polity, 2020. 257p.

SMITH, Eric D. **Globalization, utopia, and postcolonial science fiction**: new maps of hope. London: Palgrave Macmillan, 2012. 253p.

SMITH, Wolfgang. **A sabedoria da antiga cosmologia**. Campinas: Vide Ed., 2017. 386p.

_____. **Cosmos e transcendência**: rompendo a barreira da crença cientificista. Campinas: Vide Editorial, 2019. 228p.

SOLINÍS, Germán. **Utopia, the Origins and Invention of Western Urban Design**. Diogenes, [S.L.], v. 53, n. 1, p. 79-87, fev. 2006.

- SOREL, Georges. **Reflections on violence**. New York: Dover, 2012. 315p.
- SOUSA, Cidoval Morais de (org.). **Um convite à utopia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, vol. 1. 390p
- SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à lava-jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 98p.
- SPANNOS, Chris (ed.). **Real utopia: participatory society for the 21st century**. Oakland, Edinburgh, West Virginia: AKA Press, 2008. 428p.
- SREENIVASAN, Jyotsna. **Utopias in American History**. SantaBarbara: ed, ano.
- STARNE, Colin. **The new republic: a commentary of Book I of More's Utopia showing its relation to Plato's Republic**. Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 1990. 137p.
- STIGLITZ, Joseph. **Globalização: como dar certo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 523p.
- SUASSUNA, Ariano. **A onça castanha e a Ilha Brasil: uma reflexão sobre a cultura brasileira**. 1976. 202 f. Tese (Livre Docência) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1976.
- TAFURI, Manfredo. **Architecture and utopia: design and capitalist development**. New York: The Colonial Press, 1976. 196p.
- THOMASS, Balthasar. **Afirmar-se com Nietzsche**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2019.
- TNI - Transnational Institute. Susan George - **Profile**. Disponível em: <https://www.tni.org/es/perfil/susan-george>. Acesso em 17 ago. 2022.
- ULTRAMARI, Clovis. **O fim das utopias urbanas**. São Paulo: Studio Nobel, 2005. 197p.
- USCATESCU, George. **Escatologia e historia**. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1959. 240p.
- VANOLO, Alberto. **Is there anybody out there? The place and role of citizens in tomorrow's smart cities**. Futures, [S.L.], v. 82, p. 26-36, set. 2016.
- VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. 7 ed. São Paulo: Zahar, 1989.
- VENTURI, Franco. **Utopía y reforma em la Ilustración**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014. 238p.
- VIEIRA, Patrícia; MARDER, Michael (eds.). **Existential utopia: new perspectives on utopian thought**. New York and London: Continuum International Publishing Group, 2012.
- VOEGELIN, Eric. **As religiões políticas**. Lisboa: Vega, 2002. 95p.

WAITHE, Marcus. **William Morris's utopia of strangers**: victorian medievalism and the ideal of hospitality. Cambridge: D. S. Brewer, 2006. 236p.

WAKEMAN, Rosemary. **Practicing utopia**: an intelectual history of the new town movement. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2016. 391p.

WALSH, Chad. **From utopia to nightmare**. 1ª edição. London: Geoffrey Bles, 1962. 191p.

WEGNER, Phillip E. **Imaginary communities**: utopia, the nation, and the spatial Histories of modernity. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2002.

WEISSMANN, David. **Cities, real and ideal**: categories for an urban ontology. Heusenstamm: Ontos Verlag, 2010. 280p.

WELLS, H. G. **A modern utopia**. New York: The Floating Press, 2009. 447p.

WOOD, P. M. **Technocracy rising**: the trojan horse of global transformation. Technocracy News & Trends, 2015.

WOOLDRIDGE, Chuck. **City of virtues**: Nanjing in an age of utopian visions. Seattle and London: University of Whashington Press, 2015. 257p.

YORAN, Hanan. **Between utopia and dystopia**: Erasmus, Thomas More and the humanist republic of letters. Maryland: Lexington Books, 2010. 265p.